

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS  
NÍVEL: MESTRADO

ANDRÉIA ZAPARTE

**A DOPS E A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CURITIBA –  
PARANÁ (1964-1969)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2011

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Z35d Zaparte, Andréia  
A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba -  
Paraná (1964-1969) / Andréia Zaparte - Marechal Cândido  
Rondon, 2011.  
175 p.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

1. Curitiba (PR) - Movimento estudantil - 1964-1969 -  
Repressão. 2. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).  
3. União Paranaense dos Estudantes (UPE) - Extinção. I.  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 322.44098162  
371.83098162  
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS  
NÍVEL: MESTRADO

ANDRÉIA ZAPARTE

**A DOPS E A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CURITIBA –  
PARANÁ (1964-1969)**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Mestrado em História como requerimento parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2011

## AGRADECIMENTOS

Considerando esta dissertação como resultado de uma caminhada que não começou exatamente com o início do mestrado, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

E agradeço, particularmente, a algumas pessoas que contribuíram diretamente na construção deste trabalho.

Ao professor Dr. Davi Félix Schreiner, orientador da pesquisa, pelo encaminhamento do trabalho, pelas sugestões e colaborações essenciais, pelas inúmeras leituras, sem as quais não teria sido possível a realização da pesquisa. Para além do seu brilhantismo profissional, demonstrou dedicação, confiança e apoio fundamental. Agradeço-o, ainda, pelas colaborações a partir da disciplina de *História e Movimentos Sociais*.

À professora Dr<sup>a</sup> Sarah Iurkiv Gomes Ribeiro, também da disciplina de *História e Movimentos Sociais*, pelas discussões levantadas, proporcionando maior embasamento teórico para a pesquisa.

À professora Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Souza da Silva, pelas suas sugestões e orientação de estágio docente, as quais contribuíram também para a pesquisa. Agradeço-a, ainda, pelas sugestões durante a banca de qualificação.

Ao professor Dr. Paulo José Koling, da disciplina de *Instituições e Relações de Poder*, pelas discussões propiciadas durante as aulas, as quais contribuíram para esclarecer conceitos fundamentais para a pesquisa. Agradeço-o, também, pela contribuição durante a banca de qualificação.

À professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Regina Mendonça, pelas discussões teóricas na disciplina de *Teoria e Metodologia da História*, que subsidiaram as reflexões e a construção da pesquisa.

Ao professor Dr. Gilberto Grassi Calil, pelas valiosas sugestões enquanto professor da disciplina de *Seminário de Pesquisa*.

Ao professor Dr. Rinaldo José Varussa, pelas contribuições durante as aulas da disciplina de *História e Trabalho*.

Ao professor Dr. Ângelo Priori, por aceitar o convite para integrar à banca de defesa, juntamente com o Dr. Paulo José Koling e Dr<sup>a</sup> Carla Luciana Souza da Silva.

Agradeço ainda a todos os colegas do mestrado, pelas suas sugestões e críticas durante as discussões dos projetos de pesquisa na disciplina de *Seminário de Pesquisa*, bem como, as discussões sobre as pesquisas em todas as disciplinas, que me fizeram rever alguns pontos do trabalho.

De forma especial, agradeço à minha família, que esteve presente em todos os momentos dessa caminhada, que como já afirmei, vai para além do período compreendido durante o mestrado. Não tenho palavras para descrever sua importância. Minha mãe, Cleufe, meu irmão, Ivan e meu sobrinho, Cássio. *In memoriam* ao meu pai, Ludevino e ao meu irmão, Valmir.

Agradeço ainda aos amigos e amigas que estiveram presentes em minha vida, me apoiando durante todo esse período, demonstrando paciência e compreensão.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	06
LISTA DE SIGLAS .....	07
RESUMO .....	09
ABSTRACT .....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: A ATUAÇÃO DA DOPS NO CONTEXTO DA DITADURA : MILITAR.....	30
1.1 A Repressão “Em Nome da Segurança Nacional”.....	30
1.2 DOPS e Movimento Estudantil.....	55
CAPÍTULO II : A UPE SOB O OLHAR VIGILANTE DA DOPS.....	73
2.1 A UPE antes do golpe de 1964.....	75
2.2 A UPE após o golpe de 1964.....	89
CAPÍTULO III: - PRÁTICAS POLÍTICAS, CONFLITOS E REPRESSÃO..	113
3.1 Governo do Paraná e o golpe de 1964 .....	115
3.2 A repressão contra o movimento estudantil em Curitiba .....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	161
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	167
SÍTIOS ELETRÔNICOS .....	171
FONTES.....	172

.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.	Incêndio do prédio da UNE em 1º de abril de 1964 .....	57
Ilustração 2.	Invasão da UnB em 1965 .....	59
Ilustração 3.	Prisão dos estudantes no XXX Congresso da UNE .....	68
Ilustração 4.	Prédio da UPE em Curitiba .....	76
Ilustração 5.	UPE – Flâmula da gestão 67/68 .....	109
Ilustração 6.	Prisão de estudantes em Curitiba .....	126
Ilustração 7.	Passeata estudantil e prisão de estudantes .....	128
Ilustração 8.	Presidente da UPE não é contra fechamento de entidades estudantis .....	132
Ilustração 9.	Operação “pente fino” .....	139
Ilustração 10.	Assassinato de Edson Luís .....	142
Ilustração 11.	Relação de estudantes visados pela polícia .....	144
Ilustração 12.	José Ferreira Lopes (Dr. Zequinha) .....	147
Ilustração 13.	Estudantes arrastam a estátua do busto de Suplicy .....	149

## LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ARENA – Aliança Nacional Renovadora

BNM – Brasil Nunca Mais

C.A. – Centro Acadêmico

CAHS – Centro Acadêmico Hugo Simas

CEP – Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEAP – Departamento Estadual de Arquivo Público

DEE – Diretório Estadual dos Estudantes

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

DÓI-CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EPES – Equipe de Planejamento de Ensino Superior

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e da Cultura

MNDH – Movimento Nacional pelos Direitos Humanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

RU – Restaurante Universitário

RVPSC – Rede de Viação Paraná e Santa Catarina

SNI – Sistema Nacional de Informação

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UP – Universidade do Paraná

UPE – União Paranaense dos Estudantes

UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

USAID – United States Agency for International Development

## RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o engendramento da repressão institucionalizada contra o movimento estudantil, na cidade de Curitiba, Paraná, no período compreendido entre os anos de 1964 à 1969, que correspondem, respectivamente, ao início da ditadura militar no Brasil e, a efetiva extinção da União Paranaense dos Estudantes (UPE) com a dissolução do seu patrimônio, tendo por base os documentos produzidos e/ou arquivados pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Na conjuntura de implantação da ditadura militar, com o golpe de Estado de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional, com a promulgação de Atos Institucionais, Leis e Decretos-Lei, montagem do aparato repressivo e fortalecimento da DOPS, as entidades estudantis, até então existentes, foram substituídas por entidades criadas pela Lei Suplicy (Lei 4.464/64), atreladas à ditadura e sem autonomia. Nesse contexto, o movimento estudantil lutou em favor da Universidade pública, gratuita e de qualidade, pela liberdade democrática e melhores condições de vida, contra a ditadura, o imperialismo, a exploração econômica, a desestruturação do ensino no Brasil e a repressão. Assim sendo, passaram a ser considerados pela polícia política como “inimigos internos” e, por consequência, foram vigiados e perseguidos, muitos foram presos e torturados, outros se engajaram a movimentos de esquerda e atuaram na clandestinidade, outros, foram mortos.

Palavras-chave: Movimento estudantil, DOPS, repressão e violência.

## ABSTRACT

The present research seeks to understand the engenderment of institutionalized repression against the student movement in the city of Curitiba, Parana, in the period between the years 1964 to 1969, which correspond respectively to the beginning of the military dictatorship in Brazil, and the effective extinction Paranaense Union of Students (UPE) on the dissolution of its patrimony, based on the documents produced and / or archived for Delegacy of Political and Social Order (DOPS). In the context of deployment of military dictatorship, with the coup of 1964 and the National Security Doctrine, with the promulgation of Institutional Acts, Laws and Decrees, installation and strengthening of the repressive apparatus of DOPS, the student entities, then existing Were replaced by entities created by Suplicy Law (Law 4.464/64), dictatorship and tied to no autonomy. In this context, the student movement has fought favorable of the public university, free and quality education, democratic freedom and better living conditions, from dictatorship, imperialism, economic exploitation, the disruption of education in Brazil and repression. So, now considered by the political police as "internal enemies" and, consequently, were monitored and harassed, arrested and many were tortured, others have engaged the leftist movements and acted in hiding, others were killed.

Keywords: student movement, DOPS, repression and violence.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a repressão desencadeada contra a União Paranaense dos Estudantes (UPE), durante um período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1969), com base nos arquivos produzidos e/ou documentos arquivados pela DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social – do Estado do Paraná). Entendemos este órgão como uma importante instituição ligada ao Estado, atuando com a finalidade de “manter a ordem”, de exercer o controle e a repressão.

Os estudantes e o movimento estudantil estiveram entre os alvos da atuação da DOPS. Os estudantes geralmente eram “acusados de comunistas”. Aos olhos da DOPS, ser comunista equivalia a ser subversivo, baderneiro, contra a “ordem” estabelecida. Os documentos da DOPS/PR encontram-se sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP), localizado na cidade de Curitiba, capital do Estado. Segundo informações do portal eletrônico do DEAP, este arquivo, é um entre os dez que fazem parte do Projeto Memórias Reveladas.

O Projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), foi criado por uma iniciativa da Casa Civil e da Presidência da República, em 13 de maio de 2009, sendo coordenado pelo Arquivo Nacional. Tal projeto dispõe de um portal eletrônico, o qual coloca à disposição, na Internet, alguns documentos sobre a ditadura militar. Os arquivos integrantes do Projeto estão passando

por um período de organização e digitalização dos documentos, os quais também serão disponibilizados para consulta através do portal ([www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br)).<sup>1</sup>

De acordo com as informações contidas na página eletrônica do DEAP ([www.arquivopublico.pr.gov.br](http://www.arquivopublico.pr.gov.br))<sup>2</sup>, o acervo da DOPS é composto por noventa e dois metros lineares de documentos, mais de 47 mil fichas individuais e 3,7 mil pastas temáticas, sendo o primeiro do País a ser aberto para a pesquisa ainda no ano de 1991, quando o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, decretou o fechamento da referida Delegacia.

A União Estadual dos Estudantes (UEE) do Paraná, denominada União Paranaense dos Estudantes (UPE), foi fundada em 1939, sendo a entidade estadual estudantil mais antiga do País e, durante a ditadura militar, foi a última a ser extinta, no ano de 1969. No mesmo ano, sua sede, localizada em Curitiba, foi incorporada ao patrimônio da Universidade do Paraná (UP, hoje UFPR) e, recuperada em 1983 pela entidade, no entanto em forma de comodato e não como patrimônio.

Os documentos da DOPS, utilizados na presente pesquisa, tratam-se dos dossiês temáticos sobre a UPE e dossiês individuais de alguns dos estudantes que estiveram ligados à presidência da entidade durante os anos de ditadura militar.

Entendemos não ser possível reconstituir a história desta entidade somente com esta fonte. No entanto, ao mesmo tempo, nos deparamos com um problema: há uma vasta documentação que versa sobre a Entidade, porém esta documentação se encontra dispersa e desorganizada. Na sede da referida Entidade, segundo informação de seus atuais dirigentes, não há documentos arquivados sobre o período em estudo. A UPE possui um *blog* na internet, mas dispõe de poucas informações sobre sua trajetória e atuação durante a ditadura militar. Não encontramos sequer uma cronologia de luta ou de presidentes, apenas um artigo, escrito por Madson de Oliveira, ex-presidente da UPE, a quem tive a oportunidade de conhecer durante viagem à Capital por motivos

---

<sup>1</sup> Projeto Memórias Reveladas. [www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br), acesso em 25/06/2009. Os documentos aqui utilizados ainda não se encontram disponíveis no referido portal, sendo então, a consulta à eles, realizada no DEAP, em Curitiba, onde reproduzimos, parte dos mesmos, no formato de fotografias.

<sup>2</sup> Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná. [www.arquivopublico.pr.gov.br](http://www.arquivopublico.pr.gov.br), acesso em 15/02/2009.

relacionados à pesquisa. O artigo aborda, de forma breve, a trajetória da UPE, tendo como enfoque o período de ditadura militar no Brasil.

Em conversa com este ex-presidente tomei conhecimento de que há documentos sobre a entidade em alguns cartórios de Curitiba, no entanto, o tempo que dispomos não nos possibilitaria percorrer os cartórios da Capital em busca de tal documentação supostamente existente. Tomei também conhecimento da existência do processo jurídico de extinção da UPE, que se encontra junto ao Arquivo da Justiça Federal, também na cidade de Curitiba. No referido arquivo, fui informada que somente sendo parte no processo é que se poderia ter acesso ao documento. Outra questão com a qual nos deparamos é a escassa produção historiográfica acerca do tema, que se limita a alguns poucos artigos e que abordam o movimento estudantil de forma geral.

Entretanto, no que se refere ao movimento estudantil brasileiro, existem diversas pesquisas, mas ainda há inúmeras questões importantes relacionadas ao período da década de 1960 e, em especial, ao ano de 1968, não investigadas e elucidadas. Nesse sentido, as discussões são amplas e de opiniões controversas. Por exemplo, a quem interessaria a produção de uma determinada informação por órgãos de controle como sendo expressão de verdade? O movimento estudantil brasileiro e, em especial, o movimento estudantil paranaense, teria sido um movimento subversivo como as fontes da DOPS e outras, de origens semelhantes, procuram afirmar?

Na análise das experiências vividas pelos estudantes, ligados à UPE, partimos do pressuposto de que o conhecimento histórico é um processo em constante construção, parcial e fragmentado, mas que mantém sua relação com o todo, dessa forma procuraremos não perder de vista a noção de totalidade histórica e também a crítica aos documentos. Ao mesmo tempo, tomaremos como ponto de partida o homem, como um ser social, sujeito real e criador da história. Segundo Schaff:

O indivíduo, englobado na sociedade, pela sua gênese e seu caráter, é social, embora, mantendo-se, num certo sentido, como ser autônomo. Quer se trate das classes ou da luta entre elas ou das leis que regem a história, o homem real e

concreto, o criador efetivo da história, constitui o objeto real das preocupações e o sujeito real das ações.<sup>3</sup>

Tendo o indivíduo como ponto de partida para a nossa análise da repressão, não perderemos a noção de totalidade, pois entendemos aqui o indivíduo não como um ser isolado, mas como sujeito: um ser que se tece nas e pelas relações sociais e, ao mesmo tempo, as constrói. Dessa forma, analisaremos as relações políticas mantidas entre os estudantes e a polícia no Paraná, entendendo a política como uma *relação* entre os homens, uma relação que os seres humanos estabelecem entre si, logo o ser humano não é um ser político por natureza, mas sim um ser social. Segundo Arendt: “o homem é a-político. A política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação”<sup>4</sup>.

Essa relação entre os homens nem sempre é harmoniosa, o que pode levar a diversas formas de conflitos. São as contradições e os conflitos que movem a história. É a partir das contradições e conflitos, entre a DOPS e o movimento estudantil paranaense, que buscamos compreender como se engendrou a repressão e, conseqüentemente, a extinção da UPE. O estudo realizado até o momento, acerca da atuação da DOPS e do movimento estudantil, indica uma relação política conflituosa entre os que exerciam o poder de polícia política e os que eram alvos ou submetidos por esse poder. Concepções de política, de sociedade e objetivos divergentes levaram os estudantes à luta. Esta luta, por ser considerada uma ameaça ao regime ditatorial, desencadeou uma forte repressão dos militares contra os estudantes.

Constatamos, através dos arquivos da DOPS, que esta relação conflituosa ocorreu, também, entre os estudantes no Paraná e, não apenas, entre estes e a polícia. Os estudantes ligados à UPE não desenvolveram um movimento homogêneo durante a ditadura militar. Em alguns períodos da trajetória histórica da entidade, identificamos uma maior aproximação com os governos, enquanto que em outros momentos

---

<sup>3</sup> SCHAFF, Adam. A Concepção marxista do indivíduo. In. DELLA VOLPE, Gabano e Outros. *Moral e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 76-77.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. *O que é política?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 23.

verificamos um movimento de contestação aos mesmos. Há momentos onde os próprios relatórios da polícia política identificam estudantes ligados à presidência da UPE, como “democratas”. O sujeito considerado “democrata” era aquele que não representava uma “ameaça” de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Porém, em outros momentos de tais relatórios, vários estudantes são identificados como “comunistas”, “baderneiros”, “agitadores”, “subversivos”, entre outros, sendo estes, considerados perigosos à Segurança Nacional, pois possivelmente estariam engajados na luta contra a ditadura militar.

Procuramos, no decorrer da pesquisa, perceber a repressão contra esses estudantes, sobretudo aos que a DOPS identificava como “comunistas”. Nestes termos, como atuava a DOPS em relação ao movimento? Quais eram os interesses acerca das informações produzidas e arquivadas pela polícia política?

Considerando que tanto a DOPS como o movimento estudantil brasileiro possuem uma história anterior ao golpe de 1964, foi necessário uma breve análise de ambos, para que pudéssemos, em seguida, perceber a relação política mantida entre estes e, entender o engendramento histórico a que nos propomos na pesquisa.

Quando se efetivou o golpe de 1964, os estudantes já haviam participado muitas vezes de movimentos contrários ou favoráveis aos governos anteriores. A DOPS, por sua vez, mantinha suas próprias práticas políticas, divergentes daqueles. Assim sendo, compreendemos que a trajetória política desses dois grupos organizados da sociedade é anterior a 1964 e intensificada a partir desta data. Ela não surge com o golpe, mas se intensifica a partir do golpe militar.

A problemática a ser abordada na presente pesquisa constitui-se num desdobramento de uma pesquisa inicial de conclusão de curso produzida por mim durante a graduação, na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), intitulada *Movimento estudantil e repressão: a UNE e o golpe de 1964*. Foi nesse momento que tive contato com as fontes da DOPS que se encontram no DEAP. Trata-se de um aprofundamento dos estudos em relação ao movimento estudantil, em especial, no que se refere à atuação da UPE, questão essa não discutida

no trabalho acima mencionado. Com sede na capital do estado desde o seu surgimento, em 1939, optamos por delimitar o espaço da pesquisa à Curitiba.

O recorte temporal, 1964 a 1969 (parte do período da ditadura militar no Brasil), é considerado um período de manifestações estudantis intensas, não apenas no Brasil, mas em vários outros países. Sobretudo no ano de 1968, se organizaram movimentos de estudantes contra os sistemas estabelecidos, de luta pela liberdade, pelos direitos humanos e pela autonomia das universidades. Esses movimentos, não raras vezes, foram fortemente reprimidos. Delimitamos a pesquisa entre os anos de 1964, por se tratar do início da ditadura militar e, especificamente da promulgação da Lei 4.464/64 (Lei Suplicy), a qual extinguiu todas as entidades estudantis existentes. No entanto, a UPE continuou organizando suas atividades, ao início de 1969, ano em que foi efetivamente extinta a União Paranaense dos Estudantes, momento que a referida entidade perdeu seu patrimônio e o movimento estudantil no Paraná foi desestruturado.

Ao analisarmos a repressão desencadeada contra o movimento estudantil, não o vemos como vítima do processo histórico transcorrido no Brasil, mas o concebemos como sujeito histórico e não homogêneo. Tomamos por base aqui a discussão de Ernesto Bohoslavsky em sua crítica à concepção da história das instituições de controle social na Argentina:

Esta concepción de la historia de las instituciones de control social ha utilizado – y requerido – de un enfoque las más de las veces victimista. Los sujetos que aparecen representados en la historiografía del control aparecen en su carácter de sometidos por el accionar de las instituciones estatales. No son considerados como sujetos capaces de entender el significado de los sucesos que están viviendo, no se los considera con la habilidad necesaria para reaccionar de manera ingeniosa (a nivel individual y/o grupal) frente a las instituciones que sobre ellos intervienen. Sin embargo, una serie de investigaciones recientes ha estimulado los debates teóricos de esta historiografía. Su semilla se expresa en la exigencia de tomar nota de que los sujetos se acercan de formas estratégicas, inteligentes y creativas a esas instituciones de control social. (...)

Esto no implica considerar a los aparatos de control como instrumentos neutrales, disponibles para quien quisiera servirse de ellos. Pero sí fuerza a considerar a los que antes aparecían como meras víctimas del avance estatal, como sujetos dotados de capacidad cognitiva y reactiva. Sujetos que pueden entender lo que sucede, que pueden actuar – probablemente de manera asaz acotada – sobre esa realidad y que en muchas ocasiones procuraron orientar la

disposición de esa fuerza de control en un sentido favorable para sus intereses.<sup>5</sup>

Observamos a força do Estado e do aparato repressivo montado e isso já nos faria subentender que haviam movimentos organizados contra a ditadura, ou seja, sujeitos conscientes da política repressiva e que lutavam e, não apenas vítimas, pois ao contrário não haveria a necessidade de uma preocupação com a “segurança nacional”, suas várias leis e órgãos destinados a este fim. No entanto, isso não quer dizer que não tenha havido vítimas (pessoas assassinadas, torturadas, que sofreram violência física e moral) nesse processo. Ainda de acordo com Bohoslavsky:

Los que fueron retratados como meras víctimas de un orden racionalizador y modernizador, en realidad sería más fructífero pensarlos como sujetos capaces de realizar ejercicios de apropiación selectiva, estratégica e instrumental de aquellos aspectos que le resultaban convenientes (esto no quita nada al hecho de que fueron, efectivamente, víctimas de un proceso social que no habían impulsado ni elegido). Pero por más que hayan sido los derrotados de este proceso, no se trata de arcilla que espera dócilmente la llegada de los sectores dirigentes o del Estado para tomar la forma que éstos deseaban. Son sujetos capaces de tejer alguna trama interpretativa sobre los sucesos que estaban viviendo: y que a partir de esa comprensión, calculan, miden y actúan utilizando una multiplicidad – no necesariamente coherente – de estrategias con diversos y cambiantes niveles de éxito.<sup>6</sup>

A luta dos estudantes contra a ditadura militar atraiu, para si, o olhar vigilante da DOPS. A documentação da DOPS<sup>7</sup> constitui uma importante fonte para a análise da repressão ao movimento estudantil. Trabalhar com essa documentação nos põe frente à questão de grande importância no que se refere ao movimento estudantil no Paraná.

---

<sup>5</sup> BOHOSLAVSKY, Ernesto. La incurable desidia y la ciega imprevisión argentinas. Notas sobre el Estado, 1880-1930. s/n. In: VILAS, Carlos, IAZZETTA, Osvaldo, FORCINITO, Karina y BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Estado y política en la Argentina actual*. Universidad Nacional de General Sarmiento/Prometeo Libros, Buenos Aires, 2005, p. 107-129.

<sup>6</sup> Idem. Ibid.

<sup>7</sup> Em algumas passagens do texto vemos a denominação “a DOPS”, enquanto que em outras vemos “o DOPS”, essa diferença é devido a diferente denominação que o órgão recebeu em cada estado, em alguns como Delegacia de Ordem Político Social, nesse caso “A DOPS” e, em outros, era designado como Departamento de Ordem Político Social, “O DOPS”.

Pretende-se aqui tomar conhecimento da repressão ao movimento com base em uma documentação oficial, percebendo, nas entrelinhas desta, algumas das ações dos estudantes, que não silenciaram frente ao autoritarismo estatal.

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro “trabalhar com os arquivos da polícia política brasileira significa avaliar uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, enquanto braço repressor do Estado, tinha como função o controle do indivíduo”<sup>8</sup>. O que chama atenção em trabalhar com os documentos da DOPS é estarmos produzindo uma pesquisa com uma fonte histórica utilizada pelo próprio órgão repressivo que mantinha a finalidade de identificar a oposição, caracteriza-la como “perigosa” e, exercer a repressão. Devemos considerar, sobretudo, que a documentação pertencia a uma instituição, neste caso, contrária à atuação do movimento estudantil e que tinha seus próprios interesses na documentação produzida e arquivada.

Assim, o que difere essa documentação das demais fontes está exatamente no fato de que esta tenha sido produzida pela própria ditadura militar. Assim, buscamos perceber os interesses daqueles que produziam a documentação, como forma de controle, vigilância e incriminação dos considerados “suspeitos”. O que se propõe é construir o conhecimento histórico sobre a repressão ao movimento estudantil no Paraná, durante a década de 1960, a partir da análise desse “exercício moderno do poder através das instituições públicas”<sup>9</sup>.

Neste sentido, os arquivos da DOPS permitem aos historiadores novas possibilidades de investigação. Ainda de acordo com mesma autora:

Com a parcial abertura dos arquivos da polícia política brasileira (DOPS), os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão, como também, de reconstruir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos da História do Brasil Contemporâneo. *PROIN* (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005, s/p. Disponível em: <http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigoarquivospoliciapolitica.pdf>, acesso em 12/03/2009.

<sup>9</sup> Idem. Ibid.

<sup>10</sup> Idem. Ibid.

Nesta direção, a atuação da DOPS pautou-se, em todos os momentos históricos, desde o seu surgimento, por manter um controle sobre a população, um controle político, social e, muitas vezes, inclusive, econômico e cultural, legitimado pelo poder do Estado. Segundo estudos de Thomas H. Holloway, “a ação policial expressou, em diferentes momentos, a formação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade da elite dominante.”<sup>11</sup> Cabe aqui perceber quem eram os investigados pela polícia política e quais eram os interesses do Estado frente a essas pessoas, a essa população ou grupos sociais considerados como perigosos à ordem e ao desenvolvimento nacional. A esses grupos subalternos e/ou excluídos institucionalmente da política, o Estado autoritário procurou manter, de várias formas, por meio de muitos aparatos institucionais, conformados e alienados politicamente.

Esse sistema repressivo é identificado por alguns pesquisadores como terrorismo de Estado. Hannah Arendt traz uma definição sobre as formas de governos que se constituem em terrorismo de Estado:

Um Estado se converte em terrorista quando de forma deliberada e como decisão política utiliza os meios de que dispõe de forma clandestina para ameaçar, seqüestrar, torturar, assassinar, colocar bombas, realizar estragos e incêndios, etc., com a cumplicidade dos órgãos oficiais e colocando os habitantes numa situação de absoluta indefesa.<sup>12</sup>

Além das práticas de repressão institucionalizadas no Brasil, outras constituíram o quadro repressivo. Os seqüestros de líderes da oposição, prisões clandestinas, torturas, assassinatos e as valas clandestinas para a ocultação dos cadáveres das vítimas da brutalidade política, constituem parte do cenário político das décadas de 1960 e 1970.

Por outro lado, ainda durante a ditadura militar, começaram a surgir organizações e grupos clandestinos em defesa dos direitos humanos. Essas lutas foram

---

<sup>11</sup> Idem, Ibid.

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid, Alianza, 1932, p. 592

para além da luta pela anistia dos presos políticos, sendo criado em 1982 o Movimento Nacional pelos Direitos Humanos (MNDH). Trata-se de uma luta que vem se construindo, historicamente, contra a violência.

Além das discussões sobre os direitos humanos, há, atualmente, a luta pela preservação da memória, sobretudo, a partir da abertura dos arquivos da ditadura. Avaliando a importância histórica de tais arquivos, definem-se os mesmos como indispensáveis na luta pela garantia dos direitos humanos uma vez que, através deles é possível identificar a violência do Estado, quais foram os opressores e quais foram os oprimidos.

Durante muitos anos a documentação da DOPS não esteve disponível para o processo de investigação histórica. Atualmente, com a abertura dos seus arquivos, temos a nossa disposição mais uma importante fonte histórica. Segundo Jessie Jane Vieira da Sousa é inegável o valor desses arquivos.

É inegável o valor probatório do acervo sob a guarda do APERJ<sup>13</sup>, já que ele incorpora valores importantes na afirmação de direitos civis, ao transformar aquilo que foi absolutamente necessário para o controle do Estado sobre o cidadão em instrumento de afirmação da cidadania onde o direito à informação e a recuperação da memória são absolutamente fundamentais.<sup>14</sup>

Para além da abertura dos arquivos da DOPS outros, de origem semelhante, de vários países que, a partir da década de 1980, passaram por um período de transição política, motivaram discussões em torno da importância destes arquivos:

Los archivos influyen decisivamente en la vida de los pueblos y de las personas. Ningún ejemplo ilustra de mejor manera esta afirmación que el de los documentos al servicio de la represión. La imagen de los archivos de los

---

<sup>13</sup> A autora se refere ao Arquivo do Rio de Janeiro que é um entre os arquivos que guardam a documentação da DOPS. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home#>, acesso em 03/05/2009.

<sup>14</sup> SOUSA, Jessie Jane Vieira. Das atividades antidemocráticas à luta pela cidadania plena: Rio de Janeiro: *Revista do Centro Cultural Banco do Brasil*, 2001; s/p. Disponível em: [http://www.ppghis.ifcs.uff.br/media/jessie\\_jane\\_do\\_exercicio.pdf](http://www.ppghis.ifcs.uff.br/media/jessie_jane_do_exercicio.pdf), acesso em 24/05/2009.

servicios de seguridad del estado en los regímenes represivos son una muestra gráfica en sí misma de la dimensión de su trascendencia. Si bien es cierto que durante la vida de tales regímenes las víctimas de los servicios de información policial sienten en sus carnes, aun sin tener noticia de ellos, el peso de estos archivos, cuando la democracia llega y sus fondos se abren es cuando la ciudadanía toma conciencia absoluta de su influencia en la vida de las personas.<sup>15</sup>

Há, nesse mesmo sentido, discussões sobre a preservação dos fundos repressivos, uma vez que estes exercem influência direta sobre a vida dos povos e das pessoas. Um caso específico discutido pelo Conselho Nacional de Arquivos em conjunto com a UNESCO, em 1995, referia-se à questão chilena, onde não se tem conhecimento da existência de documentos das principais instituições repressivas do país, como identifica Quintana:

Entre los primeros ejemplos podemos citar a Chile, paradigma de la situación en la Sudamérica de habla española. No se tiene conocimiento de la existencia de documento alguno de las principales instituciones represivas de la Dictadura Militar [...] La experiencia chilena es en este caso muy esclarecedora: quienes más han tenido que perder han sido los ciudadanos chilenos y quienes más han tenido que ganar con la desaparición de los documentos han sido los agentes de la represión y sus máximos responsables.<sup>16</sup>

A preservação dos documentos dos regimes repressivos é imprescindível para a preservação da memória e, por consequência, para a garantia dos direitos humanos e também para a produção historiográfica, portanto, neste último caso, deve-se ter o cuidado, por parte do historiador ou do pesquisador, de não interferir ou ferir os direitos individuais e a intimidade das vítimas de tais regimes, para que se assegure a não exposição destas, uma vez que em tais documentos há muitas informações sobre a vida dos indiciados. Neste sentido, são vários os pesquisadores que chamam a atenção sobre

---

<sup>15</sup> QUINTANA, Antonio González. Los archivos de la seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos. El informe del Grupo de Expertos constituido por acuerdo del Consejo Internacional de Archivos y la UNESCO para el estudio de los *Archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*, fue aprobado en la Tercera Reunión del grupo, celebrada en la Universidad de Salamanca (España), del 11 al 13 de Diciembre de 1995. Disponible em: <http://portal.unesco.org>, acesso em 25/05/09.

<sup>16</sup> Idem. Ibid.

este assunto. Entre eles Ângelo Priori que fala sobre a “responsabilidade do pesquisador frente às informações retidas no documento”<sup>17</sup>. E, ainda, sobre essa mesma problemática da documentação, Silvia Maria Amâncio chama a atenção para limites e possibilidades que se impõem à pesquisa:

Tendo em vista que os agentes da DOPS documentavam minuciosamente todas as suas ações, entre seu acervo há documentos particulares que, uma vez publicados de forma incorreta, podem ferir a vida privada do cidadão fichado pelo órgão, circunstância em que se choca com os direitos universais do ser humano.<sup>18</sup>

Ao analisarmos os documentos, fichas e relatórios produzidos pela DOPS, nos deparamos com as mais variadas informações sobre a vida dos “suspeitos” da ditadura militar, o que nos faz correr o risco de expor a vida privada dos indiciados. Nesse ponto, nos defrontamos com a questão da ética e do profissionalismo que devemos manter uma vez que estamos em contato com tais informações. Essa questão também é levantada por Beatriz Kushbir:

Os governos acham legítimo criar instrumentos de vigilância e informação, contudo quando estes mecanismos adquirem o caráter de documentos de pesquisa, novas regras são implementadas. O embate se dá entre os artigos 12 e 19 da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Se no primeiro instruir que [...] ‘todo indivíduo tem à liberdade de opinião de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e idéias por qualquer meio de expressão’. O segundo indica que: Ninguém sofrerá intromissões em sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques a sua honra e reputação. Contra tais intromissões e ataques toda pessoa tem o direito à proteção da lei.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> PRIORI, Ângelo. “Dops: repressão, violência e controle social”. In. *Revista da Aduem*. Ano 1. n° 1. Julho/Dezembro, 1998, p. 21.

<sup>18</sup> AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra: hoje monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Dissertação de Mestrado (UEM), 2009. p. 62.

<sup>19</sup> KUSHNIR, Beatriz. “Pelo buraco da fechadura: o acesso a informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP)”. In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002. p. 562.

Por ser esta uma preocupação entendida como de extrema importância para a pesquisa histórica, a mesma é perceptível em vários autores. É importante lembrar que esta questão também foi discutida pelo Conselho Internacional dos Arquivos:

Además, en todos los países que han vivido etapas de represión política, a la finalización de ellas el interés que estos archivos han despertado entre los investigadores ha sido enorme. Desde los historiadores a los periodistas se ha manifestado un legítimo deseo de conocer en toda su profundidad la realidad de la represión vivida. Hay que dar una respuesta a esta exigencia con todas las garantías legales para no interferir con la actuación judicial y, a la vez, para salvaguardar la intimidad de las víctimas de la represión. Incluso en los casos de Punto Final hay que tratar de hacer valer este derecho.<sup>20</sup>

Além dos cuidados que devem ser tomados ao dialogar com essas fontes é interessante notar as mudanças ocorridas em torno da função dos documentos da DOPS, que por muito tempo atuaram no sentido de repreender os cidadãos e que, com a abertura dos arquivos, ajudam esses mesmos cidadãos, a conquistar os seus direitos. Como diz Jessie Jane Vieira de Sousa:

Durante o período de vigência destes órgãos, a informação era concebida antes de tudo como um elemento que possibilitava o controle da ordem social e política. As constantes demandas políticas da sociedade civil, notadamente os movimentos sociais iniciados nas décadas de 1970 e 1980, imprimiram uma redefinição no sentido político desta informação: aquilo que antes servia para controle do cidadão é hoje utilizado para garantia de seus direitos.<sup>21</sup>

A partir das leis criadas após a abertura política no Brasil, cuja finalidade trata-se da indenização de familiares dos mortos e desaparecidos políticos e, também, de ex-presos políticos, a responsabilidade em provar a violência do Estado contra a população ficou a cargo dos próprios ex-presos ou, de seus familiares, para os casos dos mortos e desaparecidos, tendo estes que juntar o maior número possível de provas. Nesse sentido, os arquivos da polícia, dentre eles os da DOPS, constituem-se, atualmente, em

---

<sup>20</sup> QUINTANA, *Los archivos...*, op. cit. s/p

<sup>21</sup> SOUSA, *Das atividades antidemocráticas...*, op. cit. s/p.

importantes fontes para se provar a violência e o terror desencadeados sob responsabilidade do Estado.

Para além desse aspecto, os documentos arquivados pela DOPS demonstram uma grande variedade e uma “riqueza inquestionável” para a produção do conhecimento histórico, pois, dentre eles podemos verificar os relatórios policiais, panfletos, recortes de jornais, fichas individuais, livros, entre outros. Segundo Carla Reis Longui:

Os textos redigidos pelos investigadores apresentam uma riqueza inquestionável, uma vez que tais representantes procuravam anotar as informações que recebiam e narrar os acontecimentos, muitas vezes, detalhadamente. Além dos relatórios, as reportagens que selecionavam dos jornais, as fotografias e os materiais apreendidos constituem um quadro amplo que nos auxilia a compreender e a enriquecer o estudo de determinados contextos históricos.<sup>22</sup>

Percebe-se, a partir da bibliografia consultada, e do contato que mantivemos com a documentação da DOPS, uma quantidade considerável de jornais arquivados junto aos relatórios:

Parte significativa dos dados de arquivo que orientam a ação dos investigadores são obtidos através da “verificação dos jornais”, ou seja, a leitura diária da grande imprensa fornecia indicação de lideranças, assuntos tratados e locais de reuniões, jornais, manifesto e material de propaganda, realização de comícios, etc.<sup>23</sup>

Analisar essa documentação nos põe frente às questões teóricas e metodológicas, comprometidas socialmente a partir do momento que entendemos o sujeito histórico como um sujeito social. O conteúdo dos documentos evidencia relações e práticas da ordem política que esteve vigente no país, e, ao mesmo tempo, um

---

<sup>22</sup> LONGHI, Carla Reis. (orgs). *O Deops/Sp em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 108.

<sup>23</sup> PEREIRA, M. G.; FIGUEIREDO, M. B. C.; REZNIK, L. “A Reconstituição do acervo” In: *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993. p. 23.

movimento estudantil comprometido com a luta contra o autoritarismo estabelecido institucionalmente.

Analisar a repressão praticada contra o movimento estudantil a partir de um documento oficial exige muita responsabilidade e compromisso com a produção do conhecimento. O manuseio e análise das fontes são uma questão delicada e para isso devemos ter clareza sobre sua procedência, quem as produziu e para que fins foram produzidas e organizadas, pois um documento não é prova da verdade. Interpretação, muitas vezes apresentada como verdade, é incompleta e, por sua vez, construída a partir de um determinado interesse ou contexto histórico. O mesmo podemos dizer sobre o conhecimento. Ambos são um processo em constante construção.

Segundo Adam Schaff, “o conhecimento é sempre um processo, e não um dado pronto e definido.”<sup>24</sup> Um certo número de pesquisas já foram realizadas sobre o movimento estudantil no Brasil, porém “os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes, mas ainda selecionam e até mesmo percebem e apresentam diferentemente os fatos”<sup>25</sup>, sem que com isso se perca a veracidade, até mesmo porque o objetivo buscado não é a produção de uma história imparcial ou mesmo descompromissada, nem mesmo uma história oficial como muitas vezes foi produzida em nossa sociedade acerca do tema aqui tratado:

A maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes. De fato, certas modalidades de história ainda possuem essa função. Aquelas famosas biografias neovitorianas de políticos, que recentemente entraram de novo na moda, por certo não são lidas pelas massas. Nem se tem clareza sobre quem as lê, além de um punhado de historiadores profissionais e alguns estudantes que ocasionalmente precisam consultá-las para escrever seus trabalhos.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> SCHAFF, *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 89.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 216.

Como sabemos, o ensino no período da ditadura militar era controlado por órgãos institucionais e repressivos (um aparelho institucional foi montado para planejar a educação), a produção do conhecimento histórico também foi controlada, a história aceita e permitida era a história oficial, aquela que elogiava e enaltecia o sistema. Nesta direção, segundo Fontana,

(...) a história em más mãos – e temos visto repetidamente – pode tornar-se uma temível arma destrutiva (...) “Neste século, em especial – escreveu Linda Colley – milhões de homens e mulheres morreram em virtude de que eles, e outros, acreditaram em construções sobre o passado com as quais foram alimentados por políticos, jornalistas, fanáticos – e também por maus historiadores.” Infelizmente não se pode dizer que isso seja coisa do passado. A história está presente hoje, em regra geral, na base dos preconceitos utilizados para justificar as mais diversas formas de opressão e de extermínio, com o pretexto de superioridades raciais ou de civilização, laicas ou religiosas.<sup>27</sup>

Percebemos essas dimensões também na documentação produzida pela DOPS. Grande parte da documentação traz o discurso das autoridades políticas, porém a nossa intenção é explicitar o movimento estudantil e suas práticas políticas a partir da leitura e análise do conteúdo dos documentos. A documentação é formada por discursos que trazem os interesses de seus autores, cabe ao pesquisador interpretar esses discursos, fazer as análises necessárias para que se possa formular sua concepção acerca da problemática em estudo. Nestes termos, como ensina Maria Luiza Tucci Carneiro:

“fazer” a História do Brasil Contemporâneo a partir dos documentos policiais, implica numa maneira de ler estes registros. O historiador vai trabalhar com palavras, datas, fatos e imagens, avaliando-as no sentido inverso do raciocínio policial que estava muito mais preocupado com o agente do delito do que com o delito em si. Cabe ao historiador (des)construir esta versão, ciente de que ali existem silêncios propositais. E, como num quebra-cabeça, nem todas as peças se encaixam. Registros comprometedores certamente foram eliminados e, possivelmente, transformados em pó. Hoje, se pensarmos numa polícia política informatizada, tais testemunhos poderão ser facilmente deletados pulverizando a história que ainda mal foi escrita.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo, EDUSC, 2004. p. 488-489.

<sup>28</sup> CARNEIRO, *Os arquivos...*, op. cit. 2005, s/p.

Podemos concluir aqui, que mesmo com todas essas formas de violência e repressão, os movimentos sociais continuaram a existir, fortemente prejudicados, mas não extintos. Segundo Alba Zaluar:

Mesmo em momentos de relativa estabilidade, quando a hegemonia está assegurada por todos os instrumentos de que dispõe – aparelhos educacionais, Igrejas, imprensa, canais audiovisuais, etc. – mesmo que possua uma camada de intelectuais orgânicos eficiente, mesmo que atinja o máximo da eficácia conseguindo a identificação positiva dos dominados, ela nunca se impõe inteiramente às classes subalternas. Estas não são puramente receptivas, passivas e condicionadas do exterior.<sup>29</sup>

Aqui ainda poderíamos acrescentar a violência. Ao analisar o movimento estudantil brasileiro e paranaense concordamos com a autora acima mencionada, uma vez que se evidencia uma grande luta entre os oprimidos e os opressores durante o período delimitado como recorte temporal para a realização da dissertação de mestrado. O movimento passou por um processo político marcado pela repressão, no entanto, mesmo vigiados e perseguidos por instituições estatais, os estudantes não se acomodaram diante da política da ditadura imposta ao país com o golpe de 1964.

A partir do levantamento feito nos arquivos da DOPS, em Curitiba, nos meses de janeiro e junho de 2010, percebemos a importância histórica de seus registros para a produção do conhecimento histórico. Há uma quantidade imensa de documentos que trata do movimento estudantil no Paraná. Pesquisar todos esses documentos seria inviável devido ao tempo do qual dispomos para realizar a pesquisa.

Ao mesmo tempo, não é nosso propósito darmos conta de toda a trajetória da UPE durante o período militar e, também, entendemos não ser possível realizar isto apenas com a documentação da DOPS. Como já mencionamos anteriormente, não há uma documentação organizada, pelo menos no que tivemos contato, sobre a UPE. Com uma documentação dispersa, em cartórios na cidade de Curitiba e um Processo de Extinção da UPE, com aproximadamente seiscentas páginas, sabendo ainda, que muitas pessoas poderiam ser entrevistadas e que, provavelmente, existam muitos outros

---

<sup>29</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 56-57.

documentos dos quais não tomamos conhecimento. Outra questão que identificamos é a rara produção historiográfica acerca dessa entidade.

Considerando as questões levantadas acima, nos propomos discutir, no primeiro capítulo, o engendramento da política repressiva no contexto da ditadura militar no Brasil, analisando os Atos Institucionais e leis que se referem à questão da “Segurança Nacional”, os acordos MEC-USAID, bem como a atuação da DOPS, sua trajetória histórica e a repressão desencadeada por este órgão. E, neste contexto, trataremos também do movimento estudantil brasileiro durante a ditadura militar.

No segundo capítulo, analisamos parte da trajetória histórica da UPE, com base nos dossiês da DOPS, sobre a União Paranaense dos Estudantes, onde identificamos dimensões da repressão política desencadeada contra a entidade, culminando com a extinção da UPE e a dissolução de seu patrimônio no início do ano de 1969. Neste capítulo explicitamos ainda as divergências de posicionamentos, no interior do próprio movimento estudantil, sobretudo entre a UPE e o CAHS (Centro Acadêmico Hugo Simas) do Curso de Direito da Universidade do Paraná, atual UFPR, principalmente no período de 1965 a 1966.

No terceiro capítulo analisamos o contexto político no Paraná no momento do golpe de 1964, o apoio do então governador do estado, Ney Braga, aos militares e a desestruturação de possíveis focos de resistência. Para tanto, utilizamos alguns documentos que não são de origem da DOPS, como, os jornais *Gazeta de Itapoá* e *Paraná Online* e uma entrevista realizada por José Carlos Dutra com três generais, sendo eles, Raymundo Negrão Torres, Ítalo Conti e Justo de Moraes, que atuavam em 1964. Em seguida, apontamos algumas das práticas políticas dos estudantes no Paraná, dentre eles a luta contra a violência desencadeada pela ditadura, a luta contra a lei Suplicy e os acordos MEC-USAID, bem como a luta contra a tentativa de implantar o ensino pago em instituições públicas de ensino superior no Estado. A Universidade Federal do Paraná seria a primeira, no País, a implantar essa cobrança, a qual se iniciaria no ano de 1968 para os estudantes que ingressassem na Universidade a partir daquele momento. Evidenciamos, ainda nesse capítulo, a perseguição e repressão, desencadeadas contra as lideranças estudantis. Para essa análise utilizamos os documentos arquivados nos dossiês individuais de alguns dos estudantes como, Stênio

Sales Jacob, Nilson Sguarezzi, Roberto Requião de Mello e Silva, José Ferreira Lopes, Palmira Amâncio, Berto Luiz Curvo, dentre outros. Utilizamos, ainda, alguns documentos arquivados nos dossiês sobre a União Paranaense dos Estudantes.

# **CAPÍTULO I**

## **A ATUAÇÃO DA DOPS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**

Neste capítulo analisamos o processo de institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil e seus aparatos repressivos, com base nos Atos Institucionais e demais leis promulgadas no País, as quais se referem à segurança nacional, bem como identificamos o uso da violência praticada em nome da “Segurança Nacional”, que procurava desmoralizar a oposição, colocando seus integrantes numa posição de “elementos perigosos” para, assim, justificar a violência cometida pelo Estado. Especificamente procuramos compreender a trajetória política da DOPS e a sua atuação no País, bem como algumas das práticas políticas do movimento estudantil brasileiro e a repressão política que foi desencadeada contra o mesmo.

### **1.1 A Repressão “em nome da Segurança Nacional”**

Antes de iniciarmos uma discussão em torno da DOPS, é necessário abordar algumas questões relacionadas ao período da ditadura militar brasileira, como a denominada Doutrina de Segurança Nacional, que tornou-se Lei de Segurança Nacional a partir do Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967. A partir daí podemos entender as

práticas da DOPS, vendo-a como uma instituição ligada aos governos militares durante a ditadura, cujas relações de poder se faziam sentir nas camadas oposicionistas, ou seja, um órgão institucionalizado que detinha o poder de polícia e, por sua vez, exercia tal poder de acordo com os parâmetros políticos estabelecidos no País, ou de acordo com os interesses da ditadura.

Neste sentido, a partir do golpe de 1964, a DOPS atuou num contexto de supressão das liberdades democráticas, no qual “... a repressão e o terror como política de Estado, foram formuladas através de uma bem arquitetada estrutura legislativa, que dava sustentação ao regime militar.”<sup>30</sup>

A preocupação com a segurança nacional foi uma das características dos regimes autoritários que foram instaurados na América, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Para os governos militares era necessário conter ou eliminar aquilo que pudesse vir a atrapalhar o modelo de desenvolvimento econômico<sup>31</sup> adotado pela ditadura. Nesta conjuntura, o considerado inconveniente, o denominado “inimigo

---

<sup>30</sup> PRIORI, Ângelo. A Doutrina de segurança nacional e o manto dos atos institucionais durante a ditadura militar brasileira. Revista *Espaço Acadêmico* – Nº 35 – Mensal – ISSN 1519.6186. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm> acessado em 15/01/10. s/p.

<sup>31</sup> Sobre o modelo econômico das ditaduras instauradas na América Latina, Padrós afirma: “Economicamente, as ditaduras militares cumpriram determinadas tarefas que consolidaram a abertura ao capital internacional (inclusive ao nível do controle da produção e da propriedade). A aplicação dos receituários neoliberais do FMI e do Banco Mundial impuseram políticas de estabilização que transformaram boa parte da região em praças fiscais e paraísos para as multinacionais. Isto foi acompanhado de um agudo crescimento do endividamento externo, propiciando a aceleração de processos de concentração de renda e desnacionalização da economia, assim como a exploração da denominada “vantagem corporativa” propiciada pela baixíssima remuneração da força-de-trabalho, como forma de inserção de novas orientações determinadas pela Divisão Internacional do Trabalho. A monopolização da economia também atingiu o setor primário exportador, valorizado pela obrigação de cumprir com o pagamento da dívida (o que priorizou uma política de exportação para gerar saldos positivos a serem utilizados na amortização dos compromissos financeiros internacionais). Paralelamente a isto, derrubaram-se barreiras e protecionismos alfandegários iniciando-se o processo de levar o Estado a abrir mão de certas atividades que, após sucateadas, passam a baixo custo para a iniciativa privada. Toda essa engenharia levou a pauperização cada vez maior dos setores populares e de boa parte da classe média, a desativação do “Estado de bem estar”, e a exclusão e maior periferação da maioria da população, aumentando consideravelmente a base da pirâmide social em função da acentuação da concentração de capital. Essas são algumas das tendências gerais geradas pela aplicação de receituários externos que já possuíam um perfil neoliberal bastante definido. (...) processo constante e gradual de transnacionalização da economia; aumento do endividamento externo e da ingerência de instituições internacionais: FMI, Banco Mundial, etc.; processos inflacionários e políticas econômicas recessivas; altos índices de desemprego e subemprego”. PADRÓS. Enrique Serra. Ditaduras militares e neoliberalismo: relações explícitas nos descaminhos da América Latina. In. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, FAPA, n. 16, março 1996, p. 67-92, p. 77-78.

interno” era todo aquele que, de alguma forma, procurava contestar o autoritarismo estabelecido. Segundo Pascual:

Em nome da segurança nacional, o regime militar argentino (1976 – 1983) instaurou uma ditadura militar cruenta, que institucionalizou o terrorismo a partir do próprio Estado, juntamente com a prática comum e generalizada de seqüestros, prisões sem processo em centros clandestinos de detenção, torturas e a liquidação física de seres humanos, com a ocultação de seus cadáveres.<sup>32</sup>

Isso não nos parece muito distante da realidade brasileira após o ano de 1964. Durante o período de ditadura militar no Brasil, muitos foram acusados como inimigos, subversivos, terroristas, entre outros termos. Parte destes acusados de por em risco a segurança nacional e o desenvolvimento do país, acabaram sendo presos, torturados, muitos desapareceram e outros foram assassinados. Não podemos ainda saber ao certo o número de vítimas, pois muitos dos arquivos da repressão ainda se encontram fechados para pesquisa. Entretanto, um levantamento de dados, através do livro “Brasil nunca mais”, um dos livros originados a partir da pesquisa BMN (Brasil Nunca Mais), relaciona, em seu Anexo III, cento e vinte e cinco (125) nomes de desaparecidos políticos entre os anos de 1964 a 1975.<sup>33</sup> Outro levantamento foi feito pela pesquisa “Dossiê Ditadura: mortos e Desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”, o qual relaciona os nomes de quatrocentos e trinta e seis (436) pessoas entre mortos e desaparecidos durante o período da ditadura militar brasileira. No mesmo livro há uma cópia da Lei dos Mortos e desaparecidos Políticos, Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, a qual reconhece, no momento de sua promulgação, cento e trinta e cinco (135) nomes de mortos ou desaparecidos sob responsabilidade de crime praticado pelo Estado.<sup>34</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, na visão de Ângelo Priori e de Marcos Antonio de Barros surge com a Segunda Guerra Mundial, que culminou com a

---

<sup>32</sup> PASCUAL, Alejandra. *Terrorismo de estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Unb, 2004. p. 20.

<sup>33</sup> ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 32ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2001. Anexo III, p. 291-293.

<sup>34</sup> IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. Imprensa Oficial, São Paulo, 2009. p. 725-732, 748-752.

criação da Escola Superior de Guerra (ESG), como vemos nos trechos dos textos dos autores:

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, pairava sobre as Nações mais desenvolvidas do mundo um sentimento comum que as movia para a criação de novos organismos políticos destinados a proteger a paz mundial e a proporcionar o avanço do progresso da humanidade. Foi daí que surgiu, em 26 de junho de 1945, a Organização das Nações Unidas – ONU, que teve no seu Conselho de Segurança o ponto alto de sua formação e representatividade, sobretudo pelo papel decisivo que passou a desempenhar na concretização de acordos firmados no plano de segurança internacional.

Os reflexos desse sistema internacional foram logo sentidos no Brasil, o que restou bem claro com a criação da Escola Superior de Guerra, cuja fundação se deve à Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, que em seu art. 1º indicava quais as metas que visava atingir, visto a destinação que lhe fora dada, ou seja, “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”. Pode-se dizer que os estudos realizados sob a inspiração de tais critérios foram decisivos para a edição da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que passou a tratar da Segurança Nacional.<sup>35</sup>

Terminada a guerra, toda uma geração de militares brasileiros passaram a freqüentar cursos militares norte-americanos. Quando esses oficiais retornavam dos EUA, já estavam profundamente influenciados por uma concepção de “defesa nacional”. Tanto que alguns anos mais tarde vão criar a Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas. Essa escola foi estruturada conforme a sua similar norte-americana *National War College*.<sup>36</sup>(...) Foi dentro da ESG que se formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional.<sup>37</sup>

A ESG foi criada pela Lei 785, em 1949, como “... instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> BARROS, Marco Antonio de. *A lei de segurança nacional e a legislação penal militar*. Artigo disponível em <http://www.justitia.com.br/artigos/4714cb.pdf> acessado em 15 de janeiro de 2010, h: 10:46.

<sup>36</sup> Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos da América.

<sup>37</sup> PRIORI. *A doutrina de segurança nacional...*, op. cit., s/p.

<sup>38</sup> Brasil. Artigo 1º da Lei 785, de 20 de agosto de 1949.

Todavia, como mencionado anteriormente, a Segurança Nacional não trata de uma questão exclusiva da última ditadura militar e tampouco um caso exclusivamente brasileiro, mas sim de um contexto mundial gerado após o término da Segunda Guerra Mundial. Como afirma Padrós, essa doutrina constitui-se no “esqueleto teórico que fundamenta os regimes militares e que justifica a emergência das Forças Armadas no cenário político das diversas formações sociais”.<sup>39</sup>

Foi ainda no pós segunda guerra que houve uma maior difusão dos ideais comunistas e anti-comunistas pelo mundo. Com a Guerra Fria os conflitos se tornaram mais intensos e a propaganda anti-comunista ganhou espaço nas nações capitalistas, sobretudo nos Estados Unidos da América que, por sua vez, a disseminaram pelos demais países, mostrando o comunismo como o inimigo do desenvolvimento, da paz e da ordem, como uma patologia que deveria ser erradicada. Ainda segundo Padrós:

A leitura do novo cenário internacional que se configura a partir do final da Segunda Guerra Mundial provoca a elaboração de um conjunto de idéias que, refletindo a bipolaridade da Guerra Fria, corporifica novas e necessárias estratégias de dominação que devem pautar o comportamento dos EUA. Em relação à América Latina, dissemina-se através das diversas Academias e Escolas de Guerra formadora de quadros militares especializados.<sup>40</sup>

Não obstante a Segurança Nacional tenha tornado-se lei no Brasil no ano de 1967, anteriormente a essas leis, questões relacionadas à segurança nacional foram firmadas sob a forma de lei, como é o caso da Lei nº. 38, promulgada em 4 de abril de 1935, sob o governo de Getúlio Vargas, a qual define os crimes contra a “ordem política e social”, com a finalidade de impor penas mais severas aos “crimes políticos”, sobretudo visando enquadrar os integrantes da recém formada Aliança Nacional Libertadora (ALN). Ainda no mesmo ano essa lei foi reformulada, após a Intentona Comunista, com o aumento das penas, tendo sido, novamente reformulada no ano de 1938. Em 5 de janeiro de 1953, também sob o governo de Vargas, foi promulgada a Lei nº. 1.802.

---

<sup>39</sup> PADRÓS, *Ditaduras militares e neoliberalismo...*, op. cit., p. 78.

<sup>40</sup> Idem, *Ibid.*

Ainda sobre a ESG, a pesquisa *Brasil Nunca Mais* afirma que entre os anos de 1954 e 1964, a ESG elaborou “... uma teoria de direita para a intervenção no processo político nacional. A partir de 1964, a ESG funcionaria também como reformadora de quadros para ocupar funções nos sucessivos governos”.<sup>41</sup>

#### Segundo Priori:

Foi dentro da ESG que se formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que “inimigo interno” era antes de tudo, comunista.<sup>42</sup>

Um dos principais órgãos que exerciam esse controle da Segurança Nacional era a DOPS. Ao analisar seus relatórios, verificamos, de forma clara, quem era visto como “inimigo interno”: quase sempre aquele que estava envolvido com algum movimento contra o sistema político estabelecido no País e, em grande parte dos casos, este “inimigo interno” era visto como comunista. O comunismo, na visão da polícia política, mesmo antes de 1964, era o causador dos “males” e representante dos perigos para a segurança do País, assim sendo, precisava ser eliminado. De acordo com Padrós:

A DSN estará organicamente vinculada aos enfoques geopolíticos através de alguns conceitos básicos: a apreensão da bipolaridade e a satanização de um dos lados, e o entendimento de que o Estado é um organismo vivo identificado com a nação e que é suscetível de ser contaminado com o vírus comunista (o que justifica a sua intransigente defesa a qualquer custo).

Através da bipolaridade a DSN apontou para a “teoria de dois mundos inimigos”, contrapondo maniqueisticamente o mundo comunista e bárbaro do mundo livre ocidental e capitalista no qual, por razões de ordem geográfica e moral, estava inserida a América Latina. Era no bloco anticomunista que se configurava a sua segurança e, portanto, a segurança coletiva do hemisfério. A identificação do comunismo como “peste” e entidade biológica que se manifesta como um câncer no tecido social da América Latina justificava a

---

<sup>41</sup> ARNS, *Brasil nunca mais...*, op. cit., p. 70.

<sup>42</sup> PRIORI, *A doutrina de segurança nacional...*, op. cit., s/p.

idéia de guerra total. Sendo assim, todos os recursos disponíveis deviam ser canalizados para cumprir esse fim. O objetivo era claríssimo: a justificativa da destruição do inimigo invisível que apodrecia o organismo estatal permitia jogar com o pânico, lembrando permanentemente à população que a infecção não era externa à nação, mas estava dentro dela, contaminando-a. O discurso do inimigo interno, oculto e com grande potencial subversivo, atraiu setores abastados ainda não comprometidos com as ditaduras, assim como boa parte da classe média.<sup>43</sup>

Diante desse suposto “perigo comunista”, que poderia estar em qualquer lugar e que assombrava as nações capitalistas ou envolvidas pelo capitalismo internacional, dentre elas o Brasil, as campanhas anticomunistas organizadas pelas Forças Armadas ou por demais setores organizados da sociedade ganharam força. Exemplo disso vemos no documento a seguir, produzido pela chefatura de polícia de Curitiba em 1952:

Solicito à autoridade policial a quem êste for apresentado que preste, aos Srs. GUSTAVO BRANCO e MANOEL A. DE FREITAS JÚNIOR, o apôio julgado necessário à campanha anti-comunista que os mesmos vêm – desenvolvendo em todo o território nacional, com o – objetivo de esclarecer os homens de bôa fé sôbre os males e riscos da infiltração comunista no ambiente social brasileiro.<sup>44</sup>

Antes de passarmos à análise da Lei de Segurança Nacional, cabe ainda, fazermos algumas observações a respeito dos Atos Institucionais que, ao todo, foram dezessete, num período de tempo que se estendeu de 9 de abril de 1964 (AI -1), até 14 de outubro de 1969 (AI - 17).<sup>45</sup> A análise se faz necessária, pois os Atos Institucionais configuram a institucionalização do regime autoritário e do aparato repressivo. São atos que configuram a Doutrina de Segurança Nacional antes mesmo de ela se tornar lei.

---

<sup>43</sup> PADRÒS, *Ditaduras militares e neoliberalismo...*, op. cit., p. 78-79.

<sup>44</sup> Estado do Paraná, CHEFATURA DE POLÍCIA. Curitiba, 9 de janeiro de 1952. Ten. Cél. Albino Silva. DOSSIE: DOPS – Documentos Antigos. Número 780<sup>a</sup>, topografia 89, período 1939 a 1945, 1948, 1951 a 1953, 1958, 1965 a 1968

<sup>45</sup> Não nos deteremos aqui nos Atos Institucionais que não se relacionam diretamente aos objetivos propostos pela pesquisa.

O preâmbulo do AI-1 procura legitimar o golpe de estado de 1964 e afirmá-lo como uma “revolução vitoriosa”, com apoio da Nação, abrindo ao Brasil uma nova perspectiva para o seu futuro e, conseqüentemente, afastando-o do comunismo.

É indispensável fixar o conceito de movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública e nacional, é uma *autêntica revolução*.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas *o interesse e a vontade da Nação*.

(...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de *reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil*, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a *restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria*. *A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar* (...).

(...) Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e *tomar as urgentes medidas a drenar o bolsão comunista*, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. (itálico meu).<sup>46</sup>

Como neste Ato Institucional, em vários outros atos observamos a afirmação que a ação dos militares em 1964 (o golpe) tratava-se de uma revolução. Revolução esta que traduziria a vontade da Nação, na sua “quase totalidade”. Não podemos negar que o movimento militar teve grande apoio de determinados grupos da sociedade, de partidos políticos e de parte do clero, inclusive de parte da alta hierarquia da Igreja Católica para a efetivação do golpe. Não podemos nos esquecer dos inúmeros movimentos anti-comunistas que vinham sendo difundidos no país, entre os quais de uma ala conservadora da Igreja Católica<sup>47</sup>. Ao mesmo tempo, há que se lembrar dos movimentos

---

<sup>46</sup> Brasil, Ato Institucional nº 1. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

<sup>47</sup> Neste sentido ver o texto de Ruy Mauro Marini. *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. O autor faz uma análise da conjuntura política brasileira anterior e posterior ao golpe de 1964. Segundo o autor: “Sofrendo uma violenta compressão de seu nível de vida e ocorrendo isto um governo chamado de esquerda, essas classes [aqui o autor se refere às classes médias] tornaram-se cada vez mais permeáveis à propaganda que lhes apresentavam as reivindicações operárias como elemento

sociais que lutavam por direitos, a luta pela terra, e as lutas do movimento estudantil e dos trabalhadores, bem como as propostas de Reformas de Base do Governo João Goulart. Isso representava uma ameaça ao poder político dos latifundiários e das grandes empresas, como também, neste sentido, uma ameaça ao capital privado. A Igreja Católica também se sentia ameaçada pela expansão dos ideais comunistas entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Nesse contexto, era necessário “restaurar a ordem interna”, ou seja, aniquilar tudo aquilo que pudesse por em risco o desenvolvimento capitalista (a acumulação de capital). Para que isso se concretizasse, os militares e setores das classes dominantes viram a necessidade de depor o Presidente da República, mudar a Constituição e se utilizar de uma série de aparatos repressivos como: DOPS, DÓI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), SNI (Sistema Nacional de Informações), dentre outros, para extinguir os movimentos sociais com suas lutas para conquistar seus direitos. No entanto, seria difícil que isso se concretizasse sem um forte aparato ideológico, disseminado pelos meios de comunicação e pela rede escolar e também contar com o apoio de instituições representativas da sociedade. Aí vemos a grande influência da Igreja com a sua doutrina anti-comunista, responsável por boa parte da produção do medo do comunismo entre seus fiéis.

Na intensa “propaganda”, desencadeada no País antes do golpe, via-se o “comunismo” como o grande responsável pelos males da sociedade em praticamente todos os seus aspectos. Isso acabava gerando um sentimento de medo na população que, na sua maioria, não tinha um conhecimento efetivo do que era o comunismo. Podemos afirmar que a Igreja teve importante participação na produção desse medo, pois “sua palavra” era e ainda é considerada por muitos, como incontestável. Logo após o golpe, iniciaram-se as alterações na Constituição, com uma série de Atos Institucionais e o desencadeamento da repressão para eliminar o “inimigo”. Segundo Padrós:

---

determinante do alto do custo de vida. As greves sucessivas que paralisavam os transportes e demais serviços públicos, afetando-os diretamente, lhes pareciam uma confirmação de que o país encontrava-se a bordo do caos e as levaram a aceitar a tese da direita de que tudo aquilo era apenas um plano comunista. *A intervenção da Igreja Católica precipitou essa tendência.* Através do “rosário em família” realizaram-se, em todas as cidades, concentrações anticomunistas nas casas. Dali se passou a manifestações públicas, as chamadas “marchas da família, com Deus, pela liberdade.” p. 42. (Itálico meu).

A militarização do Estado é apresentada como única possibilidade de resistir ao “império do mal” (cada vez mais presente na Ásia e África). O Estado é visto como instrumento responsável para desencadear a guerra interna contra as forças subversivas da ordem vigente. Para obter-se eficiência nessa empreitada, precisa-se ampliar a esfera de ação e controle sobre o conjunto da sociedade (Couto e Silva, 1967). Forças Armadas e Estado se identificam e se confundem desde esta perspectiva onde o combate ao “mal maior” justifica muitas coisas. Críticas e discrepâncias às orientações dadas são condenadas como antipatrióticas e divisionistas e devem ser eliminadas por atentarem contra os “interesses gerais da nação” (que o Estado militar diz sintetizar). Um Estado forte, autoritário, estável e militarizado deve estar permanentemente alerta e deve antecipar-se ao inimigo que está a espreita. Medidas de prevenção, justificadas por tal diagnóstico, levam à prática repressiva e amordaçamento do movimento popular.<sup>48</sup>

É dessa forma que os militares justificavam o golpe de estado e se auto-definiam como “revolucionários”, justificavam ainda a grande mudança na estrutura legislativa do País, bem como o aparato repressivo que suprimiu as liberdades democráticas, impôs o silêncio e institucionalizou a violência contra todos os setores de oposição política.

Com o Ato Institucional nº 1 foi instituída a eleição indireta para presidente da República. O presidente passou a ter poder para fechar o Congresso, decretar estado de sítio, cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, abrir inquéritos e processos para investigar crimes contra a ordem estabelecida e, ainda, suspender direitos políticos por um prazo de dez anos.

O Ato Institucional 2 reforçou ainda mais a segurança nacional e suprimiu a liberdade democrática. Em seu preâmbulo explicita a necessidade de restrições constitucionais como forma de alcançar os propósitos da ditadura:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isso precisa de tranqüilidade. *Agitadores* de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto prazo de tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos,

---

<sup>48</sup> PADRÓS, *Ditaduras militares e neoliberalismo...*, op. cit., p. 79.

procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para estabelecer a paz, promover o bem-estar do povo a preservar a honra nacional. (Grifo meu).<sup>49</sup>

Novamente se afirmava o golpe como sendo uma revolução vitoriosa que continuava a existir e seria democrática. Uma revolução que precisava de tranqüilidade, ou seja, que não houvesse oposição, ou quem pudesse, por meios legais ou “ilegais”, contrariar o modelo de desenvolvimento capitalista, altamente excludente e dependente do capital internacional, e o regime político autoritário dos militares, como citado no próprio preâmbulo acima sob o termo de vocação política da nação. Essas pessoas, identificadas pela polícia política como “agitadores”, eram perseguidas para que houvesse a suposta “paz” e, assim sendo, muitos foram presos, torturados e mortos. Tais pessoas eram consideradas, pela ditadura militar, uma ameaça ou, perigosos à Nação uma vez que poderiam exercer influência sobre outras pessoas não satisfeitas com o regime e gerar um movimento de revolta.

A DOPS teve importante participação na identificação os “inimigos”, persegui-los e reprimi-los, como evidencia a grande quantidade de materiais apreendidos e os inúmeros inquéritos que se encontram atualmente em diversos arquivos no País. Afirma-se, ainda, no AI-2 “*que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem*”. Outras partes do AI-2 reforçam a questão de Segurança Nacional, entre as quais:

Art. 12 – (...) Não será, porém tolerada a propaganda de guerra, de subversão, da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

Art. 13 – O Presidente da República poderá decretar estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Art. 15 – No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer

---

<sup>49</sup> Preâmbulo do Ato Institucional nº 2, editado em 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/AIT/ait-02-65.htm>, acesso em 26/05/2010.

cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único – Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiveram seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16 – A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no, art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do código eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I – a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II – a suspensão de direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III – a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV – a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

Art. 17 – Além dos casos previstos na Constituição Federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo determinado:

I – Para assegurar a execução da lei federal;

II – Para prevenir ou reprimir a subversão da ordem.

Art. 18 – Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros.

Art. 30 – O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matérias de segurança nacional.<sup>50</sup>

Propaganda de guerra e propaganda subversiva podiam ser interpretadas como propaganda de oposição aos militares. Este Ato extinguiu os partidos políticos até então existentes, passando-se a organizar os novos partidos que ocupariam o cenário político, sendo eles: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – partido dos militares que se encontravam no exercício do governo – e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que era a oposição permitida. O presidente passou a ter poderes para intervir nos Estados para que pudesse controlar a oposição, bem como para controlar seus respectivos representantes políticos. Também passou a ter poder para suspender direitos políticos dos cidadãos. Extinguindo o pluripartidarismo e cedendo espaço ao bipartidarismo, os militares procuraram ter o controle do processo político partidário, ao

---

<sup>50</sup>Brasil, Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/cciv/il03/AIT/ait-02-65.htm>, acesso em 27/05/2010.

mesmo tempo em que poderiam continuar afirmado que a ditadura imposta se tratava de uma revolução democrática, pois, nas falas destes, havia a oposição.

Segundo Priori, o mais controverso e violento dos Atos Institucionais foi o AI-5, pois:

O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, reedita os princípios do AI-1, suspende o princípio do *habeas corpus* e institui de forma clara e objetiva a tortura e a violência física contra os opositores do regime.

Na verdade o AI-5 simbolizou um forte ciclo de repressão com amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes.<sup>51</sup>

O AI-13, de 5 de setembro de 1969 também menciona a segurança nacional e, em nome dela, a possibilidade do Estado expulsar do País brasileiros considerados uma ameaça ao regime:

Art. 1º - O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado e da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.<sup>52</sup>

Nos próximos capítulos, ao abordarmos a repressão institucionalizada ao movimento estudantil paranaense, articulado pela UPE, evidenciamos mais claramente quem foi visto como inimigo interno, que gerava tantas preocupações aos governos militares e que precisava ser detido, fosse através do medo ou da violência.

A Doutrina de Segurança Nacional tornou-se lei no Brasil com o Decreto-lei nº. 314, de 13 de março de 1967. Esse decreto-lei definiu os crimes contra a segurança

---

<sup>51</sup> PRIORI, *A doutrina de segurança nacional...*, op. cit., s/p.

<sup>52</sup>Brasil. Ato Institucional nº 13, de em 5 de setembro de 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/AIT/ait-13-69.htm>, acesso em 25/06/2010.

nacional e suas respectivas penas, definindo também o que entendiam por guerra psicológica adversa e guerra revolucionária ou subversiva.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado de uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.<sup>53</sup>

Esse decreto-lei definiu como crime contra a segurança nacional a distribuição de materiais ou propagandas de origem estrangeira com idéias contrárias à Constituição. Podemos aqui entender como idéias contrárias à Constituição, principalmente aquilo que se aproximava do comunismo ou que alertava sobre o quadro sócio-econômico do país. No Art. 21 vemos: “tentar subverter a ordem ou estrutura político social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena – reclusão, de 4 a 12 anos”. Os atos que pudessem vir a provocar a “guerra revolucionária” também passaram a ter pena de reclusão. No art. 33 temos a seguinte redação:

Art. 33. Incitar publicamente:

I – à guerra ou à ordem político-social;

II – à desobediência coletiva às leis;

III – à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV – à luta pela violência entre as classes sociais;

V – à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI – ao ódio ou a discriminação racial;

---

<sup>53</sup>Brasil. Decreto-lei 314, de 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126124/decreto-lei-314-67>, acesso em 26/05/2010.

Pena – detenção, de 1 a 3 anos.<sup>54</sup>

As manifestações de oposição e críticas estavam proibidas, pois se tratavam de desobediência às leis, a imprensa foi censurada, pois o que nela se publicava era controlado e estava sob o risco de ser fechada caso houvesse alguma “publicação subversiva”. Este ponto é tratado no art. 38:

Art. 38. Constitui, também, *propaganda subversiva*, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional:

I – a publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II – a distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV – comício, reunião pública, desfile ou passeata;

V – a greve proibida;

VI – a injúria, calúnia ou difamação, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições;

VII – a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores;

Pena – detenção, de 6 meses a 2 anos.<sup>55</sup> (Itálico meu).

Nos documentos arquivados nas pastas da DOPS, evidencia-se o que era considerado propaganda subversiva: qualquer material que explicitasse opinião que fosse contrária ao governo se constituía em uma ameaça à segurança nacional. Quando essa propaganda chegava às mãos dos órgãos institucionalizados para a repressão, esses materiais eram apreendidos como prova de perigo para a nação. Há uma infinidade de recortes de jornais arquivados, livros, panfletos, cartazes com frases contra a ditadura. Essa coleta de material pelos agentes da DOPS era uma prática de rotina, podia identificar participantes de movimentos e também investigar a posição da própria imprensa.

O material arquivado não inclui apenas matérias de contestação ao regime. O que temos em mãos para a elaboração da presente pesquisa se refere apenas ao movimento estudantil, mas a partir daí podemos perceber que os materiais apreendidos

---

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem.

não eram exclusivamente contrários à ditadura, muitos eram favoráveis ao governo e faziam severas críticas aos estudantes, e em alguns casos, acabavam aparecendo nomes de envolvidos com o movimento e mesmo imagens que podiam levar a polícia-política a identificar seus suspeitos.

Sobre o Decreto-lei nº. 314/67, Gusson assevera acerca da concepção anti-subversiva a ser adotada pelos indivíduos e instituições:

A nova Lei de Segurança Nacional reivindica uma postura anti-subversiva de toda a sociedade, já que a defesa da segurança nacional deveria ser responsabilidade não só das Forças Armadas, como de toda a pessoa natural ou jurídica da sociedade civil. Dessa maneira, "*indivíduos e organizações poderiam ser considerados criminalmente responsáveis por deixar de fornecer informações sobre as atividades daqueles considerados pelo Estado como parte do inimigo interno*". (ALVES, 2005, p. 108). (Itálico da autora)<sup>56</sup>

E, como já mencionado anteriormente, se analisarmos o contexto histórico mundial percebemos que não se trata de uma política desenvolvida com exclusividade no Brasil, mas que fez parte de um contexto mais amplo, de expansão do capitalismo que vinha se desenvolvendo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo Lessa:

A partir de meados da década de 1950, os Estados Unidos, seguidos depois pela Europa e Japão, esparramaram pelo Terceiro Mundo as transnacionais em busca da matéria-prima, da energia e da mão-de-obra muito mais em conta no Terceiro Mundo. E, para adaptarem estes países às demandas draconianas das transnacionais, elas foram seguidas muito de perto por ditaduras, militares ou civis [...] Uma das características importantes deste momento é que a tortura, que regredira desde o século XIX, volta a ser empregada como instância dos aparelhos judiciais de muitos países.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> GUSSON, Claudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>57</sup> LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 283.

No Brasil, a repressão institucionalizada ocorreu com a atuação de vários órgãos, sendo um deles a DOPS. Esta Delegacia atuou no sentido de reprimir movimentos contrários ao sistema e ao regime estabelecido, utilizando-se, para tanto, de práticas da tortura e violência. Ainda de acordo com o mesmo autor “torturas e democracia, ao final do século XX, tornaram-se compatíveis em um grau e intensidades inimagináveis algumas poucas décadas antes”.<sup>58</sup>

A DOPS não foi uma novidade do período militar ou de períodos autoritários. Mesmo em períodos democráticos, a DOPS esteve atenta aos movimentos sociais, considerados como ameaça à “ordem” estabelecida. A DOPS esteve presente na história do País, à disposição dos governos, desde a década de 1920, tendo em cada período histórico um alvo principal de combate, como nos mostra Silvia Maria Amâncio, em sua dissertação de mestrado:

A ação da polícia política estava sempre relacionada aos momentos históricos da sociedade, direcionando prioritariamente, mas não exclusivamente, suas investigações para um determinado assunto, instituição ou grupo social: de 1920 a 1930, com o nascimento do proletariado brasileiro, o órgão dedicou grande preocupação com o movimento operário; no período de 1930 a 1945 a DOPS direcionou o seu olhar para os movimentos tenentistas e, depois de 1942, para os alemães e japoneses, devido à adesão do Brasil ao lado dos países aliados. De 1945 a 1964, frente a uma efervescência de conflitos no meio rural, o órgão centrou seu foco nos movimentos sociais no campo e nas atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), muitas vezes envolvidos nestas questões. Entre 1964 e 1979, anos acirrados da Ditadura Militar, a polícia política centrou a sua ação sobre os movimentos de esquerda, envolvidos na luta contra o regime; e de 1979-1989, a preocupação foi direcionada aos movimentos populares e por direitos humanos na luta pelo fim da ditadura militar.<sup>59</sup>

Podemos perceber que, não apenas em períodos ditatoriais, mas também em períodos considerados democráticos, a polícia política esteve presente para investigar e punir aqueles que de alguma forma se postavam contrários ao sistema estabelecido. Porém, mesmo antes da década de 1920, haviam órgãos direcionados à função de polícia política:

---

<sup>58</sup> Idem. p. 284.

<sup>59</sup> AMANCIO, *Ontem, luta pela terra...*, op. cit., p. 64.

Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, à qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República. Essa inspetoria foi extinta a 20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma sessão de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário.<sup>60</sup>

Estando presente em vários momentos históricos, sob diferentes designações, a documentação da DOPS se refere “as atividades de comunistas, integralistas, militares, intelectuais, artistas, estudantes, lideranças políticas, jornalistas, movimentos políticos, sociedades civis, sindicatos e periódicos”<sup>61</sup>, ou seja, a respeito de todos aqueles considerados como “ameaça” ao poder, “qualquer cidadão que não se adequasse ao projeto político estipulado pelo grupo dominante no poder”<sup>62</sup>. Nestes termos, “... por trás da ação desta polícia política emerge a figura soberana do Estado (meio real, meio mítica), que nos momentos de instabilidade política teve a necessidade de nomear os seus inimigos.”<sup>63</sup>

A historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa fez uma discussão em torno da função da polícia política e afirmou que a repressão, muitas vezes, se encontra relacionada à pobreza, engendrada pelo modelo econômico-social excludente:

Cabe à polícia, sobretudo, combater os inimigos internos, os pobres, os excluídos ou aqueles dissidentes armados ou não. Trata-se, portanto, de uma polícia que mesmo em tempos de não ditadura, especializou-se em combater algum inimigo do *status quo*. Em nosso caso, desde os tempos coloniais, este inimigo vem se confundindo com os pobres gerados pelo modelo econômico e

---

<sup>60</sup> MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentação da polícia política do Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998. p. 2. Esse mesmo trecho é citado por Jessie Jane Vieira no artigo: *Do exercício de atividades antidemocráticas à luta pela cidadania plena*.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> AMANCIO. *Ontem, luta pela terra...*, op. cit., p. 60.

<sup>63</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia...*, op. cit. s/p.

social responsável pelas nossas desigualdades ou com aqueles que, de uma forma ou de outra, se identificam com as causas destes pobres.<sup>64</sup>

No período de Vargas a DOPS teve importante atuação juntamente com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), atuando no combate às idéias consideradas de caráter comunista, desenvolvendo uma acirrada perseguição a escritores e editoras que produziam obras vistas como “perigosas”. Como retrata Tucci Carneiro em seu livro *Livros Proibidos, Idéias Malditas*, até mesmo livros infantis como os de Monteiro Lobato se tornaram alvos da censura devido ao fato do autor tratar de questões como a pobreza no Brasil. A literatura para as crianças de Monteiro Lobato era considerada uma espécie de “comunismo para as crianças.”<sup>65</sup> Segundo a autora:

Tanto o DIP como o DOPS funcionavam como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo imagens [...] O DOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi responsável – juntamente com o DIP e Ministério da Educação e Saúde – por atos de saneamento ideológico que nos revelam como se processava a lenta mutilação do saber. Alimentava-se atitudes de delação consideradas por muitos cidadãos como um “ato de fé”, crenças de estarem servindo à Nação em nome da Segurança Nacional.<sup>66</sup>

A DOPS “através da *lógica da suspeição* manteve-se vigilante, procurando, sempre que possível, apreender a literatura “*perigosa*” e processar os seus mentores intelectuais”<sup>67</sup>. Ainda, a mesma autora faz menção a uma série de editoras perseguidas e invadidas no Estado Novo, o que nos leva a perceber, além da censura, a resistência ao regime autoritário varguista. Uma grande parte dessa perseguição se dava devido à suspeita de edições de obras de cunho marxista. Mesmo envelopes enviados pelo correio podiam ser suspeitos e, assim, eram supervisionados. Nestes termos, “para a

---

<sup>64</sup> SOUSA, *Das atividades antidemocráticas...*, op. cit., s/p.

<sup>65</sup> Sobre esse tema ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2ª ed. PROIN. São Paulo, Fapesp, 2002, (capítulo: Comunismo para crianças. p. 151-158).

<sup>66</sup> CARNEIRO, *Livros proibidos...* op. cit., p. 47-48.

<sup>67</sup> Idem, p. 49-51.

polícia, a vida de cada cidadão deveria ser como um livro aberto: sem segredos.”<sup>68</sup> Em relação aos livros apreendidos, muitas vezes a polícia não tinha muito conhecimento sobre o seu conteúdo, porém eram confiscados todos que tivessem a possibilidade de conter características revolucionárias:

A polícia política conseguiu, em vários momentos de sua trajetória, penetrar no submundo literário das obras clandestinas. Movida por ideais nacionalistas, criou critérios próprios de censura mesmo sem ter conhecimentos da essência filosófica dos livros apreendidos. Durante o ato da apreensão listavam-se e confiscavam-se todos os títulos que tivessem a possibilidade de ser rotulados de “revolucionários”. A bibliografia assimilada pela esquerda comunista foi a mais visada até a extinção do órgão em 1983. O “credo vermelho” transformou-se na nova heresia do século XX.<sup>69</sup>

Contudo, essas investigações se tornaram ainda mais acirradas com o início do regime militar. A DOPS, neste período, foi um dos principais órgãos de repressão institucionalizada. Segundo a pesquisa Brasil Nunca Mais:

No caso de São Paulo, o DOPS (mais tarde DEOPS) chegou praticamente a competir com o DÓI-CODI<sup>70</sup> na ação repressiva, reunindo em torno do delegado Sérgio Paranhos Fleury<sup>71</sup> uma equipe de investigadores que, além de torturar e matar inúmeros opositores, eram simultaneamente integrantes de

---

<sup>68</sup> Idem, p. 99.

<sup>69</sup> Idem, p. 109.

<sup>70</sup> “Um dos mais importantes órgãos repressivos da ditadura militar, o DOI-Codi do II Exército, produziu estatísticas confidenciais sobre presos políticos que revelam a ocorrência de 50 mortes sob custódia e a passagem por ali de mais de 6.700 pessoas suspeitas ou acusadas, em menos de cinco anos (setembro de 1970 a junho de 1975)”. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Estatísticas do DOI-Codi. *Revista Adusp*, maio de 2005. p. 74.

<sup>71</sup> Segundo Alberto Ramos e Marcos Fernandes da equipe do *Correio Brasiliense*. “O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi o mais famoso integrante do Dops de São Paulo. Até a sua morte – em 1º de maio de 1979, na Ilhabela, litoral paulista, quando se afogou ao cair de um iate –, o delegado colecionou indiciamentos judiciais por sua participação em torturas e assassinatos de centenas de comunistas na década de 70 e liderança no Esquadrão da Morte, equipe de agentes da ditadura destacada para perseguir militantes de esquerda. Para livrá-lo da prisão, os deputados da ditadura criaram a Lei nº 5.941. A medida permitia que todos os réus com bons antecedentes respondessem julgamento em liberdade, mesmo se tivessem sido condenados em primeira instância. A lei ficou conhecida como Lei Fleury. O delegado liderou o fuzilamento do guerrilheiro comunista líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, numa rua de São Paulo em 1969.” Retirado de: <http://pessoal.educacional.com.br/up/2600001/376873/t133.asp>, acesso em 25/04/2010.

um bando autodenominado “Esquadrão da Morte”. Esse “Esquadrão”, a pretexto de eliminar criminosos comuns, chegou a assassinar centenas de brasileiros, muitos dos quais não registravam qualquer tipo de antecedente criminal.<sup>72</sup>

Para “manter a Ordem” a polícia política procurou levantar minuciosamente informações e contou com um grande aparato repressivo. Segundo Aquino, a DOPS “neste exercício de dominação, lançou mão de práticas violentas e ilegais (como a tortura, o cárcere privado e a execução sumária)”<sup>73</sup>.

A repressão se fez, também, no contexto do denominado “milagre econômico, enquanto que os trabalhadores conviveram com o arrocho salarial e com intervenções nos sindicatos, controlados e vigiados pela polícia. A intervenção estadunidense também se fez presente nesse contexto, além dos órgãos como a DOPS e o SNI. De acordo com Marco Aurélio Santana:

Nesta sua luta contra os setores mais conservadores, os comunistas [*aqui o autor se refere ao PCB*] vão denunciar as pressões e as tentativas de aliciamento que os dirigentes sindicais “mais combativos e honestos” vinham sofrendo. Segundo eles, no plano da pressão atuavam o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informação (SNI). A ação desses órgãos vinha no sentido de coagir com ameaças as atividades sindicais (FREDERICO, 1987, p. 80).<sup>74</sup>

Em relação à intervenção estrangeira, o mesmo autor afirma que eram ofertadas “diárias”, passagens e outras vantagens aos dirigentes de sindicatos que desejassem ir aos Estados Unidos ou ao México, onde receberiam cursos com aulas impregnadas de anticomunismo. Além disso, os Estados Unidos tiveram outras formas de atuação direta na repressão a movimentos revolucionários. Segundo Lessa, os EUA

---

<sup>72</sup> ARNS, *Brasil nunca mais*. op. cit., p. 74.

<sup>73</sup> AQUINO, Maria Aparecida. *No coração das trevas: Deops/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial. 2001, p. 23.

<sup>74</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe a transição democrática*. s/p. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9321/8605>, acesso em 28/06/2010.

participaram ativamente na Operação Condor<sup>75</sup>, objetivando “a repressão aos movimentos revolucionários latino-americanos e montaram as escolas militares como a do Panamá nas quais a tortura fazia parte do currículo”.<sup>76</sup>

O recolhimento das provas pela DOPS demonstra um dos objetivos do autoritarismo. O “suspeito” era investigado e uma imagem negativa a seu respeito ia sendo construída, “o discurso da ordem assume um tom acusatório ao apontar para o inimigo”<sup>77</sup>. Além das investigações realizadas pela polícia, havia também a repressão preventiva, que consistia em denúncias anônimas que contribuía com o regime, seja de forma interessada ou espontânea, essa “consistia em acumular um sem-número de informações sobre a vida (pública ou privada) dos indivíduos considerados potencialmente subversivos”<sup>78</sup>.

Para se conseguir essa massa de informantes anônimos que denunciam seus vizinhos e amigos, o regime se utilizava de vários meios de informações. Esses informantes espontâneos eram “pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar”<sup>79</sup>, ou mesmo pessoas que se identificavam com a propaganda difundida pelo regime, sem muitas vezes ter conhecimento sobre as conseqüências de suas ações.

Em 1969, o Serviço Nacional de Informações (SNI), editou um documento direcionado aos cidadãos, sob o título “Decálogo de Segurança”, onde alertava ao povo

---

<sup>75</sup> Trata-se de uma aliança político-militar do início da década de 1970, entre os países da América do Sul, tendo por finalidade coordenar a repressão contra a oposição aos regimes ditatoriais implantados nos países sul-americanos. Segundo matéria publicada no jornal Inverta 27/01/2009: Segundo Padrós, “a Operação Condor foi uma articulação multinacional do terror das ditaduras militares do Cone Sul das Américas, ou seja, entre as forças de repressão do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia para o sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento de opositores às ditaduras militares. Dela participaram ditadores, comandantes militares e agentes civis do Brasil, Uruguai, Chile, Argentina, Bolívia e Paraguai.” Disponível em <http://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/432/debate/operacao-condor-uma-articulacao-multinacional-do-terror-das-ditaduras-militares-do-cone-sul-das-americas> acessado em 27/06/2010 às 16:48h.

<sup>76</sup> LESSA, *Trabalho e proletariado...*, op. cit., p. 284.

<sup>77</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política...*, op. cit., s/p.

<sup>78</sup> MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In. *Revista Brasileira de História*. Vol. 17, n 34, São Paulo, 2007, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-01881997000200011>, acesso em 06/05/2009.

<sup>79</sup> Idem.

sobre o suposto “perigo” que representavam os movimentos de luta contra a ditadura, fazendo um apelo a esses mesmos cidadãos para que estivessem atentos e denunciassem qualquer atitude que pudessem identificar como suspeitas:

Decálogo de Segurança:

1. Os *terroristas* jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e combatente pode combatê-lo. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente, avise logo a polícia. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
2. Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de amigos que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil *numa guerra que visa destruir você, sua família* e tudo o que você mais ama nesta vida?
3. Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. *Aprenda a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo o que você vê e ouve.* Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando *fazer de você um bobo* com um simples jogo de palavras.
4. Se você for convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhes pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
5. Aprenda a observar e a guardar de memória alguns detalhes das pessoas, viaturas e objetos, na rua, nos bares, no cinema, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabeleireiros, nos bancos, nos escritórios, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente.
6. Não receba estranhos em sua casa, mesmo que sejam da polícia – sem antes *pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes:* número de identidade, repartição que expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc. O documento também pode ser falso.
7. Nunca pare o seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê carona. Ande sempre com as portas de seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro com algum estacionamento ou posto de serviço, procure guardar alguns detalhes das pessoas que o cercam.
8. Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive o anonimato.
9. Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
10. *A nossa desunião será a maior força de nosso inimigo.* Se soubermos nos manter *compreensivos, cordiais, informados*, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá<sup>80</sup>. (Itálico meu).

---

<sup>80</sup> DEAP/DOPS, Pasta SNI, 1969. *Apud*: MAGALHÃES: *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

Evidencia-se no panfleto um apelo por parte do sistema repressivo, de envolver a sociedade na luta contra o “inimigo interno” para “manter a ordem”. E entenda-se como ordem aquela estipulada pelos militares, a proibição de todas as manifestações de forma contrária à ditadura. A autoridade se demonstrava como protetora da Nação, enquanto que cabia ao cidadão cooperar com o regime. Cabe esclarecer quem eram os *terroristas* ou os *inimigos* na visão da polícia política, que muitas vezes se referia aos estudantes. As mensagens cifradas indiretas, presentes em músicas e outros veículos de comunicação também são alertas à população, assim como a delação faz parte das estratégias policiais para conhecer possíveis suspeitos. Essa propaganda do regime sobre o inimigo também diz respeito aos estudantes:

Suspeite-se dos estudantes quando participam de passeatas, momento em que são instigados a desacatar as autoridades policiais, com o objetivo muito claro: de produzir uma vítima, o que lhes permitirá criar um clima de comoção social a seu favor.<sup>81</sup>[...] No momento do trote (...) raspam-lhes os cabelos, fazem-nos desfilar com cartazes, contendo palavras obscenas, pintam-lhes o rosto para que pareçam palhaços, ensinam-lhes a desacatar as autoridades, para que depois, enfraquecidos espiritualmente, estes adolescentes encontrem no líder estudantil um dominador capaz, um substituto de seu pai.<sup>82</sup>

Por meio dos sistemas de informações as pessoas eram “alertadas” sobre quem poderia ser o *verdadeiro* inimigo da Nação e da ordem, que geralmente eram estudantes, jornalistas, advogados, professores, entre outros. Ou seja, todos aqueles que se mostravam contrários ao governo, à exploração capitalista, a prática da tortura e as interferências estrangeiras capitalistas. Assim sendo, esta oposição geralmente era relacionada ao “comunismo”. Por conseguinte, através dos sistemas de informações do governo, as pessoas eram convidadas a participar de uma verdadeira caça ao inimigo. E, como nos diz a professora Marionilde Magalhães, da Universidade Federal do Paraná, essas pessoas que faziam as delações acabavam também por revelar, além de suas suspeitas os preconceitos:

---

<sup>81</sup> DEAP/DOPS, Pasta SNI, Informe n. 184. *Apud*: MAGALHÃES: *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

<sup>82</sup> DEAP/DOPS, Pasta SNI. Contribuição ao conhecimento da guerra revolucionária. *Apud*: MAGALHÃES: *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

Não poucos acabam por revelar, nas entrelinhas, diversos preconceitos, dentre os quais o mais destacado é o racial. O subversivo, quando judeu, por exemplo, merece mais severidade no tratamento que os demais; o polonês ou ucraniano são sempre comunistas; o negro, desordeiro. E os estrangeiros, em geral, são qualificados como portadores de idéias estranhas ao sistema.<sup>83</sup>

A bibliografia sobre a atuação da DOPS também revela a perseguição a historiadores, identificados como inimigos internos. Dentre os historiadores perseguidos estavam Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho, entre outros, que tiveram obras apreendidas, foram presos e, em alguns casos, torturados. Segundo Lucileide Costa Cardoso, para a DOPS, esses historiadores eram identificados como “inimigos internos” que colocavam em risco as diretrizes internas do regime,<sup>84</sup> ou ainda, seguir os passos desses historiadores evidencia a necessidade do regime em identificar o perigo do permanente complô para derrubar a ditadura, organizado principalmente nos meios intelectuais<sup>85</sup>.

A documentação da DOPS revela dois lados distintos. É perceptível a organização do aparato repressivo e também a resistência, as manifestações, as revoltas contra a imposição da violência. “A lógica da desconfiança adotada pelos órgãos de segurança prestavam-se para justificar os atos da violência, tortura e violação dos direitos do cidadão”<sup>86</sup>, pois uma vez que o perseguido passava por um julgamento, para se obter informações ou para que este fizesse alguma confissão, muitas vezes a tortura era empregada, tanto a tortura psicológica, como a tortura física. “Prisões ilegais, perseguição aos familiares, censura postal, invasão de domicílios, confisco de objetos e documentos pessoais, deportações para o caso de estrangeiros, tortura e morte nos cárceres transformaram-se nos sinais de identificação de uma efetiva ação policial.”<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> MAGALHÃES, *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

<sup>84</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. *Historiadores sob a mira do DEOPS/SP*. s/p. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/LUCILEIDE%20COSTA%20CARDOSO.pdf>, acesso em 28/05/2009.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> CARNEIRO, *Os arquivos da polícia...*, op. cit., s/p.

<sup>87</sup> Idem.

Não podemos nos esquecer que o DOPS foi, *par excellence*, um órgão gerenciador de informações que, acumuladas num arquivo geral e cruzadas entre si, garantiam a sustentação dos mitos, vistos aqui como uma das técnicas de controle das massas. Podemos afirmar que durante os anos que o Brasil vivenciou regimes ditatoriais, uma série de mitos garantiu a manutenção de um determinado grupo no poder (militares ou não). E, ao longo dos 59 anos de existência do DOPS e suas “múltiplas filiais estaduais”, *o mito da conspiração comunista internacional foi o que mais se manteve em evidência cristalizando-se ao nível do imaginário popular*. Paralelamente a este, persistiu o mito da nacionalidade (ou da brasilidade) que anulava a dimensão individual do cidadão integrando-o no corpo da Nação. E aqueles que não se enquadravam no modelo idealizado pelo regime eram rotulados de indesejáveis e, como tais vigiados, perseguidos e eliminados.<sup>88</sup>(Itálico meu)

Esta questão fica clara no “Decálogo de Segurança”, mencionado anteriormente: o objetivo era eliminar aqueles indesejáveis que, em sua maioria, eram vistos como “comunistas”, buscando envolver toda a sociedade. E, ainda, nesta direção, comunista, na visão do aparato repressivo, não era apenas aquele pertencente ao Partido Comunista, mas aquele que não concordava com o quadro social do País e de alguma forma demonstrava seu protesto.

A partir dessa configuração, podemos entender a repressão desencadeada ao movimento estudantil no Brasil durante a ditadura militar, que tinha como substrato a representação social de “comunistas” de forma deturpada, preconceituosa e desqualificadora dos estudantes, vistos, por consequência, como baderneiros, terroristas, subversivos, dentre outras definições.

## **1.2 DOPS e Movimento Estudantil**

Com o golpe militar no Brasil iniciou-se um novo período marcado pela violência e repressão. O movimento estudantil brasileiro foi alvo de várias tentativas de desarticulação, devido ao seu nível de politização e participação em movimentos aliados

---

<sup>88</sup> Idem

ao governo anterior, sobretudo no que se refere às Reformas de Base<sup>89</sup>. Devemos aqui entender que o movimento estudantil não era um movimento homogêneo, mas subdividido em vários segmentos e com constantes lutas internas. No entanto, não podemos negar a união dos estudantes em lutas contra o regime militar e em defesa da universidade gratuita e de qualidade e da democracia. Muitos estudantes e professores universitários foram perseguidos, presos e torturados pelo seu posicionamento político e ideológico contrários à ditadura.

A partir de 1964, o autoritarismo militar não poupou forças para impor seu modelo econômico para o País. Criou-se a Lei Suplicy, firmaram-se os acordos MEC-USAID<sup>90</sup>, professores e alunos tiveram seus passos seguidos de perto pela polícia política. Para lutar contra a situação política no País o movimento estudantil se articulou na contramão da repressão. Não é possível falar do movimento estudantil durante a ditadura militar sem nos remetermos à repressão institucionalizada através de órgãos como a DOPS. Segundo D. Evaristo Arns, “na busca de desenvolvimento econômico rápido, o regime militar assumiu poderes excepcionais e suprimiu os direitos constitucionais dos cidadãos”<sup>91</sup>.

As ações contra os estudantes, praticadas pelos militares, iniciaram logo após o golpe de 1964. A UNE (União Nacional dos Estudantes) teve a sua sede, localizada na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, invadida, saqueada e incendiada e, logo em seguida, foi posta na ilegalidade, passando a exercer, a partir daí, suas funções clandestinamente.

---

<sup>89</sup> Trata-se de reformas estruturais, de caráter modernizante, populista, propostas por João Goulart, as quais previam: reforma agrária, reforma financeira, reforma tributária, reforma eleitoral, reforma universitária, dentre outras.

<sup>90</sup> Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development. Estes acordos serão apresentados nas páginas seguintes.

<sup>91</sup> ARNS, *Brasil nunca mais*. op. cit., p 17.



Ilustração 1: Incêndio do prédio da UNE, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964. Fonte: O Globo. Disponível em <http://www.une.org.br>

No ano de 1980, por ordem do presidente João Figueiredo, o que restava do prédio da UNE foi demolido. Em 1994, o presidente Itamar Franco reafirmou a posse do terreno às entidades estudantis (UNE e UBES), no entanto, no momento o terreno se encontrava ocupado de forma ilegal por um posseiro, que mantinha no local um estabelecimento clandestino. Dessa forma o terreno só foi recuperado no ano de 2007, após demanda judicial contra o estabelecimento que ocupava o terreno. Em 2010, através do projeto de Lei nº 19, de 2010, o presidente Luis Inácio Lula da Silva reconheceu a responsabilidade do Estado pelo incêndio da UNE, ocorrido em 1964, e esta recebeu uma indenização de R\$ 30 milhões. Segundo o Projeto de Lei nº 3.931, de 2008, a indenização não poderia ultrapassar seis vezes o valor de mercado do terreno onde se localizava a sede. O referido terreno foi avaliado em R\$ 5 milhões, tendo a UNE recebido então o valor máximo de indenização (R\$ 30 milhões).

Logo após a destruição da UNE, teve início uma série de invasões policiais na UnB (Universidade de Brasília).

A primeira crise séria da UnB ocorria a 9 de abril de 1964, quando a Polícia Militar de Minas Gerais, que então ocupava Brasília, invadiu o campus universitário numa tempestuosa operação bélica: soldados armados de metralhadoras devassaram salas de aulas e bibliotecas apreendendo livros, documentos e até mesmo uma bandeira do Japão, que no dia seguinte seria estampada na primeira página do Correio Brasiliense como sendo o pavilhão da China Comunista.<sup>92</sup>

Dessa invasão decorreu a prisão de alunos e professores, sendo alguns desses últimos despedidos após a ação dos militares. Essa entidade, que era para ser uma renovação do ensino superior, entrou em uma fase cercada por policiais, que acompanhavam de perto todas as suas ações, vigiando todos os seus passos. O jornal *Última Hora* também relatou o ocorrido:

Quatrocentos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados, sob o comando do Sr. Dutra Lacerda, superintendente da Polícia Metropolitana, cercaram a Universidade de Brasília, prendendo, em massa, professores e estudantes. (...) O professor Oscar Niemeyer era o número um da lista dos procurados pela Polícia. Não estava em Brasília. Onze presos foram levados para o Teatro Nacional com sentinela à vista. Foram tomados depoimentos até alta madrugada. Alguns foram soltos, mas não se revelou a lista. Todas as dependências da Universidade foram vasculhadas. A biblioteca interdita até o Prof. Alberto Deodato fazer vistoria. Um livro de Diderot foi confiscado.<sup>93</sup>

Esse fato teve grande repercussão nos meios estudantis e intelectuais. Outras invasões ocorreram dentro da UnB, em outros momentos do regime, onde aconteceram mais prisões de estudantes e professores, bem como de funcionários que nela trabalhavam. A imagem a seguir registrou a invasão da UnB em 1965:

---

<sup>92</sup> ESCOSTEGERY, Jorge. As tropas voltam à universidade. Revista *Veja*, agosto de 1977.

<sup>93</sup> ÚLTIMA HORA, 10 de abril de 1964. *Apud.* POERNER, Artur José. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 223-224.



Ilustração 2: Invasão da UnB em 1965 (Foto de Osvaldo José dos Santos), publicada no portal <http://honestinoguimaraes.com.br>, acesso em 15/07/2010.

Em alguns momentos, houve policiais disfarçados dividindo espaço com os alunos dentro das salas de aula, com o propósito de vigiá-los, bem como para vigiar a atuação dos professores, os quais poderiam ser imediatamente afastados caso seus pronunciamentos fossem contrários ao discurso oficial do regime militar. Em 1965 houve nova invasão e mais demissões de professores, segundo informações do portal eletrônico da UnB:

No dia 11 de outubro de 1965, a polícia ocupa o campus da UnB. Uma semana depois, o Reitor enviou aos jornais a lista de quinze professores demitidos. No dia 18 de outubro, 223 docentes enviaram seu pedido de demissão coletivo à reitoria. Seguindo a atitude do Reitor Laerte Ramos, o documento também foi entregue à imprensa pelos professores e publicado no *Correio Brasiliense* no dia seguinte. 80% da UnB parou.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> CEDOC – Universidade de Brasília – Centro de Documentação. *1964: o sonho interrompido*. Disponível em [http://vsites.unb.br/cedoc/pq\\_sonho.htm](http://vsites.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm), acesso em 02/12/2010.

Dentre invasões, demissões e prisões, em 1977 a polícia ocupou o *campus* da Universidade. Segundo reportagem de Jorge Escostegery para a Revista Veja:

A mais recente delas [invasões], deflagrada na segunda feira da semana passada como um desdobramento de inquietações anteriores registradas no movimento estudantil brasileiro, mais uma vez colocou entre a comunidade de 14800 alunos e 730 professores, à presença de tropas militares no campus universitário – além de provocar, até a sexta feira, quase 300 detenções, quatorze prisões com incomunicabilidade por dez dias e o enquadramento de 28 alunos na Lei de Segurança Nacional. Assim como ocorrera com a punição de 64 alunos (trinta expulsos e 34 suspensos) durante o recesso de 32 dias decretado pela reitoria, parecia estar descartada, até as vésperas do reinício das aulas na última segunda feira, a idéia de receber os alunos com outra demonstração de autoridade.<sup>95</sup>

Segundo a mesma reportagem, o vice-reitor dessa Universidade, José Carlos de Almeida Azevedo – que tinha uma formação militar – havia sido nomeado ao cargo, por indicação do então ministro da Marinha, Augusto Rademaker Grunwald.

Existia grande infiltração de militares dentro de entidades voltadas para o ensino, bem como havia presença norte-americana interessada no planejamento da educação brasileira, como fica evidente com os acordos MEC-USAID, sendo que pretendiam vigiar as atividades desenvolvidas dentro das universidades e disseminar o pensamento anti-comunista entre os estudantes. Isso, por sua vez, causava revolta no meio estudantil, que vivia em constantes atritos com os militares, ocasionando violência e prisões de grande número de estudantes, havendo, inclusive, dentre as repressões da polícia, registros de mortes de estudantes. Um dos motivos da repressão desencadeada contra a UnB diz respeito ao nível de politização dos seus alunos, que era visto pela ditadura como um fator de perturbação.

O pensamento da ditadura quanto às Universidades e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o senhor Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. Tratava-se como num ritual da inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo pelo anjo da subordinação aos interesses

---

<sup>95</sup> ESCOSTEGERY Jorge. VEJA, 3 de agosto de 1977.

antinacionais. Para que esse objetivo “geopolítico” do “mundo ocidental cristão” “fosse alcançado, e eternizado na celestial “*pax americana*” descrita pelo falecido Carpeaux, valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária (...).<sup>96</sup>

Essa repressão desencadeada no País, que se utilizava da prática da tortura, foi uma forma encontrada pelos militares para calarem os movimentos de oposição para que conseguissem se manter por mais tempo no poder, seguindo um modelo político favorável ao capital internacional. Como diz Poerner na citação acima, para isso *valia tudo*, sem a menor preocupação com o comprometimento da nação pelos anos seguintes, principalmente em seus aspectos culturais e de dependência externa.

A UnB, não foi a única universidade a sofrer essa forma de repressão, mas foi apenas um dos casos. De modo geral, grande parte das Universidades perdeu sua autonomia, principalmente as que não mantinham algum vínculo com os militares, propagando a sua doutrina e, por conseqüência, vários professores tiveram que deixar o Brasil para exercer seu ofício em outro lugar, assim como aconteceu com os professores da UnB, em abril de 1964:

Enquanto é fechada a Universidade de Brasília, destituídos seus diretores, presos seus professores, queimados seus livros, desmantelada sua biblioteca, postos sob pânico seus alunos, a Universidade do Chile convida para fazer parte de seu corpo docente o ex-reitor da Universidade proibida, o mestre Anísio Teixeira. Ele e mais os Profs. Celso Furtado e Josué de Castro mereceram a distinção da Reitoria chilena, fiel à tradição de solidariedade com os intelectuais vítimas de regimes ditatoriais, que não respeitam os valores da moral e da inteligência.<sup>97</sup>

Logo nos primeiros meses de governo, começou a surgir a intervenção estrangeira nas questões referentes à educação brasileira. Desde 1947 se tentava

---

<sup>96</sup> POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 219.

<sup>97</sup> Idem. p. 224.

implantar no Brasil modelos de educação definidos pelos Estados Unidos, no entanto, não chegavam a se efetivar devido às políticas nacionalistas dos governos de determinados períodos, ou mesmo pela força popular de repúdio a tais infiltrações. No entanto, após o golpe de 1964, foi criada a Lei Suplicy, na qual foram feitas várias restrições ao movimento estudantil, visando *uma espécie de garantia permanente de limpeza da área onde se tramava plantar os Acordos MEC-USAID*.<sup>98</sup> Ou seja, para diminuir a resistência do meio estudantil e, conseqüentemente, impor os Acordos desejados pelo governo.

A Lei Suplicy de Lacerda visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientações. (...). A Lei Suplicy de Lacerda tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo, assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação – o direito de autonomia.<sup>99</sup>

A lei Suplicy criou o DNE (Diretório Nacional dos Estudantes) e os DEEs (Diretórios Estaduais dos Estudantes), extinguindo a UNE e as UEEs, além de proibir a organização de greves estudantis. Esses eram os objetivos da mencionada Lei, tirar a autonomia do movimento, para que assim, pudesse, posteriormente, se implantar os acordos MEC-USAID, deixando os estudantes à margem das questões políticas do país, bem como das próprias universidades. Porém, essas medidas não foram tomadas apenas nas universidades, mas também no ensino médio e, até mesmo, no ensino primário.<sup>100</sup>

Essa Lei foi fortemente repudiada no meio estudantil, mas o fato de não ser aceita, não abalou o plano dos militares, que firmaram os acordos com os Estados Unidos para definir toda a educação do País.

---

<sup>98</sup> Idem. p. 233.

<sup>99</sup> Idem. p. 231.

<sup>100</sup> Voltaremos a mencionar a Lei 4.464 no capítulo seguinte.

Tais acordos, que foram firmados sem serem divulgados, visavam uma série de ações contra os estudantes que não pretendiam se submeter ao modelo estadunidense de planejamento da educação, dentre eles estavam:

...a transformação da Universidade Estatal numa fundação privada;... a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial;... colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes num prazo de dez anos...<sup>101</sup>

Com isso foi criado o EPES (Equipe de Planejamento de Ensino Superior), o qual era constituído por dez integrantes, sendo cinco deles dos Estados Unidos e cinco do Brasil.

Os americanos é que possuíam o dinheiro e eram eles que forneciam a orientação dos trabalhos e os volumes requintadamente encadernados em que os brasileiros deviam se basear. Quanto a estes, humilhados por essas circunstâncias e mais pela diferença de ordenados, cabia-lhes a obediência, uma vez que o Governo de seu País, ao assinar o Acordo, confessara, automaticamente, a sua incompetência para planejar a educação do Brasil.<sup>102</sup>

Essa “incompetência” do governo em fazer o planejamento da educação foi confirmada pelo Ministro da Educação, do Governo de Castelo Branco, ao Jornal do Brasil, onde este afirma: “ou aceitamos a cooperação, ou fazemos de conta que podemos fazer o planejamento quando não o podemos”<sup>103</sup>. Assim sendo, a educação passou a ser planejada de acordo com os interesses dos Estados Unidos, promovendo a desnacionalização do ensino. Segundo Poerner esses acordos foram firmados em sigilo.

(...) todos necessitaram e ainda necessitam da penumbra, da calada da noite, para executarem seus objetivos, inconfessáveis à luz do dia. E o próprio sigilo

---

<sup>101</sup> Jornal do Brasil. *Apud.* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 238 e 239.

<sup>102</sup> POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 239.

<sup>103</sup> Jornal do Brasil. 27 de maio de 1967. *Apud.* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 22

criado pelas autoridades em torno dos acordos MEC-USAID já demonstrava o perigo que eles representavam.<sup>104</sup>

Em relação a tais acordos, foram surgindo diferentes opiniões ao ver os problemas da educação brasileira, na relação com os Estados Unidos. Como declarou o professor Gildásio Amado, em entrevista ao Correio da Manhã, “os problemas educacionais brasileiros são bem diferentes daqueles dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país subdesenvolvido (...). As soluções para o Brasil não podem vir de fora, têm que ser encontradas aqui mesmo.”<sup>105</sup>

O Deputado do MDB de Goiás, Paulo Campos, também declarou sua posição contrária à intervenção estrangeira no planejamento da educação, negando-se a crer que se pudesse ter:

A coragem de repartir e dividir, de outorgar uma parte da direção do seu sistema educacional, de idealização do seu sistema de educação, com outras nações estrangeiras, de uma realidade e de uma filosofia inteiramente diversas, principalmente quando se sabe que a filosofia educacional dos norteamericanos está numa frustração completa.<sup>106</sup>

Percebe-se a desaprovação por parte de políticos e de professores, além do meio estudantil, aos acordos firmados entre o MEC e a USAID. Os Estados Unidos já vinham tentando monopolizar o ensino em países da América Latina, para que, além de terem um domínio econômico de tais regiões, tivessem também o domínio cultural, educando as crianças, desde pequenas, a seu modo, ou melhor, ao modo que se tornariam submissas aos mesmos. O Brasil não foi o primeiro país em que se tentou dominar a cultura, mas o que realmente efetivou essa dominação. Conseguindo, ainda, se efetivar a partir do interesse e a pedido do governo brasileiro.

---

<sup>104</sup> POERNER, *O poder jovem*. op. cit., p. 240.

<sup>105</sup> Correio da Manhã, 13 de maio de 1967. *Apud* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 240-241.

<sup>106</sup> Correio da Manhã. 30 de agosto de 1967. *Apud* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 241.

O Brasil surgiu como o laboratório ideal de experiências norte-americanas, com vistas a estabelecer um sistema completo de sujeição de uma nação latino-americana aos interesses dos Estados Unidos (...) O governo dos Estados Unidos tinha tentado aplicar, no Chile, uma experiência pioneira de ocupação do território cultural de um país do continente, por meio do *Projeto Comelot*. Mas este fracassara, principalmente por dimensões internas em torno de que órgãos o comandariam – o Pentágono, ou o Departamento de Estado, ou ainda as Universidades. O *Projeto Comelot* foi o primeiro sintoma grave de que os norte-americanos desejavam obter no plano de cultura o que já tinham conseguido no da economia e da política, na maioria dos países latino-americanos: o comando de iniciativas, de maneira sistemática e orgânica, de modo a colocá-los a salvo de reveses como a Revolução Cubana ou de surpresas e sustos como os sofridos com o governo de Jacob Arbenz, em 1954, na Guatemala, e o Governo de Goulart.<sup>107</sup>

Também frente a esse quadro de intervenção estrangeira no ensino brasileiro e as tentativas de desarticular o movimento estudantil, os estudantes passam a lutar contra a repressão e para manter a sua autonomia enquanto estudantes. O estopim do movimento de universitários e intelectuais contra os acordos entre o MEC e a USAID se deu quando Tarso Dutra, Ministro da Educação do governo de Castelo Branco, declarou ao *Jornal do Brasil* que não tinha conhecimentos sobre os textos dos acordos MEC-USAID: *Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico*<sup>108</sup>. Aqui podemos nos perguntar: o Ministro da Educação realmente não leu os acordos? E, assim sendo, poderíamos entender o descaso que se fazia em relação à educação. Ou teria, sim, conhecimento destes, os quais seriam a forma de educação pretendida pelos governos ditatoriais, subordinada aos interesses estadunidenses, visando a não interferência dos estudantes nas questões políticas, mantendo-os subordinados ao regime?

Podemos identificar na intensidade do movimento estudantil que grande parte dos estudantes não pretendia ver o País subordinado aos interesses de outro. Em entrevista ao *Jornal Correio da Manhã*, um professor da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, expôs seu ponto de vista a respeito da situação que vinha se desencadeando no meio estudantil:

---

<sup>107</sup> Revista *Civilização Brasileira*, nº 11/12, dezembro de 1966/março 1967. p. 103/104. *Apud* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 245.

<sup>108</sup> *Jornal do Brasil*. 30 de abril de 1967. *Apud*. POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 228.

Os erros e necessidades de nossa Universidade estão servindo de pretexto para a desnacionalização. O remédio para as necessidades é satisfazê-las e para os erros, é corrigi-los, sem a palmatória estrangeira manejada em causa própria... A assistência técnica vem sendo o disfarce para a penetração que agora visa o reduto de maiores responsabilidades na formação das elites e a última resistência da cultura... A penetração descaracterizadora e desfibradora culmina no *uniforme* com o barrete quadrangular para a colação do grau. É o enquadramento simbólico da cabeça dos alunos e professores... Mas, nós não temos crânios quadrados ou a enquadrar, mas cérebros livres e criadores.<sup>109</sup>

Essa crítica é exemplar quanto ao pensamento de inúmeros intelectuais frente a essa submissão e comprometimento da cultura através da educação de um país inteiro. Os estudantes e a USAID tinham intenções muito diferentes uma da outra. A USAID, através do poder a ela outorgado pelos acordos, estava imbuída em atender aos interesses da sua nação intervindo na educação brasileira. E os estudantes procuravam defender a nacionalidade do Brasil, não tendo que se subordinar a um modelo a eles imposto. Como diz Poerner: “Os americanos da USAID pensavam em consolidar a dominação ideológica e cultural dos Estados Unidos, no Brasil e na América Latina, e os estudantes na defesa dos interesses nacionais.”<sup>110</sup>

Com isso, se intensificaram cada vez mais os conflitos entre estudantes e o governo militar, uma vez que os primeiros não se encontravam satisfeitos com o rumo que o país vinha tomando. Estes se viam privados de participar nas questões políticas do país. Haviam perdido a sua autonomia, a liberdade de organização, tendo que se manter na ilegalidade para dar continuidade aos protestos. Para reprimir tais protestos ou organizações os militares contaram com um grande aparato repressivo.

Analisando os documentos produzidos pela polícia política brasileira em relação ao movimento estudantil percebemos, em grande medida, que estes já demonstram a sua visão preconceituosa e, muitas vezes deturpadas, sobre os estudantes no próprio campo do documento destinado ao “assunto”. Cabe aqui analisar um documento produzido pelo Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional no Paraná e Santa Catarina, 02 de julho de 1968. Assunto: “subversão – movimento estudantil”:

---

<sup>109</sup> Correio da Manhã. 15 de setembro de 1966. *Apud.* POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 230.

<sup>110</sup> POERNER, *O poder jovem...*, op. cit., p. 249.

1. Prosseguem as lideranças estudantis de esquerda, em intensa atividade visando sensibilizar a classe, com a finalidade de levá-las às ruas para o início de luta aberta contra o governo.
2. Conseguiram no momento, uma *desculpa* que lhes está permitindo aglutinar todas as correntes existentes dentro do movimento estudantil – o problema das verbas.
3. Para agravar ainda mais a perspectiva das *agitações*, conseguiram, inteligentemente, envolver os professores que vêm se solidarizando com os estudantes, sem medir conscientemente as consequências desse ato.<sup>111</sup>(Itálico meu).

Verifica-se, neste documento, parte da visão da polícia sobre o movimento: promotor de *agitações*. O termo *subversão*, utilizado no início do documento, nos leva a entender que ser subversivo equivalia a promover qualquer forma de movimento ou manifesto que não fosse de acordo com o regime militar e que por isso deveria ser perseguido e reprimido como o próprio documento nos mostra poucas linhas adiante:

Se as lideranças conseguirem o aglutinamento da classe estudantil, levando-a às ruas, é certo que *iremos nos defrontar* com problemas de gravidade daqueles ocorridos na França [...] Se os estudantes forem às ruas, *será inevitável o surgimento de grandes áreas de atrito*, o que obrigará a tomada de medidas enérgicas para a manutenção da ordem pública, podendo daí surgirem situações incontroláveis. É necessário que se procure corrigir as distorções existentes nos assuntos relacionados à educação, amenizando o estado de exaltação que envolve a grande maioria da classe estudantil. A par disto urge que se *adotem medidas no sentido de afastar* do meio dos estudantes, aqueles elementos, que seguindo orientações externas, procuram criar situações propícias à implantação no País, das *agitações de rua* e de um clima psicológico que sirva de veículo à propagação dos ideais comunistas.<sup>112</sup>(Itálico meu).

Ao relatar a mobilização dos estudantes a polícia política já indicava o confronto que poderia ocorrer caso estes conseguissem organizar grupos de luta contra o regime e em favor da democracia. Também fica claro o pensamento anticomunista desencadeado para se “manter a ordem”. Ordem essa favorável ao interesse do sistema capitalista em detrimento dos movimentos de esquerda, principalmente os relacionados às questões referentes ao comunismo.

---

<sup>111</sup> Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional no Paraná e S. Catarina. Info 382/SNI/ARJ/68. *Apud.* MAGALHÃES, *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

<sup>112</sup> *Idem.*

No fragmento do documento acima mencionado, vemos uma disposição da polícia em afastar do meio social “livre”, pessoas que possam promover ou se envolver com essas “agitações”, como mostram vários autores, depoimentos ou mesmo pelos relatórios policiais. Para isso o movimento era vigiado de perto como nos mostram os arquivos públicos, que hoje contam com os documentos da DOPS.

Em relação ao movimento estudantil, a referida delegacia produziu vários documentos, relatando as ações estudantis, como greves e congressos. A atuação da DOPS evidencia-se em reportagens de jornais e revistas, como evidenciamos na imagem a seguir, sobre a prisão dos estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, onde os estudantes foram fotografados nos carros da polícia no momento em que esta fez as prisões:



Ilustração 3: Capa da Revista *Veja*, de 16 de outubro de 1968.

A chamada da matéria da capa da revista é plena de significado. Sua mensagem é clara: para quem ousar discordar, organizar-se contra o regime, o desfecho é a prisão, que, em muitos casos, esteve associada à tortura ou mesmo à morte. “Todos presos”, esse é o fim da história. Todavia, a história é movida por sujeitos. Não tem fim pré determinado. A história é tecida nas e pelas experiências dos sujeitos. Assim, como desdobramento das lutas dos estudantes e de diversos outros segmentos sociais, obteve-se, anos mais tarde, o fim da ditadura militar.

O jornal Folha de São Paulo também abordou a prisão dos estudantes envolvidos no Congresso:

Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio, em Ibiúna, no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem pressentidos e não encontraram resistência. Toda a liderança do movimento universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS. Os demais estão recolhidos ao presídio Tiradentes. Desde segunda-feira os habitantes de Ibiúna notaram a presença de jovens desconhecidos, que iam à cidade comprar pão, carne, escovas e pasta de dentes, despertando suspeitas ao adquirir mais de NCr\$ 200 de pão de uma só vez. Essas informações foram transmitidas ao DOPS e à Força Pública, que desde quinta-feira já conheciam segundo afirmaram —o local exato do Congresso<sup>113</sup>

A violência e a prisão de lideranças estudantis, durante a década de 1960, foi intensa, como nos mostra Ariston Lucena, em *A UNE contra o SNI*:

Pode-se medir bem a perseguição aos estudantes pelo destino de nove dos presidentes da nossa entidade máxima, a UNE, da década de 60: quatro foram presos, dois exilados, dois banidos e um deles, Honestino Guimarães desapareceu em 1973.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Congresso da UNE: todos presos. Folha de São Paulo. Domingo, 13 de outubro de 1968. Banco de dados Folha, acervo online, disponível em [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil1\\_3out1968.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil1_3out1968.htm), acesso em 29/08/2009.

<sup>114</sup> LUCENA, Ariston. *A UNE contra o SNI*. Ed. Alfa-Omega, 1987. p. 19.

Com o XXX Congresso a UNE foi praticamente dissolvida, devido à repressão e à prisão em massa de estudantes e líderes do movimento. Antes mesmo da realização do mencionado Congresso, a DOPS já possuía informações, o que acabou desarticulando o movimento estudantil. A visão gerada no meio estudantil sobre a DOPS era oposta à visão desta sobre os primeiros. Aqui cabe lembrarmos o que já foi dito anteriormente. A DOPS recomendava que se deveria suspeitar dos estudantes nos momentos em que eles participavam das passeatas, que sendo instigados a desacatar as autoridades policiais, tendo um objetivo muito claro: “de produzir uma vítima, o que lhes permitirá criar um clima de comoção social a seu favor”.<sup>115</sup>

Para além das prisões dos líderes do movimento estudantil, ocorrida durante o XXX Congresso da UNE, outros episódios de violência marcaram o ano de 1968, dentre eles, o assassinato de estudante Edson Luís, que gerou manifestações de estudantes em vários estados, inclusive no Paraná<sup>116</sup>. O mesmo fator acirrou ainda mais os conflitos dentro da UnB, onde em nova represália da polícia um estudante foi atingido com o tiro na cabeça e passou vários meses no hospital. Ainda nesse cenário de violência, houve o episódio que ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta”, “o centro do Rio de Janeiro viveu momentos de violência generalizada deixando um saldo de 23 pessoas baleadas, quatro mortas, muita gente ferida, intoxicada, espancada ou amontoadas na prisão do DOPS”.<sup>117</sup>

Enquanto, no meio estudantil se produzia uma rejeição a DOPS, esta, por sua vez, procurava disseminar a idéia de “subversão” do movimento estudantil, do perigo que as pessoas podiam correr, e com isso conseguir denúncias que pudessem levá-los até os “suspeitos”.

Além de relatórios de congressos da UNE, os arquivos da DOPS disponíveis no Arquivo Público do Estado do Paraná, contam com muitos recortes de jornais, das mais variadas posições com matérias direcionadas ao movimento estudantil, sejam elas

---

<sup>115</sup> DEAP/DOPS, Pasta SNI, Informe n. 184. In: MAGALHÃES, *A lógica da suspeição...*, op. cit., s/p.

<sup>116</sup> O assunto será abordado no terceiro capítulo da presente pesquisa devido ao movimento estudantil desencadeado no Paraná em forma de repúdio a violência policial, sendo que os estudantes que participaram das manifestações também foram reprimidos pela polícia.

<sup>117</sup> CEDOC – Universidade de Brasília – Centro de documentação. *Invasão: o mundo em 1968*. Disponível em [http://vsites.unb.br/cedoc/pq\\_invasao.htm](http://vsites.unb.br/cedoc/pq_invasao.htm), acesso em 03/12/2010.

favoráveis ou contrárias. Em relação àquelas a favor do movimento, estas nos remetem a um outro foco da repressão institucionalizada: a de vigiar o próprio jornal já que não havia liberdade de expressão.

Devemos lembrar que o papel desempenhado por este órgão não era apenas o de vigiar e perseguir, mas também prender e em muitos casos torturar aqueles que eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A prática da tortura geralmente era utilizada para se conseguir obter um depoimento ou delatar outros nomes que poderiam estar envolvidos com os movimentos anti-ditatoriais. Em outros estados também se encontram registros da DOPS sobre o movimento estudantil. Aqui citaremos como exemplo o caso do Rio Grande do Sul:

No arquivo do DOPS do Rio Grande do Sul, nos esparsos documentos ali disponíveis sobre o período, encontra-se registrada a preocupação da polícia com o movimento estudantil. Por exemplo, a circular intitulada “Atividade estudantil”, de 1975, no item “dados conhecidos” denunciava as programações de recepção aos alunos ingressantes nas universidades, utilizando como exemplo o grau de politização destas atividades na Universidade de Brasília.<sup>118</sup>

A Lei Suplicy, os acordos MEC-USAID, o AI5, o decreto Lei 477 já continham medidas proibitivas ao movimento estudantil e a DOPS era um dos órgãos encarregados de fazer valer essas leis e acordos utilizando-se, para tanto, da prática da violência, tortura e prisão dos acusados ou suspeitos.

A partir dessa primeira discussão sobre a DOPS e suas práticas políticas, daremos continuidade à pesquisa, vendo a referida instituição como órgão de poder, diretamente ligada ao Estado que, com práticas violentas, em nome da “segurança nacional” e da “ameaça comunista”, pôde cassar seus inimigos e dar a estes vários nomes: “baderneiros”, “agitadores”, “subversivos”, entre outros. Exercendo, de forma violenta, o poder contra as pessoas e movimentos sociais que se opunham ao regime, a

---

<sup>118</sup> FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre cantos e chibatás: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc*. Campinas, SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado. p. 190-191.

DOPS se utilizou da violência física, moral e psicológica. Prisões ilegais, tortura, “desaparecimentos”, assassinatos, constituem algumas de suas práticas.

Podemos identificar, através da pesquisa realizada no DEAP, que o movimento estudantil paranaense foi vigiado de perto pela DOPS durante um longo período. Estes documentos estão organizados por pastas temáticas (dossiês), sobre a UNE, a UPE, vários Centros Acadêmicos, além das pastas individuais de estudantes, onde há uma grande quantidade de informações sobre estes e, também as fichas individuais.

Como veremos no capítulo seguinte, este movimento não ocorreu de forma homogênea. A UPE por algum tempo não lutou abertamente contra a ditadura e, portanto, não se tornou alvo da repressão, enquanto que nos anos que os estudantes, com posições frontalmente contrárias à ditadura militar, se aproximaram da diretoria da entidade, a repressão foi mais intensa, culminado com a extinção oficial da mesma no ano de 1969. Alguns recortes de jornal afirmam que a UPE foi a última das UEEs (União Estadual dos Estudantes) a ser extinta no Brasil, o que pode nos levar a pensar que isto se deu devido ao seu posicionamento político mais à direita por alguns momentos, sendo que, em outros, às esquerdas passaram a fazer parte da liderança da entidade e/ou torná-la combativa.

Para traçarmos um perfil da trajetória histórica na UPE, no próximo capítulo, tomaremos por base, dois dossiês arquivados pela DOPS sobre a Entidade. Entendemos que esses documentos não são suficientes para a análise da atuação e da trajetória do movimento estudantil no Paraná e que os registros foram arquivados com a finalidade de manter um controle sobre os estudantes. No entanto, os documentos arquivados nos possibilitaram levantar importantes dados sobre a atuação do movimento, não encontramos em outros estudos que tivemos conhecimento.

## **CAPÍTULO II**

### **A UPE SOB O OLHAR VIGILANTE DA DOPS**

Neste capítulo abordamos a trajetória histórica da União Paranaense dos Estudantes (UPE), no período que se estende desde o seu surgimento até a sua efetiva extinção, que ocorreu em janeiro de 1969, com ênfase para o período pós-64, devido à concentração de documentos. Para essa abordagem utilizaremos dois dossiês que constam na documentação arquivada pela DOPS/PR sobre a UPE.

O primeiro dos dossiês é o de número 2325, cx. 263. Em sua descrição de capa, abrange o período de 1952, 1963 a 1966 e está composto por 189 páginas. No entanto, neste dossiê encontramos documentos datados a partir de 1945 e, identificamos, que o número de páginas descrito não se refere ao número de documentos arquivados no dossiê, pois, em alguns casos, em uma página do dossiê encontramos um livro arquivado, ou ainda um único recorte de jornal, já em outros casos encontramos vários recortes de jornais arquivados em uma mesma página. Há momentos também, onde um relatório de várias folhas aparece com a numeração de uma única página e, em outros aparecem com cada folha em uma página separada.

Especificamente, esse primeiro dossiê é composto por: três documentos datados de 1945; um documento de 1956; três, correspondentes ao ano de 1952; um informativo do ano de 1957; dois documentos de 1959; dois documentos de 1961; doze documentos do ano de 1962; dezesseis documentos relacionados ao ano de 1963, sendo um deles uma espécie de livreto do movimento estudantil e, todos os demais são recortes de

jornais; sete do ano de 1964; quinze do ano de 1965; dezenove do ano de 1966, sendo que quinze destes são recortes de jornais e; o último dos documentos está relacionado ao ano de 1969, o qual é um livro da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), com o título *“Aonde vai o movimento estudantil”*.

O outro dossiê utilizado, trata-se do de número 2327, cx. 264. Abrange o período de 1963 a 1969 e, 1975, no entanto encontramos poucos documentos com datas diferentes e, vários documentos sem data, sendo que de alguns conseguimos identificar o ano em que foi produzido devido ao seu conteúdo. Dentre os documentos desse dossiê encontramos: uma cópia da Constituição da União Paranaense dos Estudantes, elaborada no ano de 1962, a qual se encontra ilegível em vários trechos; dois ofícios elaborados pela UPE, datados de 1963; um relatório e um calendário das atividades do XXI Congresso Estadual dos Estudantes do Paraná, do ano de 1965; datados de 1966, há vinte documentos arquivados, dentre eles, relatórios, manifestos da UPE, panfletos e recortes de jornais; vinte e seis documentos são do ano de 1967, dentre eles, diversos recortes de jornais, ofícios, informes e, uma flâmula da gestão 67/68. A grande concentração de documentos do referido dossiê versa sobre o ano de 1968, com um total de oitenta e quatro documentos, sendo estes, boletins informativos da UPE, informes, manifestos dos estudantes, ofícios, relatórios, panfletos e sessenta e oito recortes de jornais. Em relação ao ano de 1969 há somente recortes de jornais, totalizando onze matérias. Um único recorte de jornal datado de 1974 se encontra no dossiê e trata da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas. De 1975 há, também, um único documento, sobre os Congressos Estudantis.

Com base nos documentos descritos acima e em algumas escassas produções bibliográficas acerca da Entidade, procuramos traçar um perfil da UPE e dos estudantes em Curitiba, identificando a repressão em torno da referida entidade, bem como ficam evidentes as práticas de controle exercidas pela DOPS em relação aos estudantes no Paraná e a própria União Paranaense dos Estudantes. Notamos, dentre outros aspectos, que tal controle, exercido pela polícia política, era mais intenso em períodos em que os estudantes ligados à presidência da UPE eram identificados como “vermelhos” ou “comunistas”, termos estes utilizados nos relatórios da polícia política.

Devido à escassa produção bibliográfica acerca do movimento estudantil no Paraná e, especificamente da UPE, não foi possível encontrar relação alguma de nomes de presidentes da Entidade. Através dos registros da DOPS identificamos alguns dos presidentes em suas respectivas gestões: Nobutero Matsuda (1957/1958), Júlio César Giovannetti Junior (1962/1963), Luiz Arpad Driesel (1963/1964), Ronaldo Antônio Botelho (1964/1965), Djalma Sigwalt (1965/1966), Luiz Antônio Amaral (1966/1967), Stênio Sales Jacob (1967/1968), Berto Luiz Curvo (1968/1969). As gestões da presidência da UPE se iniciavam logo após a realização do Congresso da Entidade, em fins do mês de novembro. Dessa forma, o último dos presidentes identificados, antes da extinção da UPE, Berto Luiz Curvo, permaneceu no cargo por menos de dois meses (de fins de novembro de 1968 ao início de janeiro de 1969). A relação acima citada, não se encontra em um documento, mas no conjunto dos dossiês encontramos boletins informativos com os nomes dos representantes da UPE de algumas gestões, outros nomes foram encontrados em recortes de jornais e outros ainda em relatórios da polícia.

## **2.1 A UPE antes do golpe de 1964**

A União Estadual dos Estudantes (UEE) do Paraná, denominada União Paranaense dos Estudantes (UPE), foi fundada em 1939, sendo a entidade estadual estudantil mais antiga do País. De acordo com Madson de Oliveira, jornalista e ex-presidente da referida entidade nas gestões de 2001-2003/2003-2004, que desenvolveu uma pesquisa sobre a trajetória e os setenta anos da UPE, “A UEE surgiu, com o compromisso de canalizar o debate sobre as questões da educação, servir de pólo aglutinador das lutas estudantis, e com a incumbência de fortalecer e ampliar a rede do movimento.”<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> OLIVEIRA, Madson. Especial UPE 70 anos. Disponível em <http://upepr.blogspot.com/2009/09/parabe ns-setentona-dos-estudantes.html>, acesso em 30/06/10.

No ano de 1947, houve, no Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso”, com grande participação do movimento estudantil e também aí apareceu a UPE com manifestações no estado do Paraná.

Atualmente, a sede da UPE funciona na Rua Carlos Cavalcanti, nº. 1157, em Curitiba, no mesmo casarão onde esta iniciou suas atividades em 1939. No entanto, tal casarão, que se tornou propriedade da Entidade no ano de 1958, lhe foi tomado e incorporado ao patrimônio da Universidade Federal do Paraná no ano de 1969, quando a UPE foi efetivamente extinta. Apenas em 1983 os estudantes conseguiram novamente o casarão, porém sob forma de comodato e, não mais como patrimônio. Madson de Oliveira identificou em sua pesquisa que:

Em 1958, o ex-casarão do senhor Benjamin Lins de Albuquerque, torna-se sede própria da UPE. Além do Restaurante a sede transformou-se em palco para manifestações artísticas e culturais do movimento. Com a ditadura, a sede foi tomada pelo governo, e só recuperada em 1983, no então governo José Richa, mas em forma de comodato, que perdura até os dias de hoje.<sup>120</sup>



Ilustração 4. Sede da União Paranaense dos Estudantes em Curitiba. Fonte: *Blogspot* da UPE.

Nos arquivos da DOPS, apenas uma pequena parte da documentação versa sobre o movimento estudantil antes do golpe de 1964. Encontramos algumas solicitações da UPE à DOPS para a realização de comícios, agradecimentos pela cobertura policial em manifestações, alguns recortes de jornais, um manifesto da UPE datado de 1962, que trata sobre os motivos da greve geral dos estudantes que ocorreu no estado do Paraná e um relatório da DOPS sobre a referida greve.

Anterior a isto, há alguns documentos arquivados pela DOPS da década de 1950. Nestes documentos evidencia-se a orientação anti-comunista que vinha sendo disseminada no País, como já mencionado no primeiro capítulo. No entanto, há um documento, em específico, que nos chamou a atenção, por suas orientações fortemente anti-comunistas e, por ter, a respeito do comunismo, uma visão intencional e discriminatória. O documento foi escrito pelo Arcebispado de S. Sebastião, no Rio de Janeiro, enviado ao Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica no ano de 1959, asseverando sobre o Congresso Internacional dos Estudantes:

Em resposta a carta de 26 do corrente, assinada por Leopoldo Joseph Corbett, venho dizer-lhe o que pelo Rádio e Imprensa já tenho afirmado.

O Congresso Mundial da Juventude, a realizar-se em Viena, é de origem e finalidade comunista. Portanto, quem dele participar arrisca-se a tornar-se, ao menos, simpatizante de uma doutrina atéia, antidemocrática e falsa.

Os estudantes brasileiros que prezam nossa querida Pátria, e sobretudo se tem alguma religião, não podem participar de tal congresso, sem porem em risco o seu patriotismo e a sua fé.

Devem os estudantes patrícios evitar tudo quanto lhes possa diminuir esses bons e dignos princípios de ação: Deus, Pátria e Família.

E mais: se a União Internacional dos Estudantes é uma entidade que apresenta características e tradições comunistas, os estudantes brasileiros católicos ou não, pelas razões alegadas supra, precisam unir-se para votar contra a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes.

Pudesse eu ser ouvido por nossos caros jovens e lhes enviar este apelo, não tanto como sacerdote, mas apenas como brasileiro que deseja a liberdade de nosso povo: Mocidade! Enquanto ainda temos liberdade, conservêmo-la. É dever sagrado, individual e coletivo, evitar o suicídio de nossa autonomia.

Se tivesse de me dirigir especialmente aos católicos, lembrar-lhes-ia a consciência cristã, o seu batismo, a crisma, que é um juramento de bandeira do exército de Cristo, os direitos de Deus sobre o homem, as responsabilidades e as atitudes de que terão de prestar contas no inapelável Juízo Divino. Jamais um cristão seja traidor da pátria nem da fé.

Revestido de tais sentimentos é que todo estudante poderá, e deverá, apresentar-se como guarda de honra da bandeira do Brasil, em qualquer encontro de membros de sua classe.<sup>121</sup>

Evidencia-se no documento uma forte tendência em amedrontar os estudantes em relação ao comunismo, uma vez que o coloca como um “perigo” que deve ser evitado para que o País possa ter liberdade. Vendo as práticas da União Internacional dos Estudantes como impregnadas por ideologias comunistas, o documento procura distanciar os estudantes brasileiros da referida Entidade Internacional, bem como das formas de organizações estudantis de esquerda. As concepções políticas divergentes entre os estudantes e as constantes inscrições e propagandas anti-comunistas acabavam gerando conflitos entre os estudantes e por conseqüência uma fragmentação do movimento estudantil. Não há como se afirmar que tal fragmentação do movimento estudantil, tanto nacional como paranaense, tenha se dado devido à propaganda anti-comunista, pois, os estudantes possuíam ideologias políticas diferentes e interesses diferentes, no entanto, podemos afirmar, que essas campanhas aprofundaram essa fragmentação entre as entidades representativas dos estudantes.

Através de um informativo<sup>122</sup>, produzido pela Secção de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, datado de 4 de julho de 1957, podemos identificar a questão do comunismo em torno da UPE e a questão da perseguição. O documento trata da questão do afastamento do então presidente da instituição, o qual era visto como comunista. Podemos perceber a heterogeneidade do movimento estudantil organizado em torno da UPE e a relação entre comunista/agitador. Ser contrário, realizar protestos, aos olhos da polícia política, ou mesmo das alas mais conservadoras do movimento estudantil, equivalia a ser comunista que, por sua vez, também era ser agitador, subversivo, baderneiro.

---

<sup>121</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 109. ARCEBISPADO DE SÃO SEBASTIÃO. Ao Diretório Central do Estudantes da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 30/06/1959. 107 e 110. Estado do Paraná. Secção de Ordem Política e Social. *Informação*. 4 de julho de 1957.

<sup>122</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 107 e 110. Estado do Paraná. Secção de Ordem Política e Social. *Informação*. 4 de julho de 1957.

Geralmente nos documentos produzidos pela DOPS, os relatores procuram identificar as pessoas de acordo com sua ideologia política, como se observa no fragmento a seguir: “A diretoria da U.P.E. é totalmente esquerdista, com exceção do 1º Vice-Presidente e os membros da Secretaria”<sup>123</sup>. O relato segue, identificando o presidente da instituição, Nobutero Matsuda, como esquerdista e, logo em seguida, relacionando-o com o comunismo. Assim, na seqüência o documento acusa o presidente da UPE de ter nomeado, para os departamentos da entidade, elementos comunistas, afirmando que: “atualmente quem ocupa a Diretoria do Departamento de Arte e Cultura, é o acadêmico Milton Cavalcanti, elemento comunista e agitador nos meios universitários”<sup>124</sup>. De acordo com o relatório, este departamento teria convidado Frota Moreira, deputado de São Paulo, para realizar uma conferência na cidade, com o tema, “O petróleo e a Política Nacional”, este deputado também é apontado pelo relatório como comunista.

No dia 14 do mês p, passado, na realização da conferência do comunista Frota Moreira, foi proposto pelo acadêmico Fernando Tristão Fernandes, a criação da “Frente Nacionalista do Paraná”, isto nos moldes da já criada no Estado de São Paulo, ocasião em que foi acatada a proposta do acadêmico Fernando Tristão Fernandes, pelos presentes, e indicado os nomes dos que deveriam fazer parte daquela organização, sendo indicado também o nome do Presidente da União Paranaense dos Estudantes, o qual aceitou.

O 1º Vice-Presidente descontente com a atitude do Presidente da U.P.E., alertou-o do que estava fazendo, e disse-lhe que eles não poderiam criar a Frente Nacionalista do Paraná, da maneira que foi proposta pelo colega Fernando Tristão Fernandes, e frisou ainda mais, que não podiam fazer política partidária dentro da União Paranaense dos Estudantes, pedidos estes que não foram atendidos pelo colega Nobutero Matsuda. Foi então que Oswaldo Doreto Campanari, 1º Vice-Presidente, comunicou a Diretoria da U.P.E., e posteriormente oficiou o Conselho Permanente, e este conselho suspendeu por 45 dias o presidente.<sup>125</sup>

O então presidente foi afastado temporariamente do cargo após ter aceitado o convite para participar da Frente Nacionalista do Paraná, sendo este acusado de crime

---

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Idem.

de responsabilidade, deixando evidente o posicionamento político e ideológico diversificado dentro da entidade estudantil.

Nos primeiros anos da década de 1960, anterior ao golpe, ocorreram manifestações da UPE, com greves de estudantes e apoio à reforma universitária. Segundo Amilton Costa:

Antes das grandes manifestações de 1968 que atingiram as principais cidades do mundo e chegaram até os grandes centros urbanos brasileiros, o Paraná já era citado e havia ganhado destaque no cenário estudantil nacional, devido a ocorrência do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, entre os dias 17 e 24 de março de 1962.<sup>126</sup>

Neste seminário foi elaborada a Carta do Paraná que defendia, segundo Fávero, “uma universidade crítica, anti-dogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social.”<sup>127</sup> Segundo Amilton Costa:

No II Seminário Nacional da Reforma Universitária cada Estado brasileiro teve a oportunidade de credenciar seis delegados, além de poder trazer dezenas de observadores que estavam representando mais de 100 mil estudantes universitários de todos os cantos do Brasil. Foi durante este encontro que decidiu-se criar um programa, chamado de UNE-VOLANTE. Ele tinha por função percorrer todos os Estados brasileiros discutindo as aspirações sociais do movimento estudantil e quais seriam as suas pautas de reivindicações.<sup>128</sup>

No ano de 1962, após a realização, em Curitiba, do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, a UPE decreta greve geral do movimento estudantil, reivindicando a participação de estudantes nos CTAs (Conselhos Técnicos Administrativos), Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades, direito

---

<sup>126</sup> COSTA, Amilton. *A repressão no estado do Paraná durante o regime militar: o movimento estudantil e a operação Marumbi*. Secretaria Estadual de Educação - Programa de Desenvolvimento Educacional PDE - Núcleo Regional de Maringá, 2008. p. 6. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/951-4.pdf>, acesso em 12/05/2010.

<sup>127</sup> FÁVERO. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996, p. 40.

<sup>128</sup> COSTA, *A repressão no estado...*, op. cit., p. 06.

este assegurado pela Lei das Diretrizes de Base, porém não cumpridos pelas universidades. No manifesto assinado pelo então presidente da Entidade, Júlio César Giovannetti Júnior, vemos o apontamento de seis principais problemas vivenciados pelos estudantes universitários no estado do Paraná:

1. Incompatibilidade dos alunos com a direção da escola;
2. Situação de revolta dos alunos contra os maus professores e catedráticos inéptos;
3. Insuficiência de material de prática de aprendizagem, laboratórios, etc.;
4. Horários de aulas absurdos, condicionados sempre às conveniências dos professores;
5. Inexistência de um critério na formação do corpo docente nas faculdades, sendo contratados professores sem ser aferida a sua capacidade didática, e quase sempre por injunção do catedrático;
6. Descaso dos responsáveis órgãos diretivos das faculdades no trato das reivindicações estudantis.<sup>129</sup>

Diante dos problemas vivenciados pelos estudantes dentro das Universidades, a UPE reivindicava o direito pela participação destes nas decisões dos órgãos diretivos das instituições de ensino, entendendo-se, como parte integrante e principal da comunidade universitária. Sendo integrantes do processo de ensino, do cotidiano em que estavam inseridos dentro das universidades, os estudantes consideravam-se prejudicados por não poder participar das decisões norteadoras de tais instituições, sobretudo pelo motivo de que tinham esse direito assegurado por lei, mas que por imposição da cúpula administrativa, ficavam impedidos de tais práticas. Afirma ainda o documento que:

Empunhando a bandeira da REFORMA UNIVERSITÁRIA e lutando na prática para a conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 48. Manifesto da União Paranaense dos Estudantes aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários brasileiros. *Greve Geral no Paraná*. 1962.

<sup>130</sup> Idem.

A documentação arquivada pela DOPS sobre o movimento estudantil no ano de 1963 se limita a uma série de jornais, os quais mostram posições diversas dos estudantes paranaenses, o que nos possibilita identificarmos que houve no estado um movimento heterogêneo, como evidenciaremos nas páginas que se seguem, com lutas internas e orientações políticas diversas e divergentes. Há ainda, entre a documentação, um manifesto, em espécie de livreto, com quatro páginas, produzido por estudantes e representantes de várias associações de trabalhadores, com o título: “*Aos Trabalhadores, aos Estudantes e ao Povo*”, lançado em Curitiba, em 1º de maio de 1963.<sup>131</sup>

O documento expressa uma visão sobre o quadro político no País, comenta sobre o aumento dos preços de produtos de primeiras necessidades, provocado pelas constantes greves, trata da questão dos salários, vendo-os como injustos devido à inflação, denuncia a influência de grupos estrangeiros de dominar os negócios no País e, afirma sobre tais grupos: “São eles que desejam colocar o Brasil debaixo da ditadura militar. Que desejam tirar a pouca liberdade de que dispõe o povo nos dias que passam”.<sup>132</sup>

Ainda este documento evidencia a união entre estudantes e trabalhadores, em defesa pelas Reformas de Base, justificando suas ações frente ao quadro político, econômico e social no Brasil:

Assim pensando é que, a exemplo de outros Estados, os Deputados da Ala Parlamentar Nac. e as entidades estudantis se aliaram aos sindicatos de trabalhadores, filiados ao Comando Geral dos Trabalhadores, formando um pacto de unidade nas lutas que se avizinham para a conquista das Reformas de

---

<sup>131</sup> No final do documento aparecem os seguintes nomes de envolvidos em sua elaboração: Luiz Arpad Driesel, Presidente da UPE; João César Nicolussi, Presidente do DCE da UP; Miguel A. A. de Lima, Presidente do DCE da PUC; José Carlos Campos Hidalgo, Presidente da UPES; Leon Naves Barcelos e Waldemar Barros, da Ala Parlamentar Nacionalista; Tristão Fernandes, Presidente da Associação dos Bancários; Vitor Horácio Costa, Presidente do Fórum Sindical de Debates do Litoral; Laélcio Andrade, Presidente de Fórum Sindical de Debates do Norte do Paraná; José Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais; José Lopes, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Mobiliários e; Expedito Rocha e João Bosco de Figueiredo, da Comissão Organizadora do III Congresso Sindical do Paraná. *Aos Trabalhadores, aos Estudantes e ao Povo*. DEAP/DOPS. UPE. nº 2325.

<sup>132</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. *Aos Trabalhadores, aos Estudantes e ao Povo*. p. 02.

Base, reclamadas pela nação. E estas reformas e esta luta terão sucesso somente se contarem com o apoio decidido e firme do trabalhador do Paraná.<sup>133</sup>

É elaborada neste ano a Carta de princípios da bancada dos estudantes do Paraná, aprovada pela UPE, com a participação dos centros acadêmicos filiados à Entidade. Esta Carta foi encaminhada ao XXVI Congresso Nacional dos Estudantes, e mostrava-se favorável a uma série de reformas propostas para o País:

A Carta de Princípios apóia a reforma agrária (com reforma constitucional), reforma universitária, política financeira que não sacrifique as classes populares, sindicalização rural, reforma eleitoral, alfabetização, política exterior independente, criação da Aerobrás, etc.<sup>134</sup>

A aliança com os trabalhadores evidencia-se, entre outros exemplos, em um documento datado de 18 de fevereiro de 1963, arquivado pela DOPS. Trata-se de um comunicado da UPE, destinado ao Conselho Geral de Trabalhadores do Paraná. Neste documento a UPE discute a decisão dos reitores das universidades de cobrar anuidades dos estudantes nas instituições públicas e pede a colaboração dos trabalhadores.

A União Paranaense dos Estudantes vem à presença dos nobres companheiros para informar a respeito da adoção de medida que determinaria a cobrança de anuidades pelas faculdades federais e estaduais, a qual vem sendo arquitetada pelas autoridades educacionais do país e que causará maiores dificuldades aos trabalhadores e ao povo.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. *Carta de Princípios da Bancada da UPE: apoio a todas reformas*. Obs.: Recorte de jornal, datado de 20/07/1963, porém não consta o nome do jornal no fragmento arquivado pela DOPS.

<sup>135</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Ofício nº 360-62-63. Da União Paranaense dos Estudantes, ao Comando Geral dos trabalhadores do Paraná. Curitiba, 18 de fevereiro de 1963.

Em contrapartida, com a cobrança de anuidades, as faculdades deveriam prestar assistência aos estudantes que não teriam condições para pagar pelo ensino, contrapartida esta que, para o movimento estudantil, tanto em torno da UNE quanto da UPE, não resolveria o problema da educação superior no País. Este problema, na visão da UNE e da UPE, só poderia ser solucionado com a Reforma Universitária. Neste sentido, o movimento estudantil luta por um ensino público e gratuito. O documento, aponta, ainda, a questão relacionada à discriminação pela qual passaria o estudante pobre, devendo atestar a sua pobreza.

A cobrança de anuidades pelas escolas públicas, como querem os donos do ensino Brasil – contrariamente ao Presidente da República que se pôs do nosso lado –, viria criar a divisão entre os que podem e os que não podem pagar; dar vexame ao estudante que tiver que se submeter a uma comissão para provar a sua pobreza; provocaria ainda – a cobrança – a supressão total do ensino público.

Companheiros: os estudantes de hoje já são privilegiados. Os filhos de membros das classes populares só com muita dificuldade conseguem atingir os bancos de uma Universidade. A cobrança seria aumentar essa dificuldade, fechar a universidade ao povo, tornar o ensino no Brasil ainda mais anti-democrático. – Ela não pode, agora, prejudicar diretamente o trabalhador. Mas cria barreiras para os filhos destes. Por isso achamos que os – trabalhadores devem estar conosco nesta luta, que não é apenas nossa, mas do povo brasileiro.<sup>136</sup>

A União Paranaense dos Estudantes procurou fortalecer a aliança com os trabalhadores, recorrendo à sua colaboração na luta pela educação e se mostrando disposta a prestar suas contribuições nas lutas dos trabalhadores.

Há entre os recortes de jornais, mencionados anteriormente, um que traz matéria informando sobre o congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), mais especificamente, trata-se de uma denúncia, por parte do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, de ser este um congresso fortemente influenciado pelo “comunismo”, realizado na cidade de Curitiba:

---

<sup>136</sup> Idem.

Estudantes do CEP Denunciam Congresso: UBES – O XVI Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas transformou-se numa autêntica propaganda do credo vermelho, não faltando a exaltação a Fidel Castro e ao seu regime cubano, disse ontem ao DP o estudante Vulmeron Borges Marçal Júnior, presidente do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, o qual juntamente com mais outros três colegas foi expulso do plenário por discordar das idéias ali pregadas.

Disse que o estudante Marco Aurélio Barbosa, conhecido nos meios estudantis como líder esquerdista, pediu a retirada dos diretores do Centro Estudantil do CEP sob alegação de que os mesmos são elementos filiados ao IBAD<sup>137</sup> e não poderiam assistir aos debates.<sup>138</sup>

O jornal não informa sobre o referido Congresso, apenas exprime a visão dos estudantes que procuraram pelo jornal. Também não foram encontrados quaisquer outros documentos ou matérias de jornais, nos dossiês da UPE, que façam referência ao citado Congresso da UBES.

Durante a realização do XIX Congresso Estadual dos Estudantes, realizado no mês de setembro de 1963, em Curitiba, também foram discutidas as questões referentes às reformas universitárias, problemas do ensino, reformas de base e a aliança operário-camponesa-estudantil.

UPE: Congresso instala-se hoje – Caracterizado por profundas divergências ideológicas e políticas, inicia hoje o XIX Congresso Estadual dos Estudantes, promovido pela UPE, com duração de 4 dias. O temário inclui importantes itens: assistência universitária, o ensino universitário no Paraná, o estudante e as reformas de base (Universidade e desenvolvimento), e aliança entre operários, camponeses e estudantes.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – geralmente aparece relacionado ao IPES quando se refere a sua atuação. Segundo Dreifuss, em seu livro “1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe”, p. 281: “Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica.”

<sup>138</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. *Estudantes do CEP Denunciam Congresso: UPE*. Diário do Paraná 17/07/1963.

<sup>139</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. *UPE: Congresso instala-se hoje*. Jornal Última Hora, 25/09/1963.

Não há, entre os documentos demais relatos para que possamos confrontar a informação que o fragmento acima traz, de que o congresso dos estudantes se iniciou “caracterizado por profundas diferenças ideológicas e políticas”. No entanto, essa afirmação se torna evidente ao percebemos as chapas montadas para a disputa das eleições da UPE e, mais adiante, as divergências estudantis se tornam perceptíveis nas relações políticas mantidas entre os próprios estudantes. Neste sentido, o Jornal Diário Popular, de 25 de setembro de 1963, faz afirmações sobre a participação de estudantes, com ideologia política contrária à ditadura, nas chapas montadas para disputar as eleições da UPE:

Segundo os resultados da reunião da chamada Frente Única (...) os elementos de tendências esquerdistas e os comunistas ficaram praticamente aliados da formação da chapa oficial que concorrerá às eleições da UPE. A maioria dos representantes dos diretórios acadêmicos (...) estão integrados no grupo Situacionista, condicionando porém a não inclusão na chapa de quaisquer elementos de esquerda ou de tendência totalitária.<sup>140</sup>

Evidencia-se uma tentativa em afastar esses estudantes das eleições para a presidência da UPA, para a gestão de 1964, no entanto não há outras evidências materiais para que possamos comprovar esta informação.

Já no ano de 1964, pouco antes do golpe de estado, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade do Paraná, em reunião extraordinária, debateu a atitude do então reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, de emitir convite, para proferir palestra da aula inaugural da instituição, ao reitor da Universidade de Brasília, prof. Darcy Ribeiro. Os estudantes fazem apontamentos das práticas de ambos os reitores e repudiam tal atitude, denunciando as intenções do Sr. Flávio Suplicy de Lacerda:

Resolve:  
Denunciar à classe universitária do Paraná a intenção politicante do convite formulado pela – Reitoria, baseado em que –

---

<sup>140</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Certa a derrota das esquerdas nas eleições da UPE. Jornal Diário Popular, 25/09/1963.

- I – está próxima a indicação da lista tríplice da qual será escolhido o próximo Reitor, por nomeação da Presidência da República;
- II – está o Sr. Reitor mal colocado ante a Presidência da República, por suas posições retrógradas e contrárias ao desenvolvimento autônomo da cultura nacional;
- III – aparentando tomar posições coerentes com os anseios populares convidou um Professor notabilizado pelas boas e progressistas posições como as do Sr. DARCY RIBEIRO;
- IV – com isto pretende engodar o Ministério da Educação e a Presidência da República, com vistas a ser conduzido à reitoria da UP.<sup>141</sup>

Com posições políticas e ideológicas contrárias ao presidente da república e ao que os estudantes entendiam por Reforma Universitária, Flávio Suplicy de Lacerda, na avaliação do DCE, da UP, procurava, através de manobras políticas, permanecer na reitoria da Universidade do Paraná. Poucos meses depois, evidenciou-se o referido protesto dos estudantes, em acusar Suplicy, por suas políticas conservadoras dentro da instituição de ensino. Após o golpe de 1964, o então reitor da Universidade do Paraná, foi convidado, pelo Presidente da República, Castelo Branco, para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Cultura (MEC), momento em que criou a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy e repudiada pelo meio estudantil e, também, firmou acordos entre o MEC e a USAID. Segundo Amilton Costa:

Para os estudantes do Paraná a Lei Suplicy tinha um gosto amargo. Isto ocorria porque o mesmo era uma personalidade importante na vida educacional paranaense e que, a serviço do Governo Federal, estava ajudando a impor um modelo educacional autoritário e extremamente detestado pela ala estudantil, inclusive do próprio Estado do qual o ministro era oriundo.<sup>142</sup>

Os acordos MEC-USAID, visavam, dentre outros aspectos, a implantação de um ensino tecnocrático, em detrimento do ensino crítico. Suplicy permaneceu no

---

<sup>141</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Universidade do Paraná – Diretório Central dos Estudantes – Silvano Pohl Moreira de Castilho – Presidente do DCE-UP, 28/02/1964.

<sup>142</sup> COSTA, *A repressão no estado...*, op. cit., p. 08.

Ministério da Educação e Cultura até janeiro de 1966. No ano de 1967 foi reconduzido à reitoria da Universidade Federal do Paraná, onde permaneceu até o ano de 1971.

Em um documento “Secreto”, elaborado pelo Setor de Segurança Nacional, em 8 de agosto de 1967, que trata sobre um Congresso extraordinário da UPE, há uma transcrição de um boletim informativo produzido pela UPE, o qual traz parte da trajetória da Entidade e um breve balanço crítico de sua atuação antes do golpe de 1964:

Até 1964 – o movimento estudantil paranaense marcou-se por não possuir uma clara definição de estratégia, em primeiro plano. Em segundo, pela desorganização e pela inconstância. Senão vejamos, cada vez que surgia um problema angustiante é que se tentava mobilizar o estudante. Quando se mobilizava ficava no problema específico e não, havia a necessária visão a longo prazo, não fazia a necessária vinculação do específico com o geral. Não havia a organização e a educação da massa estudantil. A visão do geral era errônea e caía na mesma falha das esquerdas brasileiras ao acreditar que a partir das reformas parciais se chegaria a uma transformação das atuais estruturas.<sup>143</sup>

De fato notamos uma fragmentação do movimento estudantil paranaense e suas dificuldades em unir os estudantes em torno de um objetivo comum, principalmente devido há existência de diferenças políticas entre os estudantes, em diversos momentos de sua trajetória histórica. No decorrer das leituras e análise das fontes, evidenciamos que o movimento desencadeado pela UPE dificilmente tinha abrangência da maioria dos estudantes. Geralmente aparecia dividida em grupos e com seus líderes sofrendo fortes críticas de outros grupos estudantis. Identificamos uma descontinuidade do movimento também a partir do golpe de 1964. Em alguns momentos, a Entidade não demonstrou uma posição clara de luta, com objetivos definidos, como veremos nas páginas seguintes.

Enquanto entidades semelhantes à UPE sofriam com a perseguição da polícia política brasileira em outros estados, no Paraná os estudantes continuaram realizando suas atividades e congressos a partir do golpe de 1964 sem a intervenção dos órgãos de repressão. Geralmente suas atividades eram vigiadas pela polícia, mas dificilmente eram

---

<sup>143</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Setor de Segurança Nacional. *Congresso extraordinário da UPE*. 8 de agosto de 1967.

proibidas. Até um determinado momento, a UPE não era vista como uma ameaça ao governo da ditadura dos militares, mesmo após a promulgação da Lei Suplicy que substituiu todas as entidades estudantis existentes, como veremos logo a seguir.

Identificamos que, a partir do golpe militar, os estudantes de esquerda, que geralmente eram considerados pela DOPS como “inimigos internos”, foram, construindo espaço dentro da UPE e ocupando cargos da presidência, sendo que no ano de 1968, a maior parte dos estudantes que compunham a presidência da UPE eram identificados pela DOPS como “vermelhos”, ou seja, comunistas. Com a ascensão desses estudantes dentro da Entidade, o movimento estudantil paranaense foi assumindo uma posição política mais definida de luta contra a ditadura militar e, a repressão, por sua vez, se tornou mais intensa. Enquanto em 1964 os estudantes realizavam suas organizações e atividades sendo vigiados pela DOPS, em 1968 a DOPS passou a proibir e reprimir com violência as organizações estudantis, culminando com a desestruturação do movimento estudantil no início de 1969, a extinção oficial da UPE e, a transferência do seu patrimônio para a Universidade do Paraná.

## **2.2 A UPE após do golpe de 1964**

A UNE, fundada em 1937, foi reconhecida legalmente como entidade coordenadora dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior pelo Decreto-Lei 4.104, de 11 de fevereiro de 1942. No dia 1º de abril de 1964 a sede da UNE, localizada na Praia do Flamengo – Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada por motivos políticos. No Paraná, o Presidente da UPE, Ronaldo Antônio Botelho, faz declarações contrárias ao fechamento da UNE. Em julho do mesmo ano, a UPE foi invadida por agentes da DOPS, munidos por um mandado de busca e apreensão, expedido pelo presidente da Comissão de Inquérito Policial-Militar, Capitão Haroldo Souto Carvalitto. Em um manifesto lançado pelo então presidente da instituição, Ronaldo Antônio Botelho, este declarou que além de invadir a sede da UPE, os agentes

presentes no local arrombaram a gaveta da mesa da Tesouraria, declarando que no momento da chegada dos policiais não havia no local nenhum dos membros da Diretoria. Ronaldo Botelho se manifesta contrário à atitude da DOPS e finaliza o manifesto afirmando:

Se amanhã for afastado do meu cargo, ou me afastar espontaneamente dêle, saibam os colegas que não foi por temor à luta e ao trabalho, mas, sim, por não concordar que a nossa casa seja invadida, violada e que ordens próprias a marginais me sejam dadas.

Se tal medida foi tomada como uma represália às minhas declarações contrárias ao fechamento da União Nacional dos Estudantes, numa coação moral para impedir-me de novas manifestações, reitero aqui minhas convicções com relação ao anteprojeto que regula as entidades estudantis: é antidemocrático e prejudicial aos interesses da Pátria, além de colaborar decisivamente para formar entre os estudantes uma geração de recalcados.<sup>144</sup>

O presente protesto do presidente da UPE foi direcionado ao meio estudantil, sendo este um esclarecimento aos estudantes do fato que havia ocorrido na entidade na data anterior. Manifesta de forma clara as posições contrárias aos agentes da DOPS, demonstrando críticas a estes e também à forma de educação no país. A invasão se deu a partir da manifestação de Ronaldo Botelho contra o fechamento da UNE. Podemos perceber em sua declaração “se amanhã for afastado do meu cargo” a repressão ameaçada, em nome da segurança nacional, contra aqueles que se manifestavam contra as ordens estabelecidas no país. Notamos aqui, que além da repressão desencadeada no Brasil, houveram ainda ameaças de repressão.

A lei Suplicy redefiniu, para aquele ano, os órgãos de representação estudantil de nível superior, sendo eles: o Diretório Acadêmico (D.A.), organizado em cada estabelecimento superior; o Diretório Central dos Estudantes (D.C.E.), para cada universidade; o Diretório Estadual dos Estudantes (D.E.E.), que deveria se localizar nas capitais dos estados, onde houvesse mais que um estabelecimento de ensino superior e; o Diretório Nacional dos Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. Seriam estes os novos órgãos estudantis, ou seja, os órgãos reconhecidos pelo governo. Os dois

---

<sup>144</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. *União Paranaense dos Estudantes – PROTESTO. 10 de julho de 1964.*

últimos, D.E.E. e D.N.E. vinham para substituir as UEEs – União Estadual dos Estudantes de cada Estado – denominada “UPE” no Paraná e a UNE. Também por intermédio desta lei os estudantes estavam proibidos de realizar greves e qualquer orientação político-partidária: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”<sup>145</sup>. As novas entidades estudantis criadas não tinham a mesma autonomia que as antigas, que por sua vez não mais estavam reconhecidas na forma de lei. Elas foram criadas para substituir as antigas instituições que tinham um posicionamento crítico diante da realidade nacional.

Com a famigerada Lei Suplicy, todas as organizações estudantis, tanto a nível nacional como a nível estadual sofreram um intenso processo de extinção e repressão. (...) A Lei Suplicy era uma grande tentativa de transformar os centros acadêmicos das universidades brasileiras em diretórios tutelados pelas reitorias. Em nosso Estado os estudantes da Universidade Federal do Paraná resistiram através de vários mecanismos.<sup>146</sup>

Em 1965, a UPE era liderada por um grupo de estudantes de orientação política anticomunista. Em um ofício da UPE enviado ao diretor da DOPS, no mês de setembro, a UPE solicitava à polícia colaboração e cobertura para a segurança de um ciclo que oficinas que a entidade pretendia realizar. Informando sobre o assunto a ser abordado neste ciclo de oficinas, o ofício retratou: “o ciclo versará sobre temas anticomunistas, subordinando-se ao título: “O Imperialismo Mundial Comunista seus recursos e suas finalidades para a conquista do Mundo”<sup>147</sup>.

Realizou-se em outubro do mesmo ano, em Curitiba, o XXI Congresso Estadual dos Estudantes, contando com a participação de estudantes de várias cidades do Estado. Os participantes do congresso encontravam-se divididos no momento. Um

---

<sup>145</sup> Brasil. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Art. 14.

<sup>146</sup> COSTA, *A repressão no estado...*, op. cit., p. 07.

<sup>147</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 24. *União Paranaense dos Estudantes*. Ofício s/nº. Curitiba, 16 de setembro de 1965.

relatório produzido pela polícia diz o seguinte: “Pode afirmar-se que havia três grupos de estudantes: os esquerdistas ardorosos, os democratas ardorosos e os que se chamavam moderados, mais equilibrados.”<sup>148</sup>

Essa divisão das facções do movimento estudantil, feita por agentes da DOPS, trata-se de uma divisão arbitrária da polícia, a qual pretendia identificar seus possíveis inimigos. A documentação analisada nos permite afirmar que havia uma divisão no interior do movimento estudantil paranaense, divisão essa que foi motivo de lutas internas do movimento. Porém, para o Relatório, os “democratas ardorosos” eram aqueles que defendiam os princípios da Doutrina de Segurança Nacional imposta ao Brasil, cabe lembrar que os militares se auto-identificavam como “democratas” e, constantemente, esses estudantes aparecem elaborando críticas às práticas políticas de resistência e luta dos estudantes contra a ditadura militar. Enquanto isso, outro grupo de estudantes, que participava da luta contra a política anti-democrática do Brasil, eram identificados, segundo termos do Relatório, como “esquerdistas ardorosos”. Enquanto este grupo lutava pela redemocratização no País ele era apontado com anti-democrata, ou seja: inimigo interno. E, podemos afirmar, também, que havia um grupo intermediário aos dois citados anteriormente. Essas questões se tornarão mais evidentes nas páginas que se seguem, onde estaremos percebendo os conflitos entre os estudantes devido a essas posições políticas e às críticas que uns teciam em relação aos outros. Ainda o mesmo relatório traz as divergências entre esses estudantes, tecendo críticas às esquerdas:

Foram surpreendentes a disposição e a persistência com que os estudantes esquerdistas lançaram-se na defesa de seus ideais *atacando frontalmente a Revolução de 31 de Março* e glosando a democracia, Deus e a liberdade. “Ditadura militar”, “escravização” foram reiteradamente proclamadas como sendo a nova ordem das coisas no país, contra o que pediam a reação dos estudantes paranaenses e liberdade (à moda deles).<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 21. *Relatório*. Curitiba, 10 de novembro de 1965.

<sup>149</sup> Idem.

Nos discursos intencionais dos setores políticos conservadores, os ideais de liberdade dos denominados “esquerdistas ardorosos” representavam uma ameaça direta ao Brasil, ou, ao poder dos militares e de seus aliados. Ao ler o documento na íntegra, identificamos, através de sua redação, um interesse da polícia política em se autoafirmar como democrática, defensora da liberdade e dos princípios divinos, os quais, na sua visão, estariam assegurados pelo governo que, por sua vez, sofria com severas críticas e ataques das esquerdas, que afrontavam ou ameaçavam a tais princípios.

E, sobre os estudantes denominados “democratas”, o documento afirma que foram também surpreendentes em “defenderem suas idéias, no atacarem e enfrentarem, destemidamente, seus adversários”<sup>150</sup>. No fragmento a seguir, o mesmo documento relaciona os grupos do movimento estudantil contrários ao governo.

As críticas acerbas ao atual Govêrno da República e a propugnação de princípios esquerdizantes estiveram encabeçadas pela bancada do Diretório Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; pelo Diretório da Faculdade de Direito de Londrina; pelo Diretório de Filosofia da Universidade Católica do Paraná; por parte do Diretório Acadêmico Nilo Cairo da Universidade do Pr., destacando-se os universitários: Abis Evaristo Doce (Direito de Londrina), Roberto Requião de Melo e Silva (Filosofia Católica), Rômulo Retiriello (C.A. Hugo Simas), Gilberto Gomes de Amaral (C.A. Hugo Simas), Paulo Ricarão dos Santos (C.A. Hugo Simas), Gilberto Ricarão dos Santos (C.A. Hugo Simas) e João Batista Tessa Filho (C.A. Hugo Simas). Não desejam estes acadêmicos o estudo de eventuais problemas eminentemente estudantis, sugestões e soluções. Sua finalidade foi martirizarem-se e ficarem sem assistência, sem comida (que a U.P.E. lhe distribui), para arrancarem daí exploração política contra o regime. Suas armas foram a provocação e a ofensa.<sup>151</sup>

O discurso do relatório se encaminhou para definir as esquerdas estudantis como prejudiciais não apenas ao governo, mas por atrapalhar o próprio movimento estudantil, uma vez que não estariam prestando auxílio na resolução dos problemas específicos dos estudantes. Outra questão verificada novamente nos documentos produzidos pela polícia é que esta, procurava formar uma imagem negativa dos

---

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

estudantes afirmando que eles mesmos procuravam se tornar vítimas da ditadura, com a intenção de comover a população, para, a partir de então, organizar a luta.

No mês seguinte foram realizadas as eleições para a nova diretoria da UPE. Um relatório produzido pela DOPS, anterior às eleições, versa sobre as três chapas que disputariam a Presidência da Entidade e suas respectivas orientações políticas:

Três chapas foram apresentadas aos universitários para escolha: uma encabeçada por Djalma Sigwat, Faculdade de Direito de Curitiba, outra encabeçada por José Alves do Socorro, Faculdade de Engenharia (Arquitetura) e outra encabeçada por Abis Evaristo Doce, Faculdade de Direito de Londrina, sendo a primeira da Situação e as duas últimas da Oposição.

Não há dúvida que a que nos inspira maior confiança é a chapa da Situação. Seu candidato é o atual Vice-Presidente de uma gestão sintonizada com ideais revolucionários de 31 de Março. *Os membros desta chapa são todos democráticos autênticos, ardorosos e prometem uma boa gestão.*

O acadêmico José Alves do Socorro é também elemento democrata convicto, que, em outras oportunidades, já batalhou contra a linha comunista no meio universitário. Leva, contudo, o apoio das esquerdas moderadas e de democratas indiferentes.

A chapa do acadêmico Abis Evaristo Doce, como êle próprio, é composta de elementos, no geral, antirevolucionários, da linha auxiliar comunista. Leva, obviamente o apoio dos estudantes esquerdistas, desgostos e revanchistas. Em outro relatório já destaquei<sup>152</sup> a ação dêsse estudante, altamente subversiva, no XXI Congresso Estadual dos Estudantes. (itálico meu).<sup>153</sup>

Abis Evaristo Doce, candidato da oposição, faz parte daquele grupo de “esquerdistas ardorosos”, especificado anteriormente, que na visão da polícia, aparecem relacionadas à subversão e ao comunismo. Nas linhas finais do fragmento acima, o “outro relatório” ao qual está se referindo o agente da DOPS, Ivo de Angelis, trata-se do relatório produzido em 10 de novembro de 1965 e mencionado na página anterior da presente pesquisa.

Está implícita no relatório, a posição e defesa da polícia em apoio à candidatura de Djalma Sigwalt, por este ser visto como “democrata autêntico”, ou seja, sua gestão se

---

<sup>152</sup> Ivo de Angelis foi quem produziu ambos os relatórios, o de 10 de novembro de 1965 e o de 17 de novembro de 1965. No entanto, não conseguimos, até o momento, identificar qual era o cargo que ocupava na polícia.

<sup>153</sup> DEAP. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 25. *Relatório*. Curitiba, 17 de novembro de 1965.

daria de forma combativa aos estudantes contrários à ditadura militar, de forma geral é este o significado da expressão “prometem uma boa gestão”.

Vários jornais noticiaram em novembro de 1965 o resultado das eleições para a escolha da nova direção da UPE, sendo o presidente eleito, como desejavam os militares, o estudante Djalma Sigwalt, que era até então Vice-Presidente da Entidade. Segundo o jornal Tribuna do Paraná:

Djalma Sigwalt, candidato situacionista afirmou que a vitória já era esperada, tendo em vista a ótima administração realizada pela atual diretoria, da qual participou como vice-presidente de assuntos assistenciais. Disse também, acreditar na necessidade de um movimento universitário que exerça decisiva influência no encaminhamento dos problemas nacionais, mas desde que seja autêntica e com finalidade construtivas consentâneo com a melhor coerência democrática.<sup>154</sup>

Um movimento estudantil autêntico e com coerência democrática, na opinião do então presidente eleito, seria um movimento diferente das formas de lutas de estudantes que contestavam abertamente o regime e as políticas educacionais impostas pelos militares, isso podemos identificar ao analisar a posição da UPE em relação à Lei Suplicy.

Na visão do jornal Correio do Paraná, a UPE, no ano de 1965, não se manifesta contra a Lei Suplicy que ameaça fechar as entidades estudantis, afirmando ao jornal o estudante Ardisson Nain Akel, presidente do Conselho de Representantes da UPE, que “sendo entidade civil e não havendo provas de que pode afetar a segurança nacional, a UPE não pode ser fechada”<sup>155</sup>. Na redação do jornal fica visível que não há uma preocupação da UPE com as demais entidades estudantis do País que no período passavam por forte repressão. Mais uma vez vemos um movimento fragmentado no estado do Paraná, enquanto alguns setores estudantis se manifestavam claramente contrários a lei 4.464, a UPE não era contrária ao fechamento de órgãos semelhantes.

---

<sup>154</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 21. Jornal Tribuna do Paraná. 22 de novembro de 1965.

<sup>155</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Correio do Paraná. (Recorte de jornal sem data).

Segundo o mesmo jornal, podemos perceber que a Entidade, no período, demonstrava claramente seu repúdio ao comunismo e por isso estaria em situação privilegiada em relação às demais entidades estudantis.

Se em outros Estados entidades congêneres estão manifestando seu desagrado à lei Suplicy, o mesmo não acontece no Paraná. A UPE goza de situação privilegiada junto à classe estudantil dada a sua conduta em não permitir infiltração comunista em seus quadros, como anteriormente era comum – disse o acadêmico. Frisou ainda, que a UPE continua liderando o movimento estudantil no Paraná, que em virtude da linha nacionalista adotada, como também pelo fato do Diretório Estadual dos Estudantes não ter condições de funcionamento até agora.

O presidente da UPE pretende, em colaboração com o Conselho dos Representantes, elevar a entidade a um plano de liderança nacional, dada as condições favoráveis do momento.<sup>156</sup>

Durante essa gestão, a UPE desenvolveu uma posição anticomunista e contrária, também, às formas de luta desencadeadas pelos estudantes de oposição à ditadura militar. No início de 1966, a UPE mantinha seus privilégios junto às autoridades políticas e continuava realizando suas atividades normalmente, pois, com a forma de atuação dos seus dirigentes, naquele momento, não representava uma ameaça ao poder constituído. Enquanto isso, estudantes de vários outros estados conviviam com a violência policial. Em nível nacional, as manifestações estudantis se tornavam cada vez mais intensas e em Belo Horizonte uma passeata estudantil, contra a ditadura militar, foi violentamente reprimida pela polícia, gerando um clima de revolta. Várias manifestações de solidariedade aos estudantes mineiros foram realizadas no País, inclusive no Paraná.

Em março de 1966, os estudantes realizaram uma manifestação em Curitiba, em protesto às arbitrariedades policiais praticadas contra estudantes em Belo Horizonte. Essa manifestação não foi organizada pela UPE, mas sim pelo Centro Acadêmico Hugo Simas. Antes da passeata três estudantes estiveram na DOPS a fim de prestarem esclarecimentos sobre tal manifesto. A passeata foi permitida pela DOPS, no entanto, o

---

<sup>156</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 26. *Presidente da UPE não é contra fechamento de entidades estudantis*. Jornal Correio do Paraná 12/12/1965.

jornal Diário do Paraná afirmou que “a DOPS tomou precauções para evitar possíveis perturbações da ordem”. Vários recortes de jornais que tratam sobre tal assunto foram arquivados pela polícia política. Estes jornais afirmam que não houve repressão aos estudantes, mas que a polícia acompanhou toda a passeata. A partir do momento que alguns estudantes tiveram que comparecer à DOPS para “prestar esclarecimentos” e que a polícia acompanhou a manifestação para “evitar possíveis perturbações da ordem”, entendemos as ações da polícia como um ato de repressão. O que talvez não tenha ocorrido, foi a violência física, mas o fato da polícia estar presente já pode representar uma violência psicológica, no sentido de coagir os estudantes, uma vez que estava posicionada para não permitir outras formas de manifestações contra a ditadura.

Segundo os jornais que tratam do assunto, cerca de trezentos estudantes participaram da passeata, carregando tarjas pretas em sinal de protesto. Faixas e cartazes com dizeres contrários ao governo foram proibidos, sendo que vários cartazes foram apreendidos por agentes da DOPS antes do início da manifestação.

Em função da vinda do presidente Castelo Branco, programada para os dias seguintes, os estudantes ficaram proibidos de realizar novos movimentos. Enquanto a polícia proibia novas manifestações, o CAHS era favorável à realização destas, o jornal Correio do Paraná afirma:

O estudante Antonio de Araújo Chaves, presidente em exercício do Centro Acadêmico Hugo Simas, afirmou que é favorável a que “façamos passeatas, inclusive ostentando cartazes, cujos dizeres reflitam a realidade”. Defenderá esse direito até o fim, segundo ressaltou, “ainda que isso desagrade a qualquer autoridade.”<sup>157</sup>

Na mesma matéria, o jornal publicou também a opinião do chefe de polícia do Estado do Paraná:

---

<sup>157</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Jornal Correio do Paraná 19/03/1966.

Afirmou que não espera novas passeatas, mas se ocorrerem agirá de modo diferente, principalmente agora que está sendo esperada a chegada do Presidente da República. – “ Não há mais motivos para novas passeatas e agora me recuso a atender os estudantes que me procurarem para isso, que terão que achar outras razões para realizarem novos movimentos”, concluiu o Sr. Luiz Alberto Machado.<sup>158</sup>

No dia do segundo aniversário do golpe militar, as paredes da Universidade do Paraná amanheceram pichadas com frases de protesto contra a ditadura. O jornal Diário do Paraná informou que “seus autores conseguiram fugir, mas quase foram presos pela DOPS”.<sup>159</sup> Nos documentos arquivados pela DOPS não foram encontradas outras informações sobre as manifestação que houveram naquele dia. Enquanto a União Nacional dos Estudantes denunciava os governos militares e reforçava suas bandeiras de resistência e luta contra a ditadura, a UPE permanecia alheia a tais questões.

Em 22 de setembro de 1966, a UPE lançou um manifesto em relação às últimas manifestações de rua dos estudantes em Curitiba, colocando-se contra as mesmas, denominando-as como subversivas e inconseqüentes, mostrando-se também contrária ao “revanchismo político” de algumas facções do movimento estudantil. Na seqüência do manifesto, a diretoria da UPE se mostrou favorável às reivindicações.

Afirmamos nosso ponto de vista e reivindicamos junto ao governo, *por meios inteligentes*, os nossos direitos e de nosso povo, de protestarmos livremente contra as falhas fundamentais de nossa atual estrutura. Conclamamos os universitários do Paraná a cerrarem fileiras em torno da UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES na luta por: a) Realização de eleições diretas em todo o Território Nacional. b) Revogação da lei 4.464 (lei Suplicy). c) Eleições para a formação da Constituinte. d) realização de plebiscito em todo Território Nacional para aprovação da nova Constituição. e) Realização de Reforma Educacional, promovendo maior democratização do ensino. f) cessação das violências e arbitrariedades das autoridades constituídas. g) contra a cobrança de anuidades escolares. h) Reforma Universitária.<sup>160</sup> (Itálico meu).

---

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Diário do Paraná, 01/04/1966.

<sup>160</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Manifesto da UPE, 22 de setembro de 1966.

Ao compararmos essas bandeiras de lutas do movimento estudantil lançadas pelo manifesto da UPE, com as da UNE, percebemos que estas eram semelhantes em alguns de seus aspectos, porém se diferenciando na forma de conduzir a luta. Ou seja, fica claro que, para esta diretoria da UPE, a entidade não deveria buscar o enfrentamento direto contra governo nem à polícia e, ainda lança críticas aos grupos estudantis que seguem essas práticas, como vemos na seqüência do documento:

Portanto colegas, tomamos essas posições coerentes com o pensamento da maioria da base universitária do Paraná, pois essa Diretoria da UPE, que apresenta uma tradição de lutas em torno desta entidade por sua manutenção e unidade do movimento universitário, não poderia, nessa hora, deixar-se arrastar pela ação impulsiva e impensada, de uma *minoria irresponsável*, que procura envolver universitários verdadeiramente interessados na solução de nossos problemas.<sup>161</sup> (Itálico meu).

Segundo o relatório do escrivão José Lourenço Bueno, incumbido pela DOPS de assistir a uma reunião do Conselho de Representantes da UPE, realizada no dia 24 de setembro de 1966, em Curitiba, com o objetivo de debater a crise estudantil, notamos, novamente a divisão do movimento estudantil curitibano e um combate entre a presidência da UPE e alguns dos Centros Acadêmicos de Curitiba, onde o então presidente da UPE, Djalma Sigwalt, criticou duas passeatas realizadas na cidade e criticou também o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), “que pretendia realizar um Congresso de minoria onde não haveria manifestação legítima e autêntica da classe universitária”<sup>162</sup>. Podemos aqui afirmar que o CAHS era um dos centros acadêmicos mais ativos do Estado em relação às lutas e contestação ao regime. O próprio documento nos mostra as posições políticas do CAHS: “Falaram a seguir inúmeros estudantes, entre os quais (...) Nilson Sguarezi, Presidente do Centro Acadêmico Hugo

---

<sup>161</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Manifesto da UPE, 22 de setembro de 1966.

<sup>162</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Relatório. 26 de setembro de 1966.

Simas, que atacou violentamente o governo, e também a inoperância da Diretoria da UPE”<sup>163</sup>.

O CAHS juntamente com o Diretório Vitor do Amaral e o Diretório de Engenharia do Paraná, pretendiam que fosse “instalada uma Comissão de Inquérito para responsabilizar a diretoria da UPE por não ter convocado um Congresso extraordinário, quinta-feira última, e também para apurar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo naquela entidade”<sup>164</sup>. Ambos também se mostraram contrários à UPE coordenar a greve que se pretendia realizar.

Analisando a seqüência do documento, podemos identificar algumas das razões da fragmentação do movimento estudantil curitibano no ano de 1966:

Analisando a situação, ficou patente que existem duas facções em luta pela liderança estudantil. *Uma a dos verdadeiros democratas*, liderada pelo Presidente da UPE, Djalma Sigwalt, que *pretendia por meios inteligentes*, a volta de um regime verdadeiramente democrata, que atenta aos reais interesses do nosso povo.

Por outro lado os *elementos de extrema esquerda*, que são democratas apenas por conveniência, cujo único intuito é manter uma *agitação permanente* na classe estudantil, procurar o apoio de outras classes, a fim de pouco a pouco, *levar a Nação ao caos*, para então implantar o seu verdadeiro ideal, “O REGIME COMUNISTA”.

Disse inclusive no final da Reunião, o líder esquerdista NILSON SQUAREZI, que para derrubar o atual Governo daria a mão até mesmo a um indivíduo que êle “execra”, que é Carlos Lacerda.

Disse também em seu discurso o estudante Paulo Gil, já citado no presente, que se considera subversivo e disse se orgulha, ao que contestou Sguarezi, dizendo que não admitia ser taxado como tal, pois *subversivo era o Governo ditatorial*, que pisou sobre nossa Constituição, oprimindo o povo com uma torpe Ditadura.<sup>165</sup> (Itálico meu).

Costumamos ver, nos relatórios da DOPS, uma forte tendência a taxar tudo e todos que desenvolvem manifestações contrárias ao governo como “esquerdistas” ou “comunistas”. No fragmento do documento transcrito acima, verificamos que o Presidente da UPE foi considerado “democrata”, até mesmo pela polícia, ou seja, o

---

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Idem.

elemento “democrata” não representa “perigo” à Nação. O considerado “democrata” não busca o confronto com o governo por meio de ações diretas e por sua vez tem o apoio do mesmo. Os “meios inteligentes” que Sigwalt adotava como característica de luta que os estudantes deveriam seguir não representavam problemas, na visão da DOPS, para os militares imporem ao País o seu modelo de desenvolvimento. Em um período histórico de luta contra a ditadura militar não seria difícil compreendermos as posições e revoltas dos demais setores do movimento estudantil, em se manifestar abertamente contra a própria diretoria da UPE, inclusive para que esta fosse modificada. E por conseqüência, compreendemos porque estes eram vistos como “agitadores” que pretendiam “levar a Nação ao caos”.

O golpe de 1964 teve como justificativa, como podemos perceber no primeiro capítulo da presente pesquisa, “retirar a nação do caos”. Aquilo que era considerado como uma ameaça à segurança nacional também era chamado de “subversão”. Este termo por sua vez acabava sendo adotado por alguns estudantes que consideravam que se “ser subversivo” era lutar por seus direitos, então deveriam se orgulhar de “serem subversivos”, enquanto que outros, como é o caso do Presidente do CAHS, acabavam atribuindo aos próprios governos militares esta denominação, pois consideravam como “subversão” não os seus atos de contestação, mas sim os atos de repressão e supressão das liberdades democráticas que haviam sido institucionalizadas no País.

Aos olhos da polícia esta “classe esquerdista” era a responsável pelas agitações, inclusive o mesmo documento cita nomes de estudantes, identificando-os desta forma e atribui a estes as conturbações ocorridas no decorrer da referida reunião e indica-os como perigosos, que através de suas “agitações” procuravam “intimidar seus contrários”<sup>166</sup>.

Ainda no ano de 1966, as esquerdas começam a ganhar posição e força dentro da UPE, como se explicitou durante a realização do XXII Congresso, em Curitiba. Um relatório contendo acusações ao governo, “taxando-o de Ditadura Serviu aos interesses

---

<sup>166</sup> Idem.

do Imperialismo Ianque”<sup>167</sup>, e criticando a atual diretoria da UPE, acusando-a de “alienada, aos problemas nacionais”<sup>168</sup>, foi aprovado por maioria em votação. Além do relatório, também foi aprovada uma carta à ONU. De acordo com o relatório, produzido pelo Escrivão José Lourenço Bueno, em 6 de outubro de 1966:

Foi juntado ao relatório, uma carta à ONU, na qual denunciava o Governo Federal, que se apoderou do poder através de um golpe militar, implantando uma Ditadura de opressão ao povo brasileiro. Acusa cerceamento das liberdades, suspensão das garantias individuais, cassações de mandatos e direitos por meros interesses políticos.<sup>169</sup>

A aprovação de ambos os documentos durante o Congresso “provou a inferioridade em que se encontra a diretoria da UPE”<sup>170</sup>. É também proposto durante o evento, por Nilson Sguarezi, a realização de uma passeata com comício, exigindo a revogação da lei Suplicy. Quanto à carta destinada à ONU, não encontramos qualquer evidência informando se esta foi ou não enviada, no entanto, o fato de que os estudantes tenham escrito tal carta, evidencia a luta do movimento estudantil no Estado.

O nome do ex-Governador do Estado do Paraná, nas gestões de 1991/1994, 2003/2006 e 2007/2010, Roberto Requião, apareceu em vários dos relatórios produzidos pela polícia sobre o movimento estudantil. Segundo o relatório do Escrivão, este se manifestou de forma contrária aos governos ditatoriais: “Falou Roberto Requião, que as pressões e injustiças que sófre atualmente a classe universitária, são consequências da Ditadura, e que por conseguinte deve-se cortar o mal pela raiz”.<sup>171</sup>

No entanto, apesar do fortalecimento dos setores de esquerda dentro da UPE, venceu a eleição para presidente da Entidade o candidato situacionista Luiz Antonio

---

<sup>167</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 14. *Relatório*. Sessão de Informação do XXII Congresso da UPE. Curitiba, 06 de outubro de 1964. Escrivão José Lourenço Bueno.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Idem.

Amaral. O candidato da oposição nestas eleições era João Batista Tezza Filho, o qual possui muitos registros na DOPS e tem seu nome citado em vários relatórios, considerado como “subversivo”, pois tinha participação atuante no movimento estudantil curitibano.

No início do ano de 1967, os estudantes se deparam com o problema da alimentação. O Governo do Estado reduz a verba destinada aos restaurantes universitários (RUs) e em virtude disso muitos dos restaurantes fecham as portas. O Governador de Estado afirmou ao jornal (.....) não ter reduzido as verbas para a alimentação mas ter repassado uma parte desta para a reitoria da Universidade do Paraná, a qual, por sua vez, a repassaria à UPE. Porém para que isso se efetivasse a entidade estudantil deveria se adaptar ao decreto Aragão o qual, a entidade vinha combatendo desde a sua promulgação. Após alguns dias fechados, os restaurantes reabrem, no entanto com escassa alimentação, a crise perdura por meses. O jornal *Gazeta*, na data de 3 de agosto de 1967 abordou a questão:

Segundo afirmou ontem o acadêmico Stênio Sales Jacob presidente de Assuntos Assistenciais da União Paranaense dos Estudantes (UPE) “os universitários estão na iminência de uma grave crise social, devido à falta de alimentação, mas que como não querem se submeter ao Decreto 228 (Decreto Aragão), estão prontos para lutar até o fim e fazer a entidade funcionar de qualquer jeito”. (...) Argumenta o estudante que “a Universidade diz que a verba está à disposição, mas nos obriga à adaptação ao Decreto 228 que vem contra os interesses da classe”. O aludido Decreto, datado de fevereiro do corrente ano, estabelece que a distribuição das verbas em auxílio aos estudantes, vem a ser feitas através da Universidade ou da Unidade de ensino, mediante parecer da respectiva congregação. Foi baseado nesse dispositivo que o Govêrno do Estado passou a verba de 50 mil cruzeiros novos mensais à UFP<sup>172</sup>, para que se processe a distribuição. Essa dotação até então era recebida pela UPE. (...) A própria diretoria do DCE colocou-se a favor da UPE, por entender que “a questão não é de distribuição das verbas, mas, porque se pretende a extinção da UPE definitivamente”.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> Universidade Federal do Paraná, atualmente UFPR.

<sup>173</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 102. *Crise alimentar na UPE é iminente, diz setor assistencial*. *Gazeta*, de 3 de agosto de 1967.

Percebemos que, quanto mais se aproximava das esquerdas o movimento estudantil e a UPE, mais se intensificava a repressão. O repasse das verbas, indiretamente vinha para forçar às entidades estudantis a se adaptar às novas leis ditatoriais, para que progressivamente fossem perdendo seu caráter de luta e sua autonomia.

O Jornal Estado, no dia de 13 de maio de 1967, retratou a possível decretação de greve geral pela UPE devido à nomeação de Flávio Suplicy de Lacerda para a reitoria da Universidade do Paraná. Alguns setores do movimento estudantil já faziam ataques a Suplicy ainda antes do golpe de militar, momento em que este era reitor de tal Universidade. Outros ataques a este se realizaram após sua nomeação para Ministro da Educação, devido a criação da lei 4.464. Em 1967, foi novamente indicado para ocupar o cargo de reitor. Segundo o mesmo jornal:

A União Paranaense dos Estudantes poderá decretar greve geral das escolas superiores, em protesto contra a nomeação do professor Flávio Suplicy de Lacerda – que regressa hoje às 13h da Guanabara, em avião da Vasp – para a Reitoria da Universidade do Paraná. A reunião do Conselho dos Representantes da UPE está marcada para as 20h de hoje. Os estudantes lançaram um manifesto para demonstrar o seu protesto e repúdio à atividade governamental que nomeou para a Reitoria o professor Suplicy de Lacerda e facilita o retorno da mentalidade alienante e nociva à formação sócio-cultural da juventude universitária.<sup>174</sup>

Em agosto de 1967, a UPE realizou um Congresso Extraordinário, com a finalidade de discutir o Decreto 228/67, conhecido com Lei Aragão, que tinha por finalidade dissolver o patrimônio das entidades extintas pela lei Suplicy, que era o caso da UPE. Sobre esse Congresso, o Setor de Segurança da RVPSC (Rede de Viação Paraná Santa Catarina) produziu o Informativo N° 31/67, no qual há a transcrição de um boletim informativo da UPE:

---

<sup>174</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 103. *Agora pode ser a greve geral*. Jornal Estado, de 13 de maio de 1967.

O Governo estadual vinculado aos interesses do governo federal tenta neutralizar o movimento estudantil com o fechamento da UPE cortando suas verbas no início do ano.

O ME organiza-se e repudia tal atitude denunciando-a em praça pública através de uma passeata no dia 11/3, quando explicita ao povo curitibano e a classe estudantil as intenções das autoridades constituídas de amordaçar os estudantes para realizar tranquilamente sua política educacional totalmente desvinculada dos interesses da maior parcela da sociedade brasileira. Política educacional, que se consubstancia no acordo MEC-USAID e que tem em essência a transformação do ensino em mercadoria a ser comprada – pela classe que detém os lucros – pequena parcela da sociedade. Conseguimos vencer a primeira parte da luta. O senhor governador decidiu voltar atrás e reconsiderar sua atitude. O ME sente necessidade de maior clareza dos objetivos do acordo MEC-USAID e da vinculação dêste com a estratégia global – de dominação do atual governo ligada aos interesses do imperialismo, realiza um seminário regional para discutir as teses da UNE e Estudo da presença RU. Trezentos estudantes participam de quatro comissões – formação econômica do Brasil, história do imperialismo, acordo MEC-USAID, realidade econômica paranaense.

Os estudos realizados tornam mais claros para nós que a única solução para a superação do Status que era uma fuga do sistema capitalista e que tornava urgente a participação de uma maior parcela de estudantes na luta contra as atuais estruturas sócio econômico cultural e político.

Por parte do poder estabelecido lança-se nova ofensiva para calar os estudantes do Paraná, Gama e Silva envia emissário para cortar verbas da UPE e dar ao reitor a distribuição de verbas dos Das – CONVÊNIO.

POR QUE ESTA TRANSFERÊNCIA?

Para a efetivação do decreto 228 e dissolução da coordenação estadual dos estudantes paranaenses – UPE – possibilitando assim um esfacelamento do nosso ME e uma menor resistência à efetivação do acordo MEC-USAID.

Diante dessa nova ofensiva do Governo, os estudantes agora mais organizados e mais consciêntes rearticulam o ME para denunciar o convênio Imposto pelo Governo Federal e sua vinculação com a política educacional.<sup>175</sup>

A partir desse Congresso a UPE define suas estratégias de luta para os dias que se seguem, estratégias estas, citadas no documento como “calendário da agitação”. Essas lutas se dariam a partir da movimentação da massa dos estudantes, com distribuição de manifestos, realização de assembléias nas escolas, comícios-relâmpagos e a possibilidade de uma grande passeata pelas ruas de Curitiba.

Em fins de setembro de 1967 a UPE realiza o XXIII Congresso, em Curitiba. Como em todos os outros, contou com a presença de agentes da DOPS, fato este que pudemos identificar não apenas neste, mas também nos anteriores, devido aos relatórios

---

<sup>175</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 53/54. Setor de Segurança RVPSC (Rede de Viação Paraná Santa Catarina). *Informação nº 31/67*. Atividade da “UPE” – União Paranaense dos Estudante – Congresso Extraordinário. Curitiba, 8 de agosto de 1967.

produzidos por estes agentes. No entanto, dentre os relatórios analisados, este é o primeiro que afirma que os estudantes suspeitam de tal presença no local do Congresso, e alertam aos demais estudantes ali reunidos:

O Congresso foi aberto com a saudação aos congressistas pelo Presidente da UPE, LUIZ ANTONIO AMARAL, após o que os líderes das bancadas que se fizeram presentes manifestaram, dentre os quais ANTONIO ARAUJO CHAVES, presidente do CAHS, que, suspeitando da presença de espias naquele recinto, solicitou aos presentes o cuidado para que ali não se pronunciassem nomes ou sobrenomes dos participantes pois êsses elementos certamente os anotariam e os levariam às suas repartições, fichando-os, e que em conseqüência disto, êsses colegas enfrentariam, mais tarde, certos dissabores<sup>176</sup>.

O documento afirma que esteve presente no Congresso, um dos membros da UNE, o qual não pôde ser identificado, pois seu nome não foi pronunciado e não apareceu nas atas do Congresso por medidas de segurança, o que nos mostra a consciência da delação. Outro nome citado no relatório é do estudante Carlos Marés Filho, presidente do DCE Federal, o qual também pronunciou discurso, atacando o regime militar, “pronunciou na ocasião violento discurso convocando os universitários “a lutarem até as últimas conseqüências contra a ditadura vergonhosa imposta ao Brasil pelo imperialismo”<sup>177</sup>.

Identifica-se no relatório policial apenas nomes de estudantes que proferiram discursos contrários ao regime e alguns outros nomes de estudantes que estiveram em Congressos anteriores ou que já eram conhecidos pelos agentes como “subversivos”, pois em outros momentos haviam participado do movimento estudantil e já possuíam fichas na Delegacia de Ordem Político Social.

O relatório também relaciona vários outros assuntos discutidos além daqueles de interesses imediatos dos estudantes e de ataques aos militares, como a reforma

---

<sup>176</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 41. Setor de Informação SETS/RVPSC. Setor de Segurança Nacional. Rede Ferroviária Federal. *Informação nº 44/67*. XXIII Congresso Ordinário da União Paranaense dos Estudantes. Curitiba, 01 de outubro de 1967.

<sup>177</sup> Idem.

agrária, a exploração do sub-solo brasileiro por estrangeiros, a infiltração imperialista, a perseguição a intelectuais, entre outros. Também menciona que foram criadas comissões para protestar contra a prisão de intelectuais e estudantes e para estudos de problemas nacionais e internacionais.

Criticou-se durante o Congresso os acordos MEC-USAID, a Lei Aragão, o ensino público pago e ficou prevista a realização de palestras, conferências e seminários para a conscientização dos estudantes.

O Setor de Segurança da RVPSC, em 26 de outubro de 1967, produziu um informativo versando sobre a nova diretoria da UPE, relatando todos os nomes da diretoria, mas tratando especificamente apenas do Presidente e de mais dois membros, que aos seus olhos eram “comunistas atuantes”.

STÊNIO SALES JACOB o novo presidente da UPE, e representante de antigas diretorias. Sem grande expressão como líder é, provavelmente o “testa de ferro” do novo grupo que se apodera da UPE: a chamada “esquerda festiva”. BERTO LUIZ CURVO e PALMIRA AMÂNCIO DA SILVA, - integrantes da nova diretoria, são comunistas atuantes. Lembramos que ambos participaram ativamente de quase todos movimentos, passeatas e encontros.<sup>178</sup>

No dia 9 de novembro de 1967 a UPE publicou uma circular comunicando a posse da nova diretoria, sendo uma cópia desta recolhida pela DOPS. Esta cópia, na parte em que traz a lista dos nomes dos estudantes da diretoria, aparece riscada a caneta de cor vermelha e azul. Os riscos em vermelho, que estariam associados à cor das bandeiras dos partidos comunistas, aparecem junto aos nomes de estudantes de oposição à ditadura militar, sendo que em alguns destes aparece a própria palavra “vermelho” escrito junto ao nome. Dos treze componentes da diretoria, sete foram denominados como “comunistas” pela DOPS. A Presidência estava composta por seis membros,

---

<sup>178</sup> Idem.

todos eles identificados como “comunistas”, dentre eles o estudante Stênio Sales Jacob<sup>179</sup> que presidiu a UPE até fins do ano de 1968.

O ano de 1968 foi um ano histórico de lutas e movimentos de contestação em vários países. Momento em que as lutas estudantis se intensificam e junto com elas se intensifica a repressão institucionalizada. Ano do assassinato de estudante secundarista Edson Luiz, no Rio de Janeiro, que gerou grandes passeatas de repúdio à violência policial desencadeada no Brasil, o ano da promulgação do conhecido Ato Institucional nº 5, ano da prisão de grande parte da liderança do movimento estudantil nacional durante a realização do XXX Congresso da UNE, ano de lutas e confronto direto com policiais nas ruas. No Paraná, os estudantes lutaram pela derrubada do ensino pago, realizaram seminário sobre a política educacional, participaram do Congresso da UNE onde os líderes da UPE também foram presos, se manifestaram contra a violência policial desencadeada no país, enfrentaram a polícia nas ruas e passaram a atuar na clandestinidade com a definitiva extinção da UPE e dissolução do seu patrimônio.

Sobre o ano de 1968 e o movimento estudantil no Paraná, Luciana Galastri afirmou:

No ano de 1968, o então reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, tomou uma decisão: A Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública, passaria a cobrar por seu ensino. Cursos noturnos, em teoria voltados para estudantes que trabalhavam durante o dia para se sustentar, passariam a ser pagos. Esse novo sistema começaria a vigorar quando os calouros daquele ano fossem aprovados. No dia do vestibular de 68, os estudantes da Universidade, sob liderança do DCE (Diretório Central dos Estudantes), da UPE (União Paranaense dos Estudantes) e da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas) impediram a realização da prova no Centro Politécnico com sucesso, adiando o concurso. Suplicy insistiu em manter a sua decisão e realizar uma segunda prova. Novamente, os movimentos estudantis se mobilizaram para impedir o vestibular, mas a presença da polícia montada fez com que a operação falhasse.

No dia 14 de maio daquele ano, há quarenta anos, os estudantes tomaram a Reitoria da UFPR, derrubaram o busto do reitor Suplicy e arrastaram a imagem pelas ruas em uma marcha contra a universidade paga.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> Stênio Sales Jacob, recentemente foi Presidente da Urbanização de Curitiba S.a (URBS) - 1986 a 1988; Secretário Municipal dos Transportes em Curitiba - 1988 a 1989; presidente do Instituto de Cartografia e Florestas do Paraná (ITCF) - 1989 a 1990; presidente da Sanepar - 1991 a 1994; presidente da Fundação Hospitalar de Blumenau - 1997 a 1998; Secretário Municipal de Obras de Blumenau - 1998 a 200; Diretor Comercial da Sanepar (10/03/03 a 10/02/04); Presidente da Sanepar - a partir de (10/02/04).

Durante o ano de 1968, as manifestações estudantis se tornaram mais intensas na capital paranaense e junto a elas se intensificou a repressão policial. O artigo, do qual foi extraído o fragmento acima, diz respeito a uma entrevista realizada com um dos líderes estudantis do período, José Ferreira Lopes, conhecido como Dr. Zequinha. A luta contra a tentativa de implantar o ensino pago no Paraná, constituiu-se em uma das principais bandeiras de luta da UPE naquele momento e, até uma flâmula da gestão 67/68 foi elaborada com o tema:



Ilustração 5. Flâmula da gestão 67/68. Fonte: DEAP/DOPS. Dossiê União Paranaense dos Estudantes.

Em Julho de 1968, a UPE lançou um Boletim Informativo, ressaltando algumas das bandeiras de luta do movimento estudantil no Paraná e de alguns outros estados, fazendo menção à perseguição que sofriam os estudantes e os enfrentamentos com a polícia.

Em outubro a UPE realizou o XXIII Congresso, a partir do qual teve início a campanha para definir a nova diretoria. De acordo com o jornal Tribuna do Paraná:

A Polícia Federal está acompanhando de perto os acontecimentos estudantis do Paraná, disse ontem uma fonte daquele órgão, referindo-se aos preparativos para o congresso estadual que a UPE realiza na Capital e interior do Estado.

---

<sup>180</sup> GALASTRI, Juliana. O homem de estilingue, 40 primaveras depois. *Comunicação on-line: Especial – maio de 1968*. disponível em [http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/37\\_13](http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/37_13), acesso em 04/10/2009.

Também a DOPS do Paraná montou um esquema preventivo que funcionará dentro do conclave dos estudantes a fim de impedir qualquer manifestação externa do caso de ser decidida a realização de passeatas ou movimentos semelhantes.<sup>181</sup>

No mesmo mês, outubro de 1968, a UNE realizou em Ibiúna, SP, o seu XXX Congresso, no qual os estudantes foram surpreendidos pela polícia e presos por agentes da DOPS.

Diante deste episódio, o Comitê de Divulgação e Propaganda da UPE convidou os estudantes a participarem de uma concentração em Curitiba e a lutar contra a ditadura militar. As três principais reivindicações desta manifestação foram: a liberação de todos os estudantes, a realização do XXX Congresso da UNE, o qual havia sido impedido por agentes da DOPS, e a luta contra a repressão desencadeada pela ditadura. O documento também expôs denúncias e ataques ao governo, acusando-o de colaborar com a exploração imperialista do povo brasileiro.

O povo brasileiro, a cada dia, é mais explorado e maior é a sua consciência da causa da exploração; ele já começa a perceber os seus inimigos principais: o imperialismo norte-americano o inimigo de todos os povos e aliado da ditadura. (...)

A máscara cupulista da Ditadura, já não engana a ninguém. A repressão está cada vez mais intensa e o povo está atingindo um nível de radicalização de luta cada vez maior.<sup>182</sup>

Trata, ainda, da importância e organização do povo para lutar contra a ditadura e da importância da aproximação dos estudantes com os trabalhadores: “Na medida em que o povo brasileiro se organiza e avança em suas lutas, o imperialismo e a ditadura,

---

<sup>181</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 111. *Estudante do Paraná continua preso no Rio Grande do Sul*. Diário do Paraná, 06/09/68.

<sup>182</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 02. Comitê divulgação e propaganda da UPE-DCE. *Aos Estudantes do Paraná*.

que sobrevivem justamente por causa da atual fraqueza e desorganização do povo, começa a baquear – é o início – de um longo caminho para a sua derrota.”<sup>183</sup>

Em 20 de novembro de 1968 a UPE comunicou, em carta aberta à comunidade acadêmica, sua nova diretoria, tendo como presidente Berto Liuz Curvo. Enquanto a UPE se organizou para lutar contra a ditadura militar, um processo na Justiça visou a sua extinção e dissolução do seu patrimônio. Segundo o jornal *Diário Popular*, de 09 e 10/07/1968:

Já se encontra em tramitação na Justiça Federal do Paraná processo impetrado pela Reitoria da Universidade Federal visando à dissolução judicial da União Paranaense dos Estudantes. Todos os bens da entidade não podem mais ser vendidos ou transferidos, estando sob embargo. A medida adotada pela Reitoria da UFP objetiva integrar todo o patrimônio da UPE nos próprios da universidade tendo em vista a chamada “lei Aragão” que assim previu a dissolução de todas as entidades estudantis não adaptadas a “lei Suplicy”.<sup>184</sup>

Apesar das declarações de Suplicy de Lacerda ao jornal *Diário do Paraná* em 14 de maio de 1967, afirmando ser contra o fechamento da UPE, a entidade foi extinta em janeiro de 1969. Afirmou Suplicy ao citado jornal:

Ligado a UPE desde seu início, conhecendo a entidade como conheço, sou inteiramente favorável a modificação do dispositivo de Lei que extingue a UPE e se apossa, violentamente, do seu patrimônio. Trabalharei para que a legislação seja modificada, por injusta, violenta e, portanto, prejudicial.<sup>185</sup>

Como já mencionado, foi ele próprio quem criou a lei extinguindo todas as entidades estudantis que não se adaptassem, no prazo de sessenta dias, a nova lei. O movimento estudantil era fortemente contrário a este e não pretendia se submeter aos

---

<sup>183</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 02. Comitê divulgação e propaganda da UPE-DCE. *Aos Estudantes do Paraná*.

<sup>184</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 119. *UPE está sendo dissolvida pela reitoria da Universidade*. *Diário Popular*, Curitiba, 09 e 10/07/68.

<sup>185</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 40. *Suplicy contra a extinção da UPE*. *Diário do Paraná*, 14/05/67.

seus decretos e perder sua autonomia, sendo extinta, com base na lei 4.464 e no Decreto nº. 228, de 1967, em 23 de janeiro de 1969. Seu patrimônio foi incorporado ao patrimônio da Universidade Federal do Paraná, devendo ser administrado pelo Diretório Central dos Estudantes. O processo de extinção da entidade se encontra junto ao Arquivo da Justiça Federal em Curitiba.

O Movimento estudantil desencadeado em torno da UPE foi marcado por divergências internas. O processo que culminou com a extinção da Entidade no início de 1969 revelou que o seu posicionamento em relação à ditadura militar foi alterado. Nos primeiros anos de ditadura, a União Paranaense dos Estudantes, embora em alguns aspectos contrária ao regime, não teceu um enfrentamento direto, posição essa que passou a ser contrária e militante. Suplicy, mentor da Lei nº 4.464/64, não fechou a Entidade num primeiro momento. No entanto, quando retornou à Reitoria da Universidade do Paraná, moveu um processo para a extinção da UPE que, naquele momento, era contrária ao regime e tecia um enfrentamento direto.

No capítulo seguinte identificamos algumas das práticas políticas do governador do estado do Paraná, no momento do golpe de Estado de 1964, Ney Braga, através de reportagens do jornal *Gazeta de Itapoá* e de uma entrevista realizada por José Carlos Dutra com três generais, documentos estes que nos esclarecem sobre alguns aspectos da atuação dos órgãos de repressão no Paraná. Na seqüência identificamos a repressão e o controle direto da DOPS sobre estudantes que estiveram envolvidos com o movimento estudantil e com a luta contra a ditadura militar, a partir dos documentos arquivados nos dossiês individuais da DOPS. Os dossiês individuais que serão utilizados na pesquisa versam sobre os estudantes identificados neste capítulo.

### CAPÍTULO III

## PRÁTICAS POLÍTICAS, CONFLITOS E REPRESSÃO

*Pelos campos há fome  
Em grandes plantações  
Pelas ruas marchando  
Indecisos cordões  
Ainda fazem da flor  
Seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores  
Vencendo o canhão...  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...*

(Pra não dizer que não falei das flores  
Composição: Geraldo Vandré)<sup>186</sup>

O movimento estudantil lutou contra a repressão institucionalizada, pela igualdade de direitos, manteve alianças com operários e camponeses, incentivando a luta por melhor qualidade de vida e pelo acesso à educação de qualidade. Denunciou a pobreza, a fome e o privilégio do grande capital que se mantinha às custas da exploração do trabalho. Acreditou em sua luta, mesmo tendo consciência da sua fragilidade frente ao

---

<sup>186</sup> A música composta por Geraldo Vandré, *Pra não dizer que não falei das flores*, esteve na final do II Festival Internacional da Canção, realizado pela TV Globo, no ano de 1968, onde perdeu para a música de Chico Buarque, *Sabiá*. O resultado do festival foi contestado pelo público e a música de Vandré, com suas estrofes de protesto se tornou o hino do movimento estudantil naquele ano.

aparato repressivo e à força policial. Compuseram a história da luta e da resistência contra a ditadura militar. Muitas vezes foram taxados, pelas gerações posteriores, de desencadear um movimento pequeno burguês, sendo identificados com a expressão “filhinhos de papai”. No entanto, muitos arriscaram a sua própria vida, denunciando a exploração econômica, exigindo a democratização do ensino de qualidade, lutando pela matrícula das vagas excedentes e, denunciando a repressão e a violência desencadeadas pela ditadura militar.

As práticas políticas do movimento estudantil em Curitiba, durante os anos de repressão da ditadura militar, foram para além das práticas da União Paranaense dos Estudantes, fator esse que, em alguns momentos, gerou conflitos entre os mesmos. Identificamos que o movimento foi mais ativo em relação ao combate e oposição aos militares do que fica evidente na trajetória da UPE. No capítulo anterior foi possível verificar que a referida Entidade, por alguns momentos, não se abalou com a repressão institucionalizada no Brasil e que continuou exercendo seus congressos e reuniões sem a proibição da polícia e não combateu severamente o golpe de estado. Ao mesmo tempo, identificamos frações do movimento sofrendo com a repressão já no primeiro ano de ditadura militar, desencadeando ações contra o governo, lutando por liberdade, democracia, melhores condições de ensino e de vida para a população, denunciando o imperialismo e lutando, principalmente, contra a tentativa de Flávio Suplicy de Lacerda, de implantar o ensino pago em instituições públicas de ensino superior no Paraná.

Abordamos, no presente capítulo, inicialmente, a conjuntura política no Paraná no período do golpe, as relações entre Ney Braga, governador de Estado naquele momento, e os militares, bem como a visão posterior de alguns dos generais que prestaram apoio ao Governador na implantação e defesa da ditadura. A partir desta configuração, analisaremos, sobretudo, as práticas políticas do movimento estudantil no Estado, os conflitos internos no movimento e, a repressão que o cercou durante os anos de 1964 ao início de 1969.

Para a análise das práticas políticas, dos conflitos e da repressão institucionalizada contra o movimento estudantil em Curitiba, utilizaremos, no presente capítulo, alguns dos documentos arquivados junto aos dois dossiês, analisados no capítulo anterior, sobre a União Paranaense dos Estudantes, além dos dossiês

individuais dos estudantes: João Batista Tezza Filho, Roberto Requião de Mello e Silva, Stênio Sales Jacob, José Carlos Zanetti, Berto Luiz Curvo, Palmira Amâncio da Silva, Abis Evaristo Doce e Nilso Romeu Sguarezi. Utilizaremos ainda alguns documentos arquivados nos dossiês: Publicações subversivas, Centro Acadêmico Hugo Simas, União Nacional dos Estudantes, DOPS e Política Educacional do governo.

### **3.1 Governo do Paraná e o golpe de 1964**

No momento do golpe militar, o estado do Paraná era governado por Ney Braga. Ítalo Conti, então secretário de Segurança de Ney Braga, afirmou em entrevista ao jornal *Gazeta de Itapoá*, que “Ney não era só favorável [ao golpe] como integrava o grupo de conspiradores”, afirmou ainda que “o governo do Paraná apoiou silenciosamente, desde 1962, os militares que planejavam depor o presidente da República João Goulart”.<sup>187</sup>

Em 1952, Ney Braga recebeu convite do então governador de Estado e seu cunhado, Bento Munhoz da Rocha Neto, para assumir a Chefatura de Polícia do Estado do Paraná. Ney Braga foi prefeito de Curitiba de 1954 à 1958 pelo PSP (Partido Social Progressista), eleito deputado federal em 1958 pelo PDC (Partido Democrata Cristão), governador do estado do Paraná de 1961 à 1965 também pelo PDC. Em 1965 foi convidado pelo presidente da República Castelo Branco para assumir o Ministério da Agricultura, cargo em que permaneceu até 1966. Em 1967 retornou ao cenário político do Paraná, sendo eleito senador do Estado pela ARENA, onde permaneceu até 1974, quando recebeu convite do presidente da República Ernesto Geisel e passou a ocupar o cargo de Ministro da Educação até 1978. Retornando novamente à política do Estado, foi eleito governador do Paraná de 1979 a 1982. Seus sucessivos cargos políticos, bem como o cargo de Ministro da Agricultura e de Ministro da Educação demonstram a sua

---

<sup>187</sup> SFAIR, Mauro. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. *Gazeta de Itapoá*. 31 de março de 2009. Disponível em [http://www.gazetadeitapoa.com/?p=29\\_97](http://www.gazetadeitapoa.com/?p=29_97), acesso em 15/12/11, às 23:50 horas.

proximidade com os governos militares e sua “polivalência”. Neste sentido, a afirmação de Ítalo Conti ao jornal *Gazeta de Itapoá* é significativa:

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um Batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart”.

Sem disparar um único tiro, os militares golpistas rapidamente conseguiram dominar a situação no Paraná. Conti lembra que a pessoa que poderia frustrar os militares revoltosos era o general Silvino Castor da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar no Paraná, que apoiava Jango.

No dia 31 de março de 1964, o general voltava para Curitiba em um avião da Força Aérea Brasileira de uma reunião com o chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, que tentava conter os militares golpistas. Segundo o ex-secretário de Segurança, o general teve sua rota de vôo alterada para não aterrissar em Curitiba. “O piloto do avião recebeu ordens de um tenente que era ligado a nós, que havia recebido ordens para levar o comandante (Silvino da Nóbrega) a Porto Alegre.” Conti afirma que foi dito a Silvino da Nóbrega que a neblina impedia a aterrissagem. “Quando ele chegou no Rio Grande, já estava tudo dominado.”

O pesquisador José Carlos Dutra, que estudou o golpe militar no Paraná, afirma que o general Silvino da Nóbrega tentou organizar uma resistência dando ordens aos batalhões de Blumenau e Joinville para que se deslocassem na direção de São Paulo. “Tal ordem não foi cumprida e o general foi destituído do comando, acusado de apoiar os comunistas. Respondeu a inquérito policial-militar e, posteriormente, foi transferido para a reserva remunerada”, diz Dutra, em um de seus estudos.<sup>188</sup>

O conteúdo do fragmento acima, da entrevista de Ítalo Conti, evidencia não apenas o apoio do governador de Estado ao movimento golpista, mas também a resistência das esquerdas e a repressão desencadeada contra elas já no início da ditadura. Segundo Calciolari, “no Paraná os planos para a repressão da “subversão comunista” estavam traçados em consonância e de forma organizada a obedecer aos mesmos procedimentos que nos demais estados da federação”<sup>189</sup>. Ainda sobre esse processo Dutra afirmou:

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Assembléia Legislativa do Paraná, Curitiba, 2006. p. 48.

O ano de 1964 começou com grande agitação nos quartéis. A insubordinação dos sargentos da Marinha foi um duro golpe na hierarquia e na disciplina de toda a Força, uma vez que essas notícias espalharam-se como rastilhos de pólvora pelas unidades militares, de Norte a Sul. Setores da elite política começaram a bater às portas dos quartéis solicitando providências. O Governador Ney Braga foi à televisão e fez um pronunciamento contra o que chamava de “baderna”. Supõe-se que esse pronunciamento seria a prova de que os militares precisavam para terem certeza dos propósitos de Braga, pois havia, no meio político, comentários de que ele não era um revolucionário de primeira hora. Depois do pronunciamento ninguém mais teve dúvidas do lado em que estava. Isso tranqüilizou sobremaneira os militares.”<sup>190</sup>

Ney Braga, enquanto governador, tinha apoio da maioria das Forças Armadas dentro do Estado, no entanto, havia entregue alguns dos postos da administração estadual à políticos de tendências esquerdistas para conter os poucos focos de descontentamento das Forças Armadas do Estado. Isso fez com que em alguns momentos os militares não tivessem a certeza da posição que tomaria o governador no momento do golpe. Certeza essa que foi obtida após o ato repressivo de Ney Braga para neutralizar as esquerdas às quais ele havia entregue postos da administração, segundo Dutra, “A cúpula militar sediada no estado acreditava que no momento apropriado o Governador saberia como agir no sentido de neutralizar esses políticos”<sup>191</sup>, fato esse que se evidenciou no momento do golpe.

No dia 29 de março de 1964, em uma reunião entre os coronéis do Estado, “houve unanimidade entre os presentes na determinação de assegurar a disciplina em qualquer circunstância, manter a hierarquia e combater o comunismo.”<sup>192</sup>

No momento do golpe, ocorreu no Paraná, a prisão de comandantes militares que apoiavam João Goulart ou que discordavam do golpe, como descreve Dutra:

Um documento denominado *Relatório da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria concernente ao movimento militar de 31 de março de 1964*, relata a prisão, por discordarem da posição assumida pelo Comandante, dos tenentes-

---

<sup>190</sup> DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da Caserna. In. *Revista de sociologia política*. Curitiba, nº 22, jun. 2004, p. 195-208. p. 197.

<sup>191</sup> Idem. Ibid.

<sup>192</sup> Idem. p. 197 – 198.

coronéis Paulo de Moraes e Flávio Dias de Castro – ambos ocupavam funções administrativas no Comando da 5ª Região Militar. O mesmo documento relata, também, a prisão do Coronel Alcides do Amaral Barcelos e do Tenente-Coronel Edson Giordano de Medeiros, ambos do CPOR<sup>193</sup> sob a acusação de exercerem militância política em partidos de esquerda.<sup>194</sup>

Evidenciamos, também, a partir de reportagem da Revista Panorama de maio de 1964, esse apoio do governador do Paraná aos militares e a repressão desencadeada logo após o golpe:

Cerca de trezentas prisões foram feitas no Paraná logo que irrompeu a revolução democrática, sendo apreendido vasto material comprometedor, relacionado com a subversão comunista em desenvolvimento no país.

A eclosão do movimento revolucionário de 31 de março encontrou as autoridades do Paraná preparadas para agir rapidamente, no sentido não só de torná-lo vitorioso no Estado como também de evitar qualquer resistência ou articulação em contrário por parte de forças, grupos ou elementos considerados comprometidos com o governo de Goulart.

O governador Ney Braga estava integrado no esquema revolucionário, de comum acordo com a guarnição militar da 5ª Região, *de sorte que a ação foi imediata no isolamento e desarticulação de possíveis focos*, quer na capital, quer no interior do Estado, que pudessem contribuir para precipitar, sob o comando de âmbito nacional, a subversão das instituições constituídas que as Forças Armadas tinham como certa e em marcha desde o comício de 13 de março na Guanabara.<sup>195</sup>(Itálico meu).

É evidente a participação e apoio da cúpula administrativa do Paraná no processo que culminou com o golpe de estado, a tentativa de sufocar as práticas políticas de setores de oposição ao golpe e, a repressão desencadeada logo em seguida. Com o desvio de rota do vôo que levaria à Curitiba Silvino da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar da capital e favorável a João Goulart, e as iniciativas de Ney Braga em designar Ítalo Conti, ainda em 1962, para organizar um batalhão na polícia militar que lutaria contra possíveis opositores, assim que o golpe se desencadeasse, desarticulou um

---

<sup>193</sup> CPOR (Centro de preparação dos oficiais da reserva).

<sup>194</sup> DUTRA, *A revolução de 1964...*, op. cit., p. 197.

<sup>195</sup> Revista Panorama. Ano XIV, número 144, Maio de 1964. *Apud* CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos...* p. 206 e 208.

possível movimento de resistência ao golpe por setores de segurança do estado e outros movimentos de oposição, dentre eles o movimento estudantil.

Segundo dados exibidos no prefácio do livro da jornalista Silvia Calciolari, “Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1985)”, prefácio este escrito pelo atual governador de Estado Carlos Alberto Richa<sup>196</sup>, ocorreram no Paraná 2726 prisões políticas entre os anos de 1964 a 1969 e, mais 975 no ano de 1975. Cabe lembrar que em meados da década de 1970 houve no Paraná a chamada Operação Marumbi, tendo por objetivo perseguir e prender os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Estado que, segundo Leandro Brunelo, “eram acusados de rearticularem as bases do partido no Paraná”. Essa Operação policial foi organizada pela DOPS e pelo DÓI-CODI. Ainda de acordo com Brunelo, além de perseguir os militantes do partido comunista, havia a intenção de envolver o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB):

As suas motivações iniciais eram as prisões de membros do PCB, contudo, paralelo a essa intenção, havia a proposta de envolver o partido da oposição oficial, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como uma agremiação partidária infiltrada por elementos da esquerda clandestina (PCB e outras organizações políticas de caráter marxista-leninista).<sup>197</sup>

Apesar de o Paraná não estar no epicentro político do golpe de Estado de 1964, as ações governamentais foram traçadas no mesmo parâmetro político, visando afastar representantes de ideologias de esquerda, sobretudo identificados como “comunistas”, tanto do cenário político quanto das demais organizações da sociedade civil. Para tanto, no Paraná, assim como nos demais Estados, já no início do golpe foram desencadeadas ações no sentido de reprimir possíveis oposições e movimentos contrários ao mesmo. Afastamento de cargos públicos, perseguições, prisões e torturas, físicas ou

---

<sup>196</sup> Carlos Alberto Richa, conhecido por Beto Richa, é o atual governador do Estado do Paraná. Foi o autor da Lei nº 11.255/95, que estabeleceu a indenização à ex-presos políticos do Estado do Paraná durante o regime militar.

<sup>197</sup> BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das Araucárias: a operação Marumbi em 1975 no Paraná*. Dissertação de Mestrado, UEM, 2006.

psicológicas, disseminando a “pedagogia do medo” (expressão de Olga Mingot)<sup>198</sup>, constituem-se em algumas das formas utilizadas pela polícia para coagir a oposição, criar nelas o hábito da aceitação passiva ou eliminá-la.

Mesmo passados mais de quarenta anos do golpe militar, antigos Comandantes de Polícia insistem em afirmar que a ação desencadeada pelos militares em 1964 fazia-se necessária naquele momento histórico, bem como insistem em ocultar a violência praticada pela polícia nas dependências do Estado ou mesmo fora delas, como afirmou, ao jornal Paraná Online, o general da reserva Raymundo Torres Negrão: “Não restou outra alternativa. Jango estava inteiramente dominado pela esquerda. Era um Boneco.” E sobre a repressão, no mesmo jornal, o general afirmou:

Sobre as prisões ocorridas no período de 1964 a 1985, torturas, exílios e mortes, o general é taxativo. "Tudo isso é uma balela, uma mentira que se construiu. Garanto que se houve de fato 10% dos casos de maus tratos relatados, é muito", afirmou. "Se davam porrada no Dops (Delegacia de Ordem Política e Social) eu não sei. Mas na área militar, não houve tortura. Pelo menos não que seja de meu conhecimento."<sup>199</sup>

Esse mesmo general foi entrevistado por Dutra, que em seu trabalho “A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da Caserna”, publicada na íntegra, as entrevistas de três militares que ocupavam importantes cargos no Paraná, no ano de 1964: Raymundo Negrão Torres, Ítalo Conti e Justo de Moraes. Em sua entrevista, Raymundo Negrão Torres, afirma que:

O que ocorreu em 31 de março de 1964 foi um contra-golpe, pois as Forças Armadas – atentas à sua missão constitucional de defesa das instituições democráticas – saíram dos quartéis da legalidade, em um movimento cívico-militar, para abortar uma situação que se desenhava claramente como um golpe

---

<sup>198</sup> Não encontramos qualquer referência sobre Olga Mingot. Os autores que se utilizam da expressão, dentre eles Padrós, citam-na da forma utilizada no texto acima.

<sup>199</sup> SAIKI, Lyrian. Ex-presa política lembra suplício no período militar. In. *Paraná online*, 31/03/2004. Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/78324/?noticia=EX+PRESA+POLITICA+LEMBRA+SUPPLICIO+NO+PERIODO+MILITAR>, acesso em 23/12/2010.

de esquerda mancomunada com a autoridade legal que se estava tornando ilegítima pelas atitudes tomadas.<sup>200</sup>

O referido general, quando indagado pelo pesquisador, para “fazer algumas considerações finais a respeito do movimento militar de 1964 no Paraná”, afirma:

É uma simplificação inadequada chamar o movimento de 1964 de “militar”. Na realidade – e até a esquerda reconhece isso – as Forças Armadas foram arrastadas por apelo da sociedade, que pedia um “basta”! ao descabro em que estávamos sendo mergulhados (...) Para o Paraná, especialmente, a revolução modernizadora em que o movimento transformou-se foi altamente benéfica.<sup>201</sup>

Nas falas dos outros dois entrevistados por Dutra percebemos visões semelhantes, ao afirmarem que o golpe era necessário. Evidentemente, não falam em golpe, mas em “contra-revolução”, onde justificam a tomada do poder para livrar o País de um suposto golpe de esquerda, para “livrar a nação do caos”, que, aliás, faz parte do discurso construído pelos militares, inclusive, nos Atos Institucionais, assim como também faz parte do discurso, afirmar que o Exército foi impulsionado pela sociedade civil. Como já evidenciamos anteriormente, a sociedade teve participação significativa na luta contra Goulart e contra o comunismo, sobretudo a partir das teorias anti-comunistas que se espalhavam pelo País, por exemplo através de parcela do clero da Igreja Católica que, anunciava, de forma pejorativa, o comunismo como o causador dos males da nação, atentando contra “a Pátria, a família e a Deus”.

Mesmo passadas já algumas décadas, ambos comandantes negam a violência cometida pelo Estado ou, quando a reconhecem procuram justificá-la de forma simplista, recorrendo a dados econômicos, como aumento da renda *per capita*, crescimento econômico e construção de “grandes obras”, modernização e ampliação dos meios de comunicação, procurando ocultar o aumento da dívida externa, a dominação internacional, o arrocho salarial, as precárias condições de emprego e de educação,

---

<sup>200</sup> TORRES, Raymundo Negrão. *Apud: DUTRA, A revolução de 1964...*, op. cit., p. 200.

<sup>201</sup> Idem. p. 207.

dentre vários outros fatores econômicos que também fizeram parte das lutas e reivindicações das esquerdas e do movimento estudantil.

Transcrevemos, na seqüência, as respostas dos três generais, para a pergunta de Dutra: “O senhor considera que a atitude de intervir, tomada pela cúpula das Forças Armadas, foi correta?”<sup>202</sup>

Gal. Negrão: Se a pergunta refere-se a derrubada do sr. João Goulart, sim. É o que tenho dito em todas as minhas obras.

Gal. Ítalo: Já se disse, e eu concordo, jamais em toda a história o Brasil precisou tanto de suas Forças Armadas, e em particular do Exército, como naqueles decisivos dias em que estava em jogo sua sobrevivência como *nação democrática e cristã*. Não tenho dúvidas de que a atitude das Forças Armadas foi correta.

Gal. Justo: Sim, se não tivesse havido intervenção das Forças Armadas naquela oportunidade certamente haveria uma guerra civil, ou seria implantado o regime comunista no país.<sup>203</sup>

Em consonância com o discurso oficial, os discursos dos generais paranaenses, após a redemocratização do País, parecem se manter intactos, seguindo os princípios de Doutrina de Segurança Nacional e justificando o uso da violência, tão discutida atualmente na luta pelos Direitos Humanos.

Percebemos, no decorrer da pesquisa, que muitos estudos trazem nomes dos perseguidos pela polícia durante os anos de ditadura militar, mas poucos apresentam aqueles que utilizaram o poder da força legalizada pelo Estado, para silenciar a oposição política ou os presos e para obter destes as informações que desejavam. Desta forma, transcrevemos, na seqüência, um documento que se trata de uma relação de funcionários da DOPS do ano de 1966. Na relação, os nomes de dois inspetores de polícia aparecem riscados a caneta, impossibilitando sua identificação, possivelmente riscado com essa finalidade. Antes de reproduzirmos a referida relação cabe entendermos que, os funcionários da delegacia trabalhavam para o Estado que, por sua vez, institucionalizou

---

<sup>202</sup> DUTRA, *A revolução de 1964...*, op. cit., p. 204.

<sup>203</sup> Idem. Ibid.

a repressão e foi o grande responsável pela violência. Dessa forma, não pretendemos identificar os agentes da DOPS como os culpados pelos crimes cometidos durante a ditadura militar, há que se considerar que eles estavam exercendo seu ofício e, estar entre as listas de funcionários não quer dizer que tenham praticados atos de violência. No entanto, devemos, também, compreender que, em muitos casos, os agentes de polícia seguiram à risca a prática da violência e da tortura institucionalizada, por motivos pessoais e de ascensão profissional, uma vez que o “bom” interrogador era aquele que conseguia extrair o máximo possível de informações do preso, o “bom” funcionário de polícia era aquele que conseguia impor o medo e fazer silenciar a oposição, ou seja: o mais violento. E, segundo Calciolari, no Paraná, “Ozias Algauer foi considerado o mais temido, o mais cruel, e o mais perverso dos agentes públicos”<sup>204</sup>.

Bél. Ozias Algauer.....	delegado responsável pela DOPS
Gelson Costa.....	superintendente
Silvio Salmon.....	escrivão chefe do cartório
Geremias Félix de Oliviera.....	escrivão do delegado adjunto
Demerval Prestes Branco .....	escrivão chefe da secretaria
Lourival Rodrigues Flôres .....	agente chefe da secretaria de armas
Oswaldo Carlos Escaramella.....	agente chefe da secretaria de hotéis e pensões
Henrique Gomi Netto.....	agente chefe da secretaria de controle
Vicente Nápoli.....	agente chefe da secretaria economia popular
José Castilho Gomes.....	agente chefe de fiscalização
Oswaldo Hasselmann.....	agente auxiliar
Wilson Monteiro.....	agente auxiliar
Izabelino F. de Lima.....	agente auxiliar
José Lourenço Bueno.....	escrivão
Alice Saad.....	escrituraria
Antônio Cordeiro.....	guarda de presídio – auxiliar
José Lourenço de Oliveira Jr.....	guarda civil – auxiliar <sup>205</sup>

Dentre os arquivos da DOPS há um documento confidencial, composto por cinquenta e oito páginas, que se chama “Interrogatório”. Nele estão contidas as medidas que deveriam ser tomadas após o momento em que era efetuada uma prisão e,

<sup>204</sup> CALCIOLARI. *Ex-presos políticos...*, op. cit., p. 182.

<sup>205</sup> DEAP/DOPS: Dossiê: DOPS. Relação de Funcionários lotados nesta D.O.P.S. Curitiba, 22/03/1966.

principalmente, como o interrogador deveria proceder para obter as informações desejadas. Na sua introdução há uma descrição do prisioneiro:

O prisioneiro representa uma fonte potencial de valiosas informações sobre um inimigo, cujas hostes pertenceu até bem pouco tempo. Sob certas circunstâncias, pode ser a única fonte. A exploração dessa fonte exige considerável habilidade e deve ser atribuída a interrogadores treinados e, apenas em limitadas circunstâncias, à equipe que aprisionou o indivíduo.<sup>206</sup>

De forma geral, a tortura não era empregada apenas como forma de punição. Não obstante isso tenha ocorrido, sua finalidade era pressionar o prisioneiro a prestar informações, das quais, a polícia previamente o julgava conhecedor. Evidenciamos, no fragmento acima, que os objetivos da polícia iam para além de julgar o prisioneiro ou obter informações a seu respeito. Considerado como potencial fonte de informações, procurava-se, por meio dos interrogatórios, fazer com que o preso falasse. E, para se obter as informações, essa atividade era confiada a “interrogadores treinados”, ou seja, após fazer a prisão, os policiais deveriam encaminhar o preso para agentes “especializados”, os quais, por sua vez, possuíam a “habilidade” para se obter as informações. Nessas circunstâncias, o uso da força, com práticas de violência eram potenciais aliados dos interrogadores em tais “habilidades”.

O referido documento, elaborado pelo Ministério do Exército, era de difusão nacional, ou seja, as delegacias se utilizavam de um “modelo” nacional para obter informações sobre possíveis “inimigos”. O documento trata da postura que o interrogador deveria assumir frente ao prisioneiro, como deveria proceder durante o interrogatório, dos métodos e técnicas para obter informações, do tratamento dos prisioneiros. Versa ainda sobre a forma que o interrogador deveria se aproximar do interrogado, dentre elas a “aproximação rude” que visa promover uma reação de medo ou de angústia no prisioneiro. Anexo ao mesmo há, ainda, uma série de perguntas formuladas, para uso do agente de polícia.

---

<sup>206</sup> DEAP/DOPS. Dossiê 1173, cx. 140. Ministério do Exército. Interrogatório.

Em meio a esse cenário político, se desenvolveu o movimento estudantil paranaense, enfrentando aqueles que viam as práticas de repressão e uso da violência, como instrumento “legal” para obter informações e calar a oposição.

### **3.2 A repressão contra o movimento estudantil em Curitiba**

Nesse contexto de implantação da ditadura e desarticulação de possíveis movimentos de oposição, os estudantes foram alvos da repressão, que pouco mais tarde foi institucionalizada no Brasil, sendo muitos deles presos por participar de movimentos contra os militares ou contra a violência policial desencadeada após o golpe de 1964.

A imagem a seguir é uma evidência desse processo. Trata-se de um recorte do jornal Correio do Paraná, de 19 de março de 1966, arquivado no dossiê da União Nacional dos Estudantes, nº 2311, cx. 259. A matéria aborda a prisão de dois estudantes paranaenses que participaram de uma manifestação na cidade de Curitiba naquele ano. O motivo central da passeata era protestar contra a violência empregada por policiais na repressão aos estudantes enquanto realizavam uma passeata na cidade de Belo Horizonte contra a ditadura militar.

19/3/66 Correo do Paraná 19/3/66

# DOPS PRENDE MAIS DOIS ESTUDANTES EM CURITIBA

A Delegacia de Ordem Política e Social deteve na tarde de ontem dois estudantes envolvidos na manifestação ocorrida em nossa cidade de solidariedade aos estudantes de Belo Horizonte que sofreram violências policiais. A prisão ocorreu na residência dos estudantes, (Rua Vicente Machado, 304) e são eles Roberto Requião de Mello e Silva e Eduardo Re-

quião de Mello e Silva. O primeiro é acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e o segundo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica. Os estudantes ainda não foram soltos e uma comissão estudantil acha-se em contacto com o delegado Ozias Brandão.

Enquanto isso, após identificarem-se na DOPS, foram soltos os estudantes: João Eduardo Socorro, aluno da Escola de Engenharia; João Tezza Filho; Vitório Ultschak; Antônio de Araújo Chaves e Nereu Gomes da Faculdade de Direito da UFP, e o presidente do Centro Acadêmico "2 de Julho", da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Todos estão convocados para prestarem esclarecimentos na DOPS segunda-feira. O Centro Acadêmico Hugo Simas acha-se sob vigilância de dois agentes da Secretaria de Segurança, que têm ordens de impedir qualquer reunião dos membros daquela entidade.

Ilustração 6. DEAP/DOPS. Dossiê União Nacional dos Estudantes. nº 2311, cx. 259. (Texto transcrito em nota de rodapé<sup>207</sup>).

Segundo a abordagem do assunto pelo jornal, os estudantes não teriam sido presos no momento da manifestação, mas em momentos posteriores a sua realização. Observa-se, desse modo, que a polícia mantinha um controle sobre a vida de tais pessoas, sabendo inclusive o endereço de onde moravam.

Roberto Requião de Mello e Silva, estudante do curso de Direito, teve importante atuação no movimento estudantil em Curitiba. Filho de Wallace Thadeu de Mello e Silva, médico e ex-prefeito de Curitiba no ano de 1951, Roberto Requião foi Deputado Estadual (1983-1985), Prefeito de Curitiba (1986-1989), Secretário do

<sup>207</sup> “A Delegacia de Ordem Política e Social deteve na tarde de ontem dois estudantes envolvidos na manifestação ocorrida em nossa cidade de solidariedade aos estudantes de Belo Horizonte que sofreram violências policiais. A prisão ocorreu na residência dos estudantes, (Rua Vicente Machado, 304) e são eles Roberto Requião de Mello e Silva e Eduardo Requião de Mello e Silva. O primeiro é acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e o segundo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica. Os estudantes ainda não foram soltos e uma comissão estudantil acha-se em contato com o delegado Ozias Brandão”. Na parte inferior do documento vemos a seguinte redação: “Enquanto isso, após identificarem-se na DOPS, foram soltos os estudantes: João Eduardo Socorro, aluno da Escola de Engenharia; João Tezza Filho, Vitório Ultschak [possivelmente o nome seja Vitório Sorotiuik]; Antônio de Araújo Chaves e Nereu Gomes da Faculdade de Direito da UFP, e o presidente do Centro Acadêmico “2 de Julho”, da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Todos estão convocados para prestarem esclarecimentos na DOPS segunda-feira. O Centro Acadêmico Hugo Simas acha-se sob vigilância de dois agentes da Secretaria de Segurança, que têm ordens para impedir qualquer reunião dos membros daquela entidade”. Correio do Paraná, 19/03/1966.

Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (1989-1990), Governador do Estado do Paraná (1991-1995), Senador da República (1995-2002), Governador do Paraná por dois mandatos consecutivos, (entre os anos de 2003 a 2010) e atualmente é Senador da República.<sup>208</sup> Sobre sua atuação enquanto estudante, teve seus passos seguidos pela DOPS, como evidenciaremos mais adiante.

A reportagem do jornal reproduzida anteriormente, mostra, ainda, que vários outros estudantes tiveram que prestar esclarecimentos à DOPS, bem como, evidencia a interferência policial dentro de entidades estudantis “o Centro Acadêmico Hugo Simas acha-se sob vigilância de dois agentes da Secretaria de Segurança, que têm ordens de impedir qualquer reunião dos membros daquela entidade”<sup>209</sup>. Enquanto alguns estudantes eram presos e passaram por espancamentos ou outras formas de torturas utilizadas pela ditadura militar, outros ficaram proibidos de se manifestar.

A manifestação de que trata o recorte de jornal acima, onde foram presos os irmãos Roberto Requião e Eduardo Requião, trata-se de uma manifestação de repúdio à violência policial após a invasão da Igreja de São José em Belo Horizonte, em 1966. A violência ocorreu após as manifestações de estudantes contra a ditadura militar, quando aqueles se refugiaram no interior da igreja para escapar da repressão. O jornal Diário do Paraná publicou, em 18/03/1966, uma matéria abordando os motivos da manifestação no Paraná e duas fotos da mesma.

---

<sup>208</sup> Os dados sobre Roberto Requião foram obtidos através do portal eletrônico da Casa Civil do Estado do Paraná ([www.casacivil.pr.gov.br](http://www.casacivil.pr.gov.br)), acesso em 21/01/2001.

<sup>209</sup> DEAP/DOPS. União Nacional dos Estudantes. N° 2311, cx. 259. DOPS prende mais dois estudantes em Curitiba. *Jornal Correio do Paraná*, 19/03/1966. p. 15.



Ilustração 7. Jornal Diário do Paraná, 18/03/1966. DEAP/DOPS: Dossiê União Paranaense dos Estudantes, nº 2325, cx. 263.

Na parte superior da imagem os estudantes carregam uma faixa preta trazendo a simbologia de luto. Além da violência física e dos crimes que resultaram em mortes, os estudantes demonstram, simbolicamente, o fim das liberdades democráticas e a

proibição das manifestações estudantis frente à desestruturação do ensino. Na primeira das imagens, o jornal afirma: “Luto Estudantil: os estudantes foram às ruas com faixas pretas em sinal de protesto pelos fatos ocorridos em Belo Horizonte. A manifestação foi pacífica”.

A segunda refere-se à prisão de estudantes na DOPS antes da realização da mesma, onde os estudantes tiveram que prestar esclarecimentos sobre a manifestação da qual viriam a realizar. Juntamente com os estudantes, a polícia apreendeu vários cartazes, como se observa na imagem, os cartazes expostos sobre a mesa, com frases de protesto contra a ditadura militar. Na parte inferior da imagem, o jornal afirma: “O encontro e o início: O diretor de Polícia Civil recebe a comunicação de que a passeata já havia sido iniciada durante o encontro com os estudantes”.

Antes e depois da referida passeata a DOPS prendeu estudantes envolvidos com a mesma. Nas declarações prestadas na delegacia, os estudantes afirmam ainda terem carregado faixas pretas em demonstração de repúdio à violência da polícia.

Durante os esclarecimentos, o estudante Roberto Requião afirmou ter participado da passeata e afirmou, também, que a passeata teve como motivo central protestar “a invasão da igreja em São José, por Força Policial Mineira, que causou a morte de um fiel, em Belo Horizonte. (...) que a passeata foi silenciosa e os universitários conduziram faixas pretas em demonstração de nojo.”<sup>210</sup>.

Não encontramos dentre os registros da DOPS e na bibliografia consultada sobre o movimento estudantil, qualquer outra informação que identifique a morte de uma pessoa na igreja. Identificamos apenas a violência desencadeada pela polícia, citada também por Poerner:

A mobilização estudantil, que empolgaria o País, se irradiou a partir de Minas, na primeira quinzena de março, quando uma passeata em Belo Horizonte foi brutalmente reprimida pela polícia, que chegou mesmo a violar templos católicos, como a igreja de São José, para espancar estudantes e mulheres lá refugiados. Os espancamentos sofridos pelos jovens mineiros desencadearam passeatas estudantis em solidariedade no Rio, nos dias 19 (mais de três mil alunos) e 24 (cerca de cinco mil participantes) daquele mês, e em São Paulo, em

---

<sup>210</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Roberto Requião de Melo e Silva. Auto de declaração.

18 (dois mil estudantes), além de manifestações públicas em outros pontos do País, como nos Estados do Paraná e do Espírito Santo.<sup>211</sup>

Dando continuidade as suas declarações, o estudante de Direito parece não ter se intimidado frente à polícia, como fica evidente no próprio documento, pois a violência teve grande repercussão dificultando seu ocultamento.

Também lhe foi perguntado se havia participado de reuniões no CAHS para a organização da passeata, ao que respondeu “que sendo membro do CAHS, participa de todas as reuniões do Centro que poderá ser verificado no livro de Atas daquela entidade”.<sup>212</sup> Foi ainda indagado se havia idealizado ou dirigido a passeata e, em sua resposta, mostra novamente a repressão policial ao afirmar que “não, pois na mesma passeata não houve líderes, pois o Vice-Presidente e o Presidente do CAHS estavam detidos na DOPS.”<sup>213</sup>

Roberto Requião foi um, entre muitos, a protestar contra os arbítrios e a violência policial, repudiando o golpe de estado e a desqualificação do ensino nas universidades brasileiras após a Lei Suplicy e, por isso, passou a ser visto pelas autoridades policiais como “perigoso à segurança nacional”. É evidente nas redações dos documentos produzidos pela DOPS, o discurso deturpado que procura desmoralizar e incriminar o estudante. Em uma certidão expedida pela DOPS, diz sobre o estudante:

Elemento nitidamente esquerdista – Manteve contato com ROMÃO SILVA, comunista confesso e com vários estudantes esquerdistas. Manifestou-se de acordo com o manifesto da UPE, de 1º de abril de 1964, contrário à Revolução. Ativo propagador de idéias extremistas no meio estudantil. Continua trabalhando contra a Revolução.<sup>214</sup>

O discurso policial vai se construindo no sentido de evidenciar o quão perigoso era aquele estudante que, na realidade, se protestava contra as arbitrariedades da ditadura militar. O discurso procura colocar os integrantes da oposição política na

---

<sup>211</sup> POERNER, *O poder jovem*, op. cit. p. 267.

<sup>212</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Roberto Requião de Mello e Silva.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem.

posição de “bandidos”, com seus próprios termos pejorativos “elementos”, “extremistas”, “contra a Revolução”. Ou seja, como afirmam os Atos Institucionais, “a Revolução em nome do povo”, o objetivo era transmitir a idéia do “bem” contra o “mal”. O “mal” deveria ser eliminado, independentemente dos meios utilizados para se chegar a este fim.

Há que se observar que a vigilância sobre determinados estudantes ultrapassou o período da vida estudantil. Consta, por exemplo, nos arquivos da DOPS/PR, informações sobre a vida de Roberto Requião até o ano de 1981. Portanto, muito tempo após concluir o curso universitário continuou sendo vigiado pela polícia.

Como mostram os autos de declarações, contidos nas centenas de dossiês individuais da DOPS, geralmente durante os interrogatórios, o interrogador procurava extrair do interrogado alguma informação sobre sua participação em algum partido político. Como a tentativa de organização de partido era crime de segurança nacional, informação dessa natureza comprometeria os interrogados.

Essa informação dificilmente era obtida pela polícia durante os interrogatórios, pelo menos nos autos de declarações que foram lidos nenhum estudante afirmou fazer parte da organização de partido. Muitos se declaravam filiados a UPE ou a algum centro acadêmico, mas nunca filiado a partido, que era a informação que a polícia desejava obter. Um dos exemplos disso é o de João Batista Tezza Filho, que era estudante do curso de Direito e filiado ao CAHS. Ele, e diversos outros estudantes, foram indiciados em inquérito policial no ano de 1966. Havia participado do XXI Congresso Estadual dos Estudantes, realizado no mês de outubro de 1965, onde vários estudantes se manifestaram contrários ao governo e também à diretoria da UPE.

A polícia possuía informação de que ele era comunista, porém o estudante disse não pertencer a nenhum partido. Um dos documentos contidos em seu dossiê afirma: “o fichado, conforme informações prestadas por elementos da Prefeitura

Municipal local, é comunista”<sup>215</sup>, enquanto no auto de declaração o estudante afirmou “que não pertence a nenhum partido político”<sup>216</sup>.

De 1965 a 1966, o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) tinha como presidente o estudante de Direito Nilso Sguarezi, que, na década de 1970, foi eleito deputado estadual pelo MDB. Sguarezi foi fichado na DOPS por sua atuação no movimento estudantil em Curitiba, chegou a ser preso. Um dossiê individual na DOPS contém várias informações sobre sua participação no movimento estudantil e também sobre sua atuação como deputado. O dossiê possui cento e quarenta páginas, um dos mais extensos entre os que foram analisados.

Na gestão 1965/1966, a UPE era liderada por Djalma Sigwalt, estudante identificado pela própria polícia como “democrata”. Durante sua gestão, a UPE praticamente não desenvolveu uma luta organizada contra a ditadura militar e criticou estudantes que participaram de passeatas pelas ruas de Curitiba, o presidente da entidade representativa dos estudantes no Paraná não se declarou contra o fechamento de entidades estudantis semelhantes após a promulgação da Lei Suplicy, como ficou evidente no capítulo anterior e perceptível em vários recortes de jornais arquivados pela DOPS, dentre eles, no Jornal Correio do Paraná:

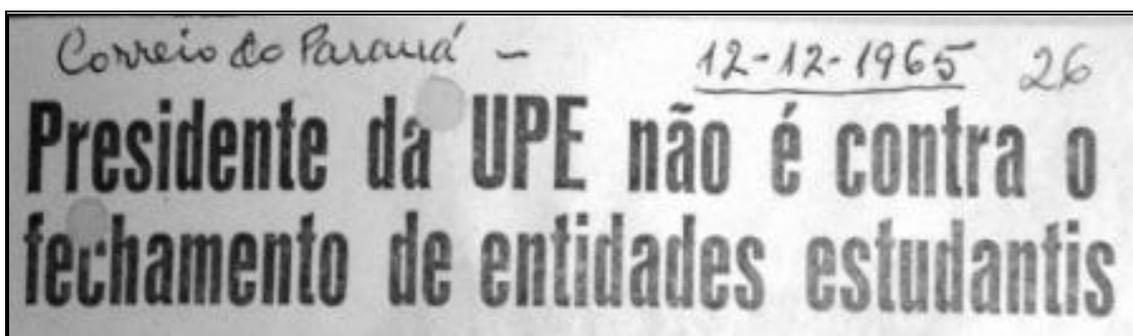


Ilustração 8. Recorte do Jornal Correio do Paraná, 12/12/1965. Arquivado no Dossiê: União Paranaense dos Estudantes, nº 2325, cx. 263.

<sup>215</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: João Batista Tezza Filho.

<sup>216</sup> Idem.

Este posicionamento motivou várias críticas à Entidade por diversos setores estudantis que pertenciam à oposição, principalmente vindas do CAHS, presidido por Nilson Sguarezi. Este, entrou para o curso de Direito no ano de 1962 e logo em seguida se engajou no movimento estudantil, esteve envolvido na luta pelo problema do restaurante universitário, que teve um corte de verbas e deixou muitos estudantes sem alimentos, e participou também de várias manifestações contra a Lei Suplicy.

Ainda a seu respeito, há no dossiê um documento manuscrito, assinado pelo chefe da DOPS. Deve-se esclarecer que não aparece no documento o nome do chefe da Delegacia, mas, pela semelhança da assinatura, possivelmente tenha sido escrito por Ozias Algauer. O documento traz a seguinte redação:

Senhor delegado: cumpre-me informa-lhe que o requerente é fichado nesta DOPS desde a data de 15-10-66, por participação ativa em passeatas estudantis, pichamentos, bem como, participação de Congresso da Ex-UNE, em Minas Gerais. É um dos líderes do Movimento para criação do Estado do Iguaçú. Curitiba, 19-8-69.<sup>217</sup>

O documento não cita para qual delegado e para qual delegacia a informação foi produzida. No entanto, ano de 1969, Sguarezi já havia concluído o curso e retornado à cidade de Pato Branco para exercer a profissão de advogado. Como Sguarezi foi um dos líderes do movimento estudantil e teve participação em lutas contra a ditadura militar, suas informações eram repassadas para outras delegacias, uma vez que a polícia de Curitiba contava com muitas informações sobre sua vida, pois em seu dossiê há cópias de vários documentos, inclusive documentos pessoais, como título de eleitor e identidade, várias fotos e até uma cópia da sua ficha individual da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, com suas respectivas notas no curso. Fator este que nos mostra que Sguarezi foi um, entre muitos, que tiveram seus passos acompanhados pela repressão política no Estado.

Outro estudante perseguido pela repressão militar foi Abis Evaristo Doce, que ainda em 1964 foi indiciado em inquérito para apurar suas práticas de luta e resistência

---

<sup>217</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Nilso Sguarezi.

contra a forma de governo instaurada com o golpe de 1964. Em 1965 participou do XXI Congresso Estadual dos Estudantes, promovido pela UPE, e segundo anotações da polícia, atacou o golpe “assim como propugnou pela defesa dos princípios esquerdizantes, encabeçados pela bancada do diretório do CAHS”<sup>218</sup>. Em 1966 foi candidato à presidência da UPE e, no mesmo ano, um informativo produzido pela DOPS afirmou que o estudante teria participado em uma passeata em Curitiba, sendo um dos principais oradores. O documento transcreve o discurso do estudante:

“Povo brasileiro, povo do Paraná. Estudantes que hoje estão na praça pública e que a mais de um ano, lutam em defesa da liberdade. É com satisfação maior, que nesse instante, nós, que desde um ano atrás, batalhamos, lutamos contra o governo que aí está, porque *no Congresso da UPE, de 1965, estávamos numa minoria, naquele instante, estávamos lutando contra a corrupção e contra a compra dos estudantes pela polícia...* aplausos... Quando nós levantávamos contra a ditadura que aí estava, diziam que nós queríamos que a União Paranaense dos Estudantes... trecho incompreendido... queríamos que os estudantes levantassem a suas voz em defesa da liberdade, diziam que nós queríamos que a União Paranaense dos Estudantes... incompreendido... mas eu vos pergunto, onde está a União Paranaense dos Estudantes?... aplausos... Hoje a União Paranaense dos Estudantes, através de seus Centros, através daqueles que serão seus representantes, ou são os seus representantes, que são todos os alunos do Paraná, que estão em praça pública, que estão lutando em defesa da liberdade, porque não é apenas a nossa liberdade, mas também a do povo brasileiro... aplausos... É preciso meus amigos que nesse instante, no instante em que o povo se sente oprimido, no instante em que na mesa dos nossos operários falta pão, em que falta leite para os seus filhos... aplausos demorados... Nós sentimos que não é apenas o estômago que sente, o que é preciso, é que compreendamos que somente as nossas passeatas, somente com as nossas vozes de protestos, amanhã nós não tenhamos passeatas de operários, lutamos nós contra o que aí está, lutamos nós todos em defesa da liberdade, hoje, se levanta a voz dos estudantes, amanhã, vai se levantar a voz do povo brasileiro... trecho incompreendido... aplausos... Quando se levantar a voz do povo brasileiro, quando então, lutando pela democracia, nós estaremos lutando pelo futuro de nossa Pátria, para que esse Brasil, seja o Brasil para nós, mas seja, principalmente, o Brasil para nossos pósteros: a nossa obrigação é grave, nós todos temos um dever para com nosso Brasil. Não é possível que amanhã estejamos canibais; hoje estamos ao fim, lutamos pela liberdade, lutamos todos pelo futuro da nossa Pátria, pelo progresso do Brasil.”<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Abis Evaristo Doce.

<sup>219</sup> Idem.

A princípio não encontramos evidências de que a DOPS tenha financiado alguns setores do movimento estudantil paranaense, no entanto, devemos recordar que, no ano de 1965, a UPE não combateu abertamente a ditadura militar e vários segmentos do movimento estudantil vinham criticando e atacando estudantes de ideologias políticas esquerdistas e de oposição aos militares, fator este que nos leva a não descartar a possibilidade de que realmente isso possa ter ocorrido. Como se pode verificar no documento acima, Abis Evaristo Doce faz uma séria acusação à polícia de estar comprando estudantes. Todavia, essa hipótese deve ser pesquisada de forma mais ampla e profunda.

Devemos ressaltar que as formas de controle não se aplicavam apenas aos estudantes envolvidos em passeatas ou participantes de entidades estudantis. A vigilância também era direcionada às pequenas práticas, até mesmo uma simples leitura de livros considerados subversivos. Identificamos, em um dos documentos arquivados pela DOPS, um informe que diz respeito a um estudante que fazia a leitura de um livro sobre Mao Tse Tung: “Em dias do mês de julho passado FLANKLIN PAULO LEMBRECHT, aluno do 3º ano do curso de Eletrônica da Escola Técnica de Curitiba, durante uma das aulas lia dissimuladamente o livro “O PENSAMENTO DE MAO TSE TUNG”.<sup>220</sup>

Na seqüência, o documento afirma que o aluno foi argüido a respeito de onde havia adquirido o livro, tendo informado sobre o local, os agentes policiais estiveram na livraria citada em busca do mesmo. Inicialmente, o agente foi informado pelo atendente que o estabelecimento não possuía tal obra. Mas, numa segunda visita o agente teria subido ao segundo andar da livraria, encontrando-o em meio a outros livros. Nesse mesmo informe, no campo destinado ao assunto, aparece a expressão “subversão”. Para a visão da polícia, a expressão “subversão” estava se referindo ao aluno que fazia leitura de livro proibido, ao próprio livro e ainda à livraria que dispunha deste para a venda.

Em novembro de 1967 a sede da UPE foi invadida pela Polícia Federal, foram apreendidas muitas cópias do Jornal Afirmação, jornal este de autoria da Entidade e uma série de outros documentos, bem como, também, foi apreendido um mimeógrafo.

---

<sup>220</sup> DEAP/DOPS. Dossiê Publicações subversivas.

Segundo o relato de policiais, o jornal era “extremamente subversivo”. Quatro estudantes foram detidos na Delegacia de Polícia Federal para prestar depoimento a respeito do material encontrado na UPE. Dentre os estudantes detidos estava o então presidente da entidade, Luiz Antonio Amaral.

Durante o ano de 1968, as práticas políticas dos estudantes e as críticas ao governo federal e estadual, principalmente em relação à política educacional se intensificaram e junto com elas a repressão.

Nos primeiros dias de agosto, dois estudantes foram detidos enquanto faziam pichações nas paredes da Biblioteca Pública em Curitiba, com frases que contestavam a ditadura. O jornal Tribuna no Paraná noticiou o ocorrido em matéria publicada no dia 24/08/68, sob o título: “Estudantes terroristas foram presos pela Polícia Militar”. Em nenhum momento a matéria menciona novamente a palavra “terrorista” ou justifica o termo utilizado em seu título, apenas esclarece que estes estudantes passaram por longo interrogatório na DOPS, foram fichados e advertidos, ficando estes sujeitos a processos caso reincidissem. No entanto, subentendemos que estas manifestações, por serem ofensivas ao governo, eram vistas, por alguns setores, como práticas de terror e/ou para criminalizar os estudantes. As “pichações” constituíram em uma das formas de luta dos estudantes, geralmente feitas no decorrer da noite, em momentos onde havia menos possibilidade de serem identificados. Trata-se de uma forma de expor pensamentos e reivindicar direitos. Segundo Thiago Nunes Soares:

As pichações são representativas dos sentidos da cidade, por simbolizarem as tensões urbanas vigentes, sendo utilizadas geralmente como forma de os seus sujeitos-autores manifestarem suas reivindicações sócio-político-culturais. As motivações e as formas de produção dessas escritas revelam as disputas por espaços para a exposição de pensamentos, para exigir melhores condições de vida, assim como para voltar os olhos da urbe a uma reflexão sobre os contextos de sua produção e os teores de suas mensagens.<sup>221</sup>

---

<sup>221</sup> SOARES, Thiago Nunes. Escritas da cidade: As pichações no combate a ditadura civil-militar. In. *História e historiografia: XIII encontro estadual de história – Guarabira, PB, Anais Eletrônicos, Anpuh, 2008*. Disponível em <http://www.anpuhpb.org/anaisxiiiieph/textos/ST%2002%20-%20Thiago%20Nunes%20Soares%20TC.PDF>, acesso em 25/11/2010.

Por se tratar de uma forma de luta, as pichações foram consideradas como escritas de cunho subversivo durante a ditadura militar, representando perigo à Segurança Nacional.

Ainda no mês de agosto de 1968, realizou-se em Brasília uma reunião da UNE, na qual participaram estudantes do Paraná. O estudante e vice-presidente da UPE, Isamu Ito, foi preso ao chegar à Brasília, permanecendo detido por vários dias. Em consequência de sua prisão, promoveu-se, no Paraná, uma campanha de denúncia contra a repressão. Em relação à prisão, o jornal Tribuna do Paraná, de 28/08/68, mencionou a declaração do diretor da Polícia Civil, Walfrido Piloto, manifestando a convicção de que Isamu Ito “será posto em liberdade de hoje para amanhã, tão logo as autoridades federais obtenham as informações que desejam sobre os preparativos em curso para a realização de um congresso ilegal da extinta União Nacional dos Estudantes”.<sup>222</sup> No entanto, este permaneceu preso por vários dias.

Encontramos, ainda, nos arquivos da DOPS, uma relação de placas de carros que estiveram na sede da UPE na noite do dia 12 de agosto, o que nos mostra que os estudantes estavam sendo vigiados pela polícia. No entanto, não pudemos identificar através dos arquivos o que houve na entidade nesta data.

Novas prisões de estudantes ocorreram em setembro de 1968, incluindo confronto com agentes da DOPS. Segundo o jornal Estado do Paraná: “Agitação provoca cadeia para dez universitários”<sup>223</sup>, agitação esta que se tratava da realização de comícios-relâmpagos de universitários que protestavam contra a invasão da UnB por agentes da DOPS e, da distribuição de panfletos pelas ruas. O mesmo jornal faz a seguinte afirmação: “Quando os estudantes saíram da Praça Osório e ingressaram na avenida João Pessoa, foram dispersados por agentes do DOPS e soldados da Polícia Militar, todos armados com cassetetes”.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 104. Piloto diz que só um estudante foi detido. Jornal Tribuna do Paraná, de 28/08/68.

<sup>223</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 109. Agitação provoca cadeia para dez universitários. Jornal Estado do Paraná, de 1º de setembro de 1968.

<sup>224</sup> Idem.

Enquanto isso o jornal Diário do Paraná (03/09/68) publicou a seguinte afirmação: “As autoridades policiais anunciaram que todo o estudante que se manifestar através de comícios, pichações e passeatas, será preso. Sábado e domingo últimos foram detidos, em Curitiba, 33 universitários, inclusive os presidentes da UPE e DCE”.<sup>225</sup> Também foram presos dois estudantes, no Rio Grande do Sul, sendo um deles, Celso Mauro Paciornick, do Paraná, que, segundo o jornal Diário do Paraná, “foram surpreendidos pela Polícia Federal quando tentavam embarcar para Curitiba com grande quantidade de folhetos de caráter subversivo.”<sup>226</sup>

O crime de propaganda subversiva foi definido pelo Decreto-lei 314/67 (Lei de Segurança Nacional), especificamente em seu artigo 38, onde nos incisos I e II, constitui-se em crime, respectivamente, “a publicação ou divulgação de notícias ou declarações e; a distribuição de jornal, boletim ou panfleto”. A pena para esse crime era a detenção, podendo variar de seis meses a dois anos.

Uma operação chamada “pente fino” realizada pela polícia do Estado, em 1968, visava à prisão das lideranças do movimento estudantil paranaense. O documento a seguir relaciona os nomes dos estudantes que seriam presos e as respectivas delegacias encarregadas das prisões.

---

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 111. Estudante do Paraná continua preso no Rio Grande do Sul. Diário do Paraná, 06/09/68.

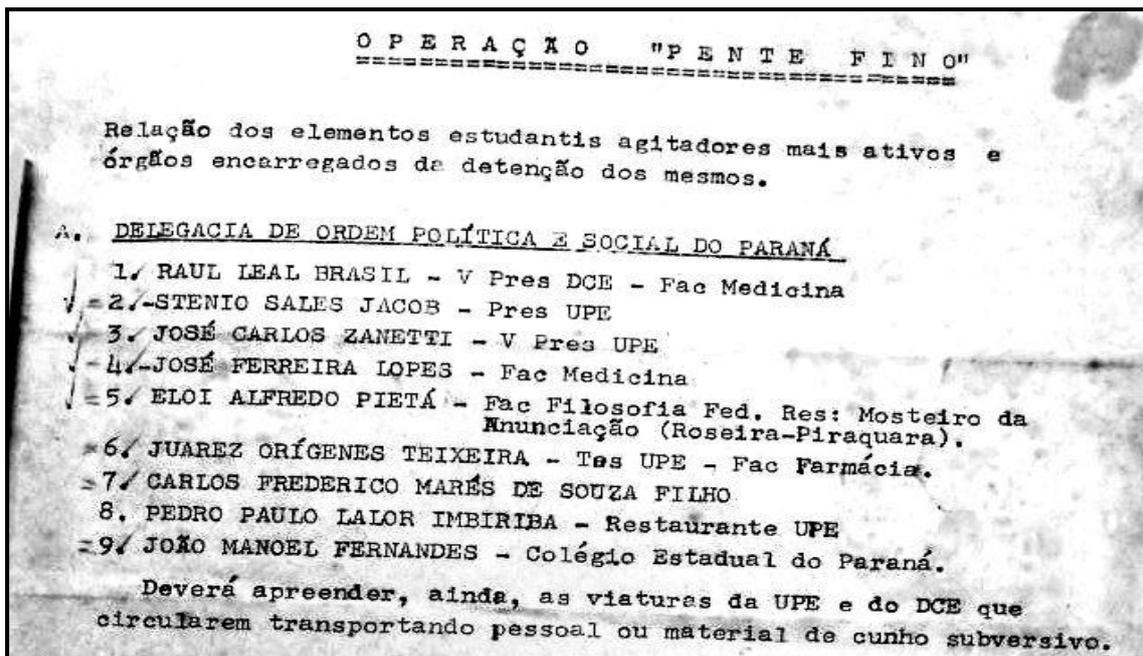


Ilustração 9. DEAP/DOPS. Dossiê: Stênio Sales Jacob.

O termo “elemento” era utilizado pela polícia para desqualificar pessoas suspeitas de praticar delitos, com sentido de marginal, delinqüente, juntamente com o termo “comunista”, para discriminar e, sobretudo, para justificar perseguições a qualquer militante de esquerda ou das causas sociais.

O documento está arquivado no dossiê individual de Stênio Sales Jacob que em 1968 era presidente da UPE, um dos nove estudantes dos quais a DOPS se encarregaria de fazer a prisão. Na seqüência, o documento relaciona mais estudantes e os respectivos órgãos encarregados das prisões:

B. 2ª Seção da PMPE

Palmira Amâncio da Silva – presidente da CEU – Casa dos Estudantes Universitários  
Marly Osna – Colégio Estadual do Paraná  
Ana Beatriz Fontes  
Tereza Daysy Urban – Fac. Filosofia Fed.  
Kensho Yamada – Escola de Engenharia  
Gilberto Lutemback Batalha  
João Elísio Torres de Andrade – Fac. Filosofia Fed.

Francisco Timbó de Sousa  
Elizabeth Fortes – Fac. Filosofia Fed.<sup>227</sup>

Identificamos, nesta relação de estudantes perseguidos pela polícia, a predominância de estudantes do curso de Filosofia. Cabe salientar que, de forma geral, as ciências humanas perderam espaço nos currículos escolares durante a ditadura militar, como afirma Marilena Chauí no prefácio do livro “Antologia de textos filosóficos”, sobre a extinção da disciplina de filosofia:

A filosofia foi excluída da grade curricular por ser considerada perigosa para a segurança nacional, ou como se dizia na época, “subversiva”. Foi substituída por uma disciplina denominada Educação Moral e Cívica, que supostamente deveria doutrinar os jovens para a afirmação patriótica e a recusa da subversão da ordem vigente.<sup>228</sup>

Outro foco de repressão da polícia, além do curso de Filosofia, tratava-se do curso de Direito de Universidade Federal, como já foi identificado pela presente pesquisa a perseguição ao centro acadêmico do referido curso, o CAHS.

Para evitar que tais estudantes fugissem da cidade, aparece no final da relação de seus nomes, a seguinte inscrição: “Deverá, na ocasião, determinar o fechamento de todas as saídas de Curitiba, por terra e ar”.

Dando continuidade ao documento que traz a relação de estudantes perseguidos pela operação “pente fino”:

#### C. Setor de Segurança/RVPSC

Adalberto Daros – Presidente do CA Dois de Julho  
Sérgio Bianchi – Fac. Filosofia Fed.  
Waldemiro Gremski – Fac. Filosofia Fed.  
Caetano Eduardo Otaviano – Fac. Direito Católica  
Luiz Alberto Manfredini – Colégio Est. Hildebrando do Araújo  
Newton Coutinho – Fac. Medicina

---

<sup>227</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Stênio Sales Jacob.

<sup>228</sup> MARÇAL, Jairo (org). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba, SEED – Pr., 2009. Prefácio, s/p.

Dacio de tal – Fac. Filosofia Fed.  
Clair da Flora Martins – Residente no CEU

#### D. Departamento de Polícia Federal

Vitorio Sorotiuk – Fac. Direito Fed.  
Isamu Ito – Fac. Engenharia  
Berto Luiz Curvo – Fac. Direito Fed.  
Elevir Dionísio Júnior – Fac. Direito Fed.  
Nereu Carlos Massignan – Fac. Direito Fed.  
Antenor Camili Pintado – Fac. Direito da Fed.  
Telmo Antonio Albechi Rossato – Fac. Direito Fed.  
Jurandir Rios Garçon – Pres. DCE  
Luiz Celso Nicolau dos Santos

#### E. OESG

José Carlos Costa Coelho – Fac. Filosofia Fed.  
Paulo Mac Donald Ghisi  
Manoel Antonio Fogaça  
David Jugend – Esc. Engenharia  
Ivan Rigomero Ceccon – Fac. Filosofia Fed.  
Luiz Carlos de Polli – Colégio Est. do Paraná  
Luiz Antonio de Sousa Amaral – Ex-pres da UPE  
Aloísio Brandi – Colégio Est. do Paraná

#### F. 5ª CIA de Polícia do Exército

José Hamilton Barreto Faria – Pres. MEL (Movimento Estudantil Livre)  
Paulo Machado de Campos Moretti – Fac. Medicina  
Celso Pacionnik  
Sidney Schead dos Santos  
Fernando Hamamoto  
Renato Luiz Curvo – Ginásio Tiradentes  
E mais elementos que surjam na oportunidade<sup>229</sup>

O documento termina afirmando: “o órgão que prender um elemento cuja detenção está afeta a outro, deverá comunicar imediatamente ao órgão interessado”<sup>230</sup>. Fica evidente a organização da polícia em combater o movimento estudantil e também mostra o trabalho em conjunto das várias organizações policiais.

No item B. do documento anterior aparece o nome da estudante de economia, Palmira Amâncio da Silva, que também entrou para as listas da DOPS. Uma Certidão expedida pela DOPS afirma que a estudante participou do Congresso da UPE, realizado

---

<sup>229</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: Stênio Sales Jacob.

<sup>230</sup> Idem.

em Curitiba, no fim do mês de setembro de 1967, participou de passeatas e manifestações realizadas na cidade de Curitiba devido à crise pela qual passavam os restaurantes universitários (RUs), contra a ditadura e a tentativa de implantação do ensino pago. Também esteve presente nas manifestações após o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, ocorrido no dia 28 de março de 1968 durante uma manifestação no restaurante conhecido como Calabouço, no Rio de Janeiro. A imagem a seguir é uma entre as dezenas de matérias publicadas nos dias que se seguiram ao acontecimento:



Ilustração 10: Assassinato de Edson Luís. Fonte: Jornal do Brasil, 29 de março de 1968.

A manifestação, na qual ocorreu o assassinato de Edson Luís, tinha por objetivo, protestar contra a qualidade dos alimentos servidos no restaurante e o aumento do preço dos mesmos. Dessa forma, identificamos que a luta do movimento estudantil vai desde a luta contra a ditadura militar, contra o imperialismo, contra a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID, até a luta política referente ao cotidiano da vida universitária, como protestar contra a qualidade dos alimentos e contra o aumento do preço a ser pago pelos estudantes. Recordando que a partir de 1964 Suplicy proibiu qualquer forma de organização e protesto dos estudantes, a polícia do Rio de Janeiro interferiu na manifestação dos estudantes e durante o confronto, o estudante secundarista Edson Luís

foi baleado com um tiro no peito, que lhe causou a morte. O tiro foi disparado pelo comandante da PM, Aloísio Raposo. Esse acontecimento marcou o auge do movimento estudantil e das manifestações de solidariedade de vários setores da sociedade, contra a ditadura militar e a violência policial. No entanto, a repressão se intensificou, e com exceção da “passeata dos cem mil”<sup>231</sup> todas as demais manifestações desencadeadas em protesto ao assassinato foram reprimidas pela polícia, dentre elas, os protestos que se seguiram no Paraná, onde esteve presente, entre outros estudantes, Palmira Amâncio da Silva.

Com a sua participação no movimento estudantil, Palmira passou a ser vista como “perigosa” e acabou presa no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, no dia 15 de outubro de 1968. Outro documento arquivado em seu dossiê individual na DOPS, informa que Palmira foi presa novamente, dessa vez pela DOPS/PR, em 14 de fevereiro de 1969, e permaneceu na Prisão Provisória de Curitiba até 04 de outubro de 1969.

A exemplo dos documentos citados nas páginas anteriores, um documento, que está arquivado junto ao dossiê sobre Stênio Sales Jacob, demonstra que um dos objetivos da atuação da polícia política era identificar os líderes do movimento estudantil e das manifestações dos estudantes. O referido documento, produzido pela DOPS, versa sobre a suposta participação de alguns estudantes em passeatas realizadas em Curitiba, nos últimos dias do mês de março de 1968, ou seja, no clima de protesto após o assassinato de Edson Luís.

---

<sup>231</sup> A “Passeata dos cem mil” ocorreu em decorrência da violência policial que se seguiu aos dias do assassinato de Edson Luís. Varias manifestações foram brutalmente reprimidas pela polícia. A cavalaria esteve na porta da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro no dia da realização da “missa de sétimo dia” do estudante, esperando pela saída das pessoas que se encontravam no interior da Igreja. Passados alguns dias nova manifestação no Rio de Janeiro gerou confronto entre estudantes e policiais, onde se registrou mais quatro mortes, em vários estados a polícia prendeu estudantes que se manifestavam contra a ditadura militar. Em decorrência se organizou novo protesto, o qual reuniu, em 26 de junho de 1968, cerca de cem mil participantes, essa manifestação ficou conhecida como “passeata dos cem mil” e o maior protesto contra a ditadura.

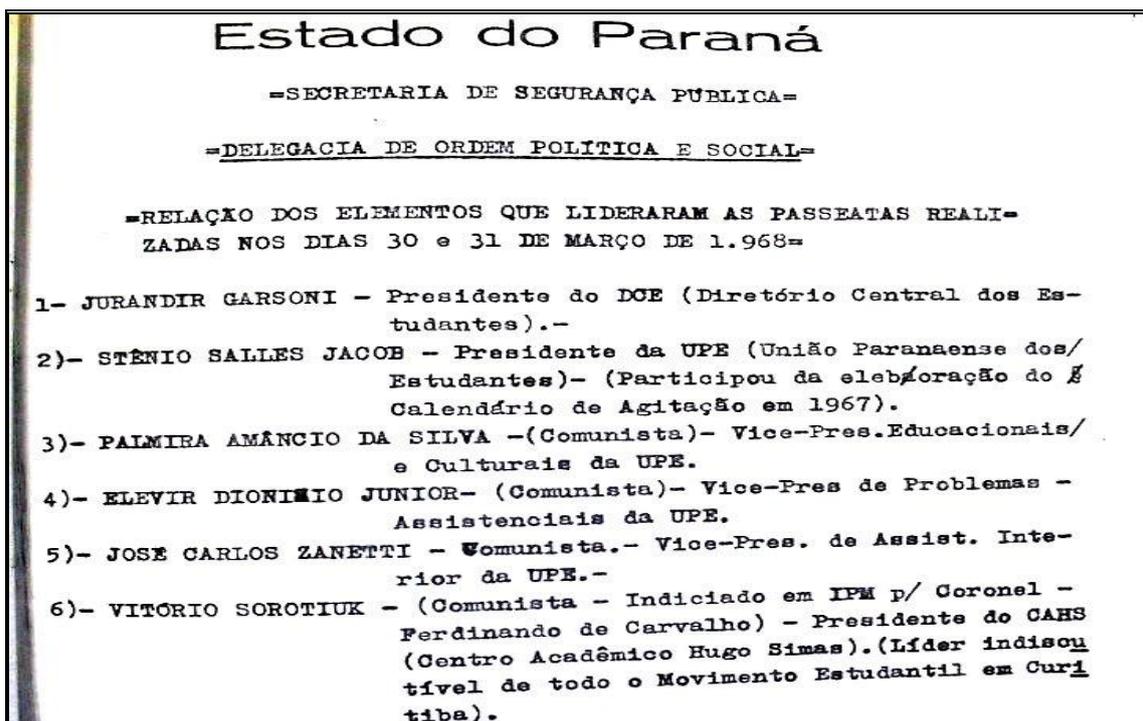


Ilustração 11. DEAP/DOPS. Dossiê: Stênio Sales Jacob.

Na relação aparece novamente o termo “elementos” e a designação de “comunista” precedida pelos nomes de alguns dos estudantes, entre os quais, Palmira Amâncio e Vitório Sorotiuk. Junto ao nome do estudante Stênio Sales Jacob, na presente relação, não aparece a expressão “comunista”, no entanto, em outras relações e relatórios da DOPS, este é identificado como tal. Contudo, consta na inscrição do documento que o mesmo estudante “participou da elaboração do calendário de Agitação de 1967”. Tal “calendário de agitação de 1967”, trata-se de lutas, reivindicações e protestos contra as arbitrariedades da ditadura, que a UPE promoveria naquele ano.

Quanto ao outro estudante, Vitório Sorotiuk, “líder indiscutível de todo o movimento estudantil em Curitiba” e perseguido pela polícia, teve participação ativa nas lutas contra a ditadura militar, defendendo causas sociais, as quais, continuou a defender após o término do curso e após a redemocratização do País.

No ano de 2001, Sorotiuk, recebeu *Indicação ao Prêmio Cidade de Curitiba*, por proposição do então vereador da cidade, André Passos. Na justificativa escrita pelo vereador por sua indicação, demonstra a repressão contra o estudante, inclusive prisão,

após a qual se tornou exilado político, tendo durante o exílio participado de organização em denúncia da repressão e comitês pela Anistia, retornando ao Brasil em 1979, ano este que, após muitas lutas, foi concedida a Anistia aos exilados políticos. André Passos afirma:

Vitório Sorotiuk, nasceu em 12 de abril de 1945, em Prudentópolis -Pr, formou-se em advocacia pela Universidade Federal do Paraná e qualificou-se em Estudos de Desenvolvimento, no ano de 1979, pelo Institut D"Estudes Du Developpement de L"Universite de Geneve, em Genebra /Suíça. Na área de Advocacia, de 1983 a 1991 foi advogado da Procuradoria jurídica do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná, foi membro do Conselho nacional do meio Ambiente, de 1991 a 1992, de julho a dezembro de 1992 foi Diretor geral da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, de outubro de 1994 a dezembro de 1994 foi Secretário de Estado de Meio ambiente e de 1996 a 2001 está como advogado ambiental para organizações não governamentais. Além desta atuação na área de advocacia, exerceu docência como Professor de Direito Ambiental na Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti. Foi sempre grande liderança política e homem combativo nos tempos difíceis da história de nosso país. De 1968 a 1971, foi prisioneiro político sob o regime da Ditadura Militar na prisão provisória do Ahu em Curitiba, de 1972 a 1973 este exilado no Chile, sendo membro do Comitê de denúncia da Repressão, de 1974 a 1975, esteve exilado na França, trabalhando na sede do Partido Socialista Francês de Paris e na Criação do Comitê Brasil em Paris, de 1975 a 1979, esteve exilado na Suíça, participando da criação e funcionamento dos Comitês de Anistia em Lausanne e Genebra. Em 1979, retorna ao Brasil e a partir desta data até 1990, participa da Fundação e Direção do Partido dos Trabalhadores e de 1994 a 1996, esteve como membro do Partido Socialista Brasileiro no Estado do Paraná.<sup>232</sup>

No dia 14 de maio de 2008, realizou-se em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, um evento para relembrar o movimento dos estudantes quarenta anos depois de um dos marcos do protesto estudantil naquele local: a luta contra a tentativa de implantação do ensino pago na Universidade do Paraná. O evento contou com vários líderes do movimento de 1968, dentre eles José Ferreira Lopes (Dr. Zequinha), Stênio Sales Jacob e Vitório Sorotiuk. O evento foi organizado pela UPE, UNE, UPES e UBES. Segundo reportagem de Beta Zandonai, Vitório Sorotiuk, tomando a palavra, afirma: “Lacerda fez um acordo com os Estados Unidos para transformar a universidade

---

<sup>232</sup> Sistema de Proposições Legislativas. Indicação de Prêmio Cidade de Curitiba, por iniciativa de André Passos. Disponível em [http://domino.emc.pr.gov.br/prop2000.nsf/10051d96c5435d8e03256e8e006f1\\_f99/c9981965334f3c5803256aca005274f1?OpenDocument](http://domino.emc.pr.gov.br/prop2000.nsf/10051d96c5435d8e03256e8e006f1_f99/c9981965334f3c5803256aca005274f1?OpenDocument), acesso em 11/10/2010.

não em uma universidade popular e avançada, como queríamos, mas em uma universidade tecnocrática com a introdução do ensino pago. E o grande teste seria em Curitiba”<sup>233</sup>. Em 1968 Sorotiuk era presidente do DCE da Universidade Federal.

A cobrança de anuidades nos cursos da Universidade Federal iniciou no ano de 1968 e seria cobrada apenas dos estudantes que ingressassem a partir do vestibular daquele ano, os veteranos não pagariam as mensalidades. O movimento estudantil organizou reuniões, distribuiu panfletos nas escolas, informando os alunos sobre as medidas que seriam adotadas e convocou os estudantes para participar da luta pela derrubada do ensino pago. Ainda segundo Beta Zandonai:

Os estudantes haviam descoberto uma brecha no próprio regulamento de matrícula, que possibilitava ao estudante carente requerer isenção do pagamento. Quando chegou o dia das matrículas, os veteranos estavam presentes na porta de cada sala onde as matrículas seriam feitas, com o requerimento de isenção em mãos e impresso. O documento foi entregue a todos os calouros, sendo que 93% deles abriram o protocolo para isenção de taxa, o que inviabilizava a implantação naquele ano do ensino pago. “Mas isso foi apenas a primeira etapa do vestibular”, conta Stênio.<sup>234</sup>

Ainda no mesmo ano, foram criados dois novos cursos noturnos na Universidade, Direito e Engenharia, cursos esses que seriam pagos. Novas manifestações ocorreram, o movimento estudantil repudiou completamente a medida tomada pelo reitor, alegando que o estudante que frequenta um curso noturno, era aquele que precisa trabalhar durante o dia para se sustentar e que, por sua vez, não possui condições financeiras para pagar o curso.

Além dessa bandeira levantada pela UPE, de que o estudante não teria condições para pagar o seu estudo e que com a cobrança do governo estaria acentuando ainda mais a desigualdade, pois restringia a possibilidade aos jovens de baixa renda cursar o ensino superior, outro motivo também levou os estudantes a confrontos com a

---

<sup>233</sup> ZANDONAI, Beta. Reitoria: 40 anos depois. *Jornal Comunicação online. Especial – maio 1968*. maio, 2008. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3709>, acesso em 22/06/2010.

<sup>234</sup> Idem.

polícia: a defesa da universidade pública gratuita, portanto, contra a cobrança de ensino em uma instituição pública.

Contra essa medida do Ministério da Educação e da reitoria da Universidade, no dia 12 de maio, os estudantes tentaram impedir a realização do vestibular no Centro Politécnico da Universidade. Houve confronto com os policiais e várias prisões. Um dos estudantes envolvidos com o movimento era José Ferreira Lopes, flagrado em uma fotografia por Edson Jansen, a imagem se tornou conhecida pelo país. A foto foi vencedora do Prêmio Esso de Fotojornalismo no ano de 1968:



Ilustração 12. José Ferreira Lopes enfrenta a polícia montada com um estilingue. Imagem de Edson Jansen. *In.* DEAP/DOPS. Dossiê: José Ferreira L

Na imagem, o estudante de Medicina, atualmente conhecido como Dr. Zequinha, aparece em frente a cavalaria da DOPS com um estilingue nas mãos. Vários estudantes foram presos, dentre eles o protagonista da foto. Não obstante possa se inferir que o estilingue, com utilização de bolitas (bolas de gude) ou pedras, constitua uma forma de defesa, a fotografia é significativa porque demonstra a força do aparato

policial, representado pela cavalaria e armas de fogo. A fragilidade de um estudante diante de uma cavalaria, com homens fortemente armados, é plena de significado: evidencia a repressão e, igualmente, a firme decisão de resistir a ela, mesmo que isso custasse a própria vida, de lutar para que muitos pudessem viver com liberdades democráticas. Apesar da fragilidade implícita na imagem, Zequinha afirmou que a partir do momento que foi fotografado, passou a ser mais visado pela polícia, a qual passou a considerá-lo como um “bandido perigosíssimo” pela sua ousadia em enfrentar a polícia montada e armada.<sup>235</sup>

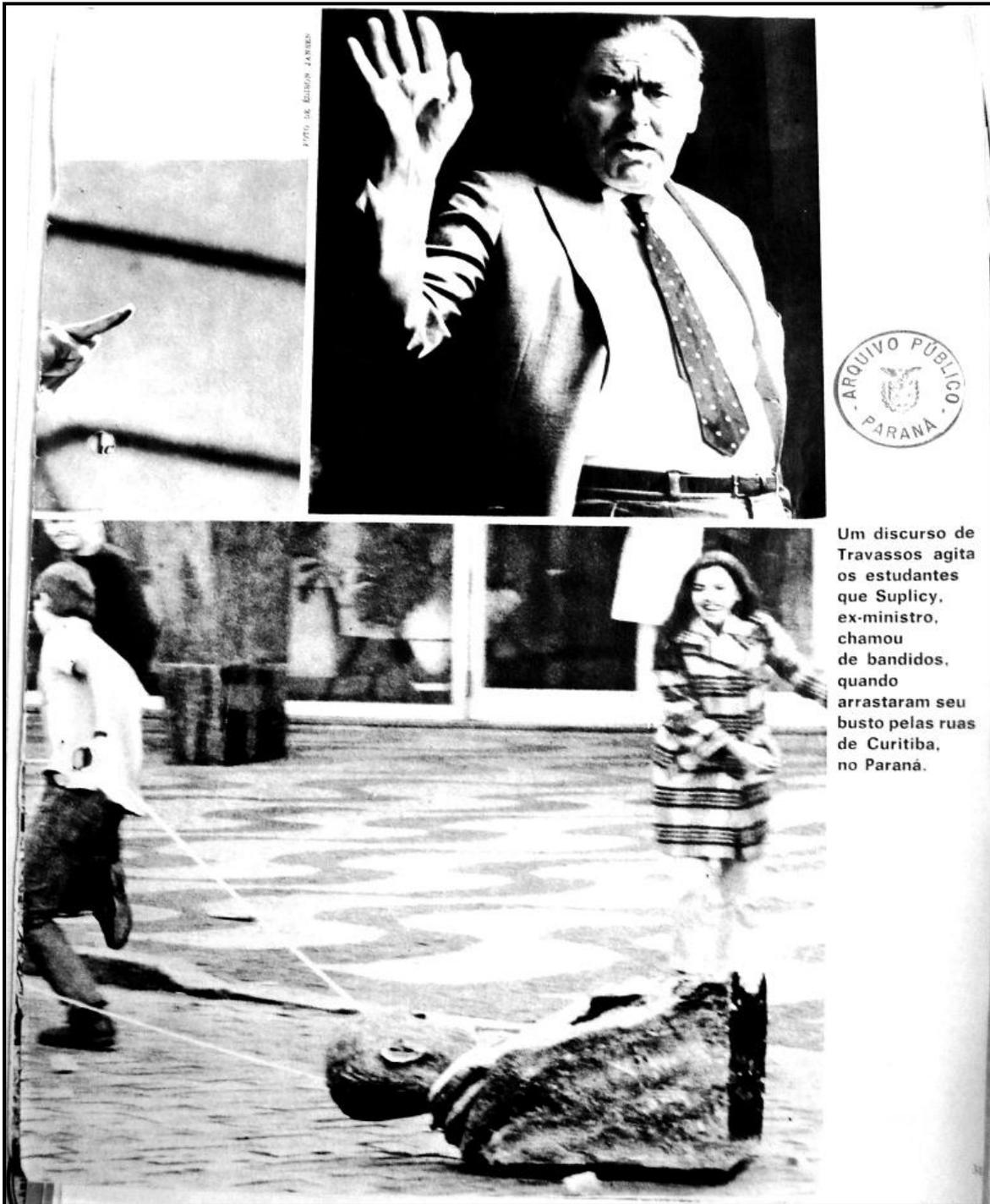
No entanto, a repressão policial não intimidou o movimento estudantil que, no mesmo dia planejou uma invasão ao Centro Politécnico, durante a segunda etapa da realização do vestibular. No dia 14 de maio de 1968, os estudantes se reuniram em frente a Reitoria da Universidade e uma das primeiras atitudes dos estudantes foi a derrubada da estátua do busto de Suplicy. Todavia, a estátua foi recolocada e até hoje se encontra em frente ao prédio. Mas, ainda é motivo de repúdio dos ex-estudantes, como afirmou o Dr. Zequinha no evento realizado em Curitiba em 2008: “Em toda reunião o companheiro Vitório levanta a bandeira da derrubada do busto de Suplicy, que não merecia e não merece estar aqui até hoje, nesta universidade, pelo que ele representou: um instrumento da ditadura e de doutrinação a mando do capitalismo e do imperialismo norte-americano”.<sup>236</sup>

A imagem a seguir é do dia em que os estudantes invadiram a Universidade Federal em protesto contra Suplicy e a cobrança pelo ensino. O homem, representado na parte superior da imagem, de características autoritárias, trata-se de Flavio Suplicy de Lacerda. Na outra imagem, uma cena da manifestação dos estudantes, arrastando a estátua do reitor. Após o episódio, os estudantes passaram a ser qualificados pelo reitor como “bandidos”, segundo a inscrição ao lado direito da imagem, “um discurso de Travassos agita os estudantes que Suplicy, ex-ministro chamou de bandidos, quando arrastaram seu busto pelas ruas de Curitiba no Paraná”.

---

<sup>235</sup> GALASTRI, Luciana. O homem de estilingue 40 primaveras depois. *Jornal. Jornal Comunicação online. Especial – maio de 1968*. Maio, 2008. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3713>, acesso em 03/05/2010.

<sup>236</sup> In. ZANDONAI, *Reitoria: 40 anos depois...*, op. cit., s/p.



Um discurso de Travassos agita os estudantes que Suplicy, ex-ministro, chamou de bandidos, quando arrastaram seu busto pelas ruas de Curitiba, no Paraná.

Ilustração 13. Estudantes arrastam o busto de Suplicy pelas ruas de Curitiba. Fonte: DEAP/DOPS. Dossiê: União Nacional dos Estudantes. Nº 2308, cx. 259.

Dentre outros estudantes, a atual professora de história da UFPR, Judite Barbosa Trindade, relatou, ao jornal *Comunicação Online*, as mobilizações dos estudantes durante o ano de 1968, a intensificação da repressão a partir daquele ano, bem como sua

participação e prisão durante o Congresso da UNE em Ibiúna. A reportagem foi realizada por Juliana Karpinski, para o *especial maio de 1968*:

A professora de história da UFPR, Judite Barbosa Trindade foi presa em 1969. Ela militava em torno das questões estudantis e participou em 1968 da ocupação da reitoria da UFPR. Segundo Trindade, até o final de 1968 a ditadura não era tão forte, mas após o AI 5 houve um endurecimento na repressão. A professora relembra o Congresso da UNE que seria realizado de forma clandestina no interior de São Paulo, mas que foi interrompido por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Cerca de mil estudantes participavam do Congresso. “Entre esses estudantes, 15 foram processados e condenados. Eu era um deles”, lembra.<sup>237</sup>

Um documento produzido pelo Comitê de Divulgação e Propaganda da UPE-DCE, também trata da prisão dos estudantes que participaram do Congresso da UNE, em Ibiúna:

1240 estudantes, delegados e representantes da grande maioria das escolas, tirados em Assembléias Gerais em todo o Brasil, representando todas as UEEs, DCEs, DAs e da UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas, quando realizavam o 30º Congresso da UNE, foram violentamente reprimidos por centenas de policiais armados. O Presidente da UPE e DCE e mais 35 delegados tirados em nossas escolas foram todos detidos, sem que se saiba onde se encontram, nem por quanto tempo ficarão retidos.<sup>238</sup>

No ano 2008 o Dr. Zequinha concedeu uma entrevista ao Jornal Comunicação, na qual comentou sobre a repressão no Estado e a sua atuação no movimento estudantil. Relembrou as suas prisões e as torturas que sofreu enquanto esteve nas mãos dos policiais, sua vida na clandestinidade, após ter que abandonar o curso de medicina, que retomaria anos depois. Transcreveremos abaixo alguns trechos da entrevista:

---

<sup>237</sup> KARPINSKI, Juliana. Prisões políticas: lembranças de 68 que não podem ser esquecidas. Jornal Comunicação online. *Especial – maio de 1968*. Maio, 2008. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3795>, acesso em 05/03/2010.

<sup>238</sup> DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 02. Comitê divulgação e propaganda da UPE-DCE. *Aos Estudantes do Paraná*.

Comunicação - Você pode descrever o tempo em que ficou preso? Comentar alguma experiência que tenha passado?

Dr.Zequinha - Posso sim. Acho até importante comentar isso, para que não caiam no esquecimento as barbaridades feitas pela ditadura militar.

Fui preso pela primeira vez em 68, quando eu fazia a pichação de um muro no Batel, e eu pichava 'abaixo a ditadura'. Fiquei detido na Carlos de Carvalho, que era a sede da Polícia Federal na época, e lá sofri uma amostra do que seria uma tortura. Deixaram-me nu, em cima de uma lata de cera, sem a tampa, e eu pisando com os dois pés na lata e me apoiando com as minhas mãos em uma parede. Às vezes me batiam no rim, que não deixa marca certo? Queriam que eu fizesse uma confissão, queriam que eu dissesse por que estava pichando 'abaixo a ditadura'.

As outras duas vezes em que fui preso em Curitiba, foi nas passeatas. A polícia batia, prendia e soltava. Quando fui pra clandestinidade, foi, com certeza, o momento mais difícil. Saber o que era uma ditadura militar e sua repressão... Estava em Minas Gerais, trabalhava como operário metalúrgico e fui preso dentro da fábrica. No primeiro momento, não falei nada. Levaram-me para o DOPS, o Departamento de Ordem e Política Social. Aí sim, choque elétrico em todas as partes do corpo, afogamento, sempre querendo informações. Houve um período de sete ou dez dias, não posso dizer com clareza, em que eles não sabiam quem eu era, não sabiam que eu era o Zequinha do Paraná. Eles acharam que eu era um operário mesmo, Isaías José de Souza. Acharam que eu poderia estar envolvido com uma 'subversão' e com questões do partido. Mas eu sempre negava, até que um dia, depois de sessões de tortura me levaram aonde estava um coronel do exército brasileiro, um torturador, e ele me mostrou uma foto, minha foto. Disse que estavam procurando por mim, que eu era o Zequinha. Eu neguei. Precisava de tempo para organizar meus pensamentos, saber o que estava acontecendo, se alguém sob tortura falou que era eu na foto. Eu precisava de um momento. Até que, depois de muita insistência e muita tortura, eu decidi me identificar. Disse que era José Ferreira Lopes, o Zequinha, líder da UPE, estou preso por vocês e pronto! Não tinha mais nada o que falar, era isso. Fui transportado para o Rio de Janeiro, submetido a mais torturas. Até que apareceu uma especial, chamada 'cabine de som'. Eles torturavam, torturavam... Deixavam você bem mal por uma noite, e de manhã cedo te jogavam em uma cabine pequena. Lá tinha um som muito alto, ondas supersônicas e temperatura altíssima. Depois variavam a temperatura até abaixo de zero e tudo ficava em absoluto silêncio. Abriam a porta e diziam "fala, fala, fala"! Fiquei muito tempo assim. Eles viram, depois, que eu não queria falar nada, que eu estava tranquilo, ou melhor, consciente de que não ia entregar ninguém, não ia comprometer a vida de mais pessoas.

Depois fui levado novamente a Belo Horizonte. Continuaram as torturas e começaram a simular fuzilamentos. Levavam-nos para uma área, pegavam a metralhadora e diziam "apontar... fogo"! Não saía a bala, mas você já ficava assustado. E continuava a passar por afogamentos... Todas essas barbaridades. Algum tempo depois me entregaram um papel e uma caneta. Era uma declaração política em que eu assumia que eu era contra a ditadura militar, que eu era a favor da democracia e da liberdade. Mas nunca assumi que era de um partido político – que era o exatamente o que queriam saber, para me

comprometer. Nessa trajetória vi assassinatos de companheiros meus, como José Carlos da Mata Machado, que foi vice-presidente da UNE, assassinado no Recife além de outros estudantes, barbaramente assassinados e torturados.<sup>239</sup>

Para além da violência e da repressão desencadeadas nas ruas de Curitiba, com enfrentamentos entre estudantes e policiais, notamos ainda, através do fragmento anterior, o endurecimento da repressão. Optar pela vida na clandestinidade significava não se render na luta contra a ditadura, além de ser uma prática desenvolvida para driblar a repressão e não ser preso representava ainda, uma saída para dar continuidade ao movimento de oposição. Aparentemente essa era uma decisão difícil de ser tomada, significava deixar de lado sua própria vida por algum tempo e se dedicar a uma causa geral, a liberdade democrática.

Novamente, fica evidente a troca de informações entre a polícia de vários estados. Dr. Zequinha, mesmo trabalhando como operário metalúrgico em uma fábrica, no estado de Minas Gerais, e com identificação falsa, levantou a suspeita da polícia, pois se tratava de uma pessoa procurada não apenas no Paraná. O cidadão, uma vez considerado inimigo interno, tinha suas informações, dentre elas fotografias, disseminadas pela polícia, para possibilitar sua identificação onde quer que estivesse.

O ex-estudante de Medicina da Universidade Federal do Paraná relatou algumas das formas de tortura às quais foi submetido, como os choques elétricos e o afogamento. O afogamento consistia em mergulhar a cabeça do torturado em um tambor, muitas vezes com água contaminada, inclusive com excrementos humanos, em alguns casos a cabeça era envolvida com capuz, provocando uma sensação de asfixia. As cabines de som, também conhecidas por “geladeira”, provocavam alterações no estado emocional e psicológico do preso, devido às extremas alterações de barulho, luz e temperatura, considerava-se que, a pessoa estando fragilizada, ficava mais propensa à prestar as informações que a polícia desejava obter. Além de torturas físicas, o estudante passou por torturas psicológicas. A simulação de fuzilamento também foi uma prática da polícia para obter confissões forçadas, assim como o fato de fazer com que o preso

---

<sup>239</sup> GALASTRI, *O homem de estilingue...*, op. cit., s/p.

presenciasse cenas de torturas e assassinatos. Demonstrava o poder da polícia que procurava amedrontar seus prisioneiros.

Outra questão evidente no documento é a tentativa de impossibilitar a identificação do local onde o preso se encontrava. Com a prática de transportar o preso de uma delegacia a outra ou de um estado para outro, ocultavam-se as torturas às quais estes eram submetidos e mesmo às mortes praticadas nas dependências do Estado. A partir daí decorre o fato dos supostos “desaparecimentos” de líderes da oposição. Desaparecimentos estes que, a partir da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995, estão em processo de investigação, porém ainda com muitos empecilhos estabelecidos pela mesma lei, pois é de responsabilidade das famílias do “desaparecido” o levantamento das provas para responsabilizar o Estado pelo crime. E, como já foi mencionado, com o constante transporte dos presos políticos, torna-se mais difícil localizar as provas.

Outra estudante a ser perseguida durante o regime militar foi Teresa Urban, do curso de jornalismo. Teresa Urban concedeu uma entrevista ao *Jornal Paraná Online*, no ano de 2004, lembrando sua militância contra a ditadura militar, prisões, torturas e clandestinidade. A reportagem foi realizada por Lyrian Saiki:

**31 de março de 64** - "Sempre tive interesse pelo que estava acontecendo no País, mas não era militante. A noção e a dimensão do acontecimento era de uma menina de 17 anos. Comecei a entender as implicações do golpe quando entrei na universidade, um ano depois."

**Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR)** - "Entre na faculdade com um monte de sonhos, queria um País melhor, mais justo. E na verdade, o curso era uma droga. Nada do que eu tinha imaginado fazia sentido ali. A universidade sofria pressão de todos os lados. Entrei para o movimento estudantil, reclamando que não tinha aulas, que o curso era ruim. Esse pequeno movimento já provocou as primeiras reprimendas. O sistema da universidade parecia de colégio e o diretório acadêmico estava sob intervenção. Perceber que a universidade estava se desmantelando e vincular isso à ditadura foi um pulo."

**Final de 66** - "Não era mais ligada ao movimento estudantil, mas sim ao movimento organizado de esquerda. A primeira prisão foi no dia 3 de outubro, quando o Congresso iria validar Costa e Silva como presidente. Homens do Exército cercaram o quarteirão da minha casa e me tiraram à força. Foi um escândalo. Fiquei na Secretaria de Segurança Pública e me liberaram no mesmo dia. Foi uma ação intimidatória."

**1967 e 1968** - "Já tinha uma vida clandestina. Adotei vários nomes, como Rita, Roberta. Mas eu gostava mesmo era de Batista... não se sabia se se tratava de

homem ou mulher. Passei a viver com a organização dos trabalhadores, principalmente no Norte do Paraná. Para conseguir tirar documento falso era simples: bastava me vestir de bóia-fria, ir a um cartório com alguém bem arrumado que dizia que eu não tinha certidão de nascimento. Com o AI-5, tudo mudou, ficou mais complicado."

**Julho de 70** - "Fiquei presa no Quartel da Rui Barbosa durante 60 dias. Foi um período de tortura, espancamento, muita pressão. Apanhei muito na região dos rins. Eu havia tido filho há pouco tempo e tive muito sangramento, infecção do útero. Fiquei doente e vi muitos companheiros sofrendo, muita gente destruída física e moralmente. Depois de dois meses, fui liberada com a condição de permanecer no País. Mas fugi para o Chile."

**Chile** - "Fui de ônibus até Foz do Iguaçu. Atravessei o Rio Paraná de barco, à noite. De lá, segui para a Argentina e depois para o Chile, onde pedi proteção. Ganhei lá meu segundo filho. Achei que iria acontecer um golpe no Chile e resolvi voltar. Na fronteira entre a Argentina e o Chile fui presa."

**Final de 72** - "Quando consegui voltar ao Brasil fui presa e levada para a Penitenciária Feminina em Piraquara. Ficava isolada, numa cela muito pequena. Fiz greve de fome, comecei a ficar maluca. Conforme acordo entre o bispo dom Pedro Fedalto e a 5.<sup>a</sup> Região Militar, fui transferida para um convento, o das Irmãs de Caridade, na Manoel Ribas. Fiquei lá dois anos: 73 e 74. Quando saí de lá, no início de 75, não conseguia me registrar como jornalista no Ministério do Trabalho. Exigiam atestado de bons antecedentes, e eu não tinha. Quando finalmente consegui um atestado, apenas de antecedentes, entrei com uma petição judicial. Consegui o registro, mas não trabalho. Só consegui trabalhar em 76, na revista Panorama. Depois, trabalhei na sucursal da Veja, Estadão. Só não podia cobrir visita presidencial, nem de ministros."

**Comando de Caça aos Comunistas (CCC)** - "O período de 75 a 80 foi um dos piores. Fui perseguida pelo CCC, sem tréguas. Eu recebia carta com ameaças de morte, telefonemas anônimos. Eu não participava mais de enfrentamentos, tinha dois filhos pequenos e vivia em insegurança, porque não sabia quem eram os inimigos."

**Arrependimento?** - "Não me arrependo nem um pouco. Foi um aprendizado pessoal riquíssimo. Aqueles anos determinaram um modo para a minha vida, da qual gosto até hoje. Só lamento o sofrimento pelos meus filhos, porque não foram eles que fizeram a escolha, fui eu."

**40 anos depois....** - "Quando olho para trás, penso muito mais no que aquilo (ditadura militar) significou depois: quanto mudou a vida do País e a minha própria vida. Não acho que a gente tenha chance de recuperar o tempo perdido e construir um País com cara própria. Somos uma cópia mal feita do capitalismo. E as gerações que vieram depois de mim desaprenderam a pensar. O resultado é uma formação voltada para um mercado de trabalho submisso, uma enorme falta de conhecimento. E vivemos uma guerra civil real, entre os que têm demais e os que nada têm. Era um País que tinha tudo para ser outro..."<sup>240</sup>

---

<sup>240</sup> SAIKI, Lyrian. Ex-presas política lembra suplício no período militar. *Jornal Paraná online*, 31/03/2004. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/78324/?noticia=EX+PRESA+POLITICA+LEMBRA+SUPPLICIO+NO+PERIODO+MILITAR>, acesso em 02/01/2011.

Teresa Urban explicita, em sua entrevista, as deficiências da universidade naquele momento e a intervenção nos Diretórios Acadêmicos, fator este que lhe possibilita vincular o desmantelamento da universidade com a ditadura militar. Relata que no ano de 1966 se desvinculou do movimento estudantil. Como foi identificado anteriormente, naquele momento, a diretoria da UPE não correspondia à base da organização estudantil na luta contra a ditadura.

Ao contrário de outros estudantes, para Teresa, a violência se manifestou ainda no ano de 1966: “Homens do Exército cercaram o quarteirão da minha casa e me tiraram a força”. Ou seja, a polícia procura demonstrar seu poder diante das esquerdas em uma ação de represália.

Fica evidente em sua entrevista a vida na clandestinidade e, por conseqüência, o uso de codinomes, para driblar a repressão. Para muitos estudantes, a vida na clandestinidade significou fugir à violência do Estado e dar continuidade a luta, o que não lhes seria possível se fossem presos.

Mesmo atuando na clandestinidade e com uso de nomes falsos, Teresa acabou sendo presa ainda no ano de 1967. Revela as torturas físicas que sofreu dentro das dependências do Estado, assim como a violência psicológica, uma vez que era obrigado aos presos políticos presenciar cenas de violência contra outros presos.

Revela ainda a discriminação que sofreu após ser liberada da prisão para conseguir se registrar como jornalista e mesmo para conseguir emprego.

Outro ponto a ser notado, no ano de 1975, houve, no Paraná, a Operação Marumbi, para desarticular possíveis focos de organização do Partido Comunista. Teresa, não mais atuando no movimento, ainda continuou sendo perseguida através de ameaças, uma espécie de violência psicológica, cuja finalidade era gerar um clima de medo e insegurança.

Em maio de 2010, foi inaugurado, na cidade de Apucarana/PR, um memorial em homenagem a dois estudantes da cidade que foram assassinados durante a ditadura militar: José Idésio Brianezi e Antonio dos Três Reis de Oliveira. Ambos iniciaram suas atividades políticas na UEA (União dos Estudantes de Apucarana), foram integrantes da

dissidência do PCB e, após a invasão e fechamento da UEA pelo exército em 1968, ambos se mudaram para São Paulo, onde passaram a militar na ALN (Aliança Libertadora Nacional). Segundo dados do portal eletrônico de Direitos Humanos<sup>241</sup>, José Idésio Brianezi, em 1970 “foi morto por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN). Sua certidão de óbito traz a versão oficial de que faleceu em 13 de março de 1970, na pensão onde morava, no Campo Belo, capital paulista, em tiroteio”. No entanto, a análise pericial de documentos existentes e uma foto encontrada junto aos arquivos da DOPS/SP, levou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos a concluir que José Idésio foi executado sumariamente com três tiros.

O outro estudante, Antônio dos Três Reis da Silva, no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, realizado no ano de 1968, participou como delegado da UPE e, foi um, entre centenas de estudantes presos pela DOPS durante a realização do Congresso. Após iniciar a luta na clandestinidade, junto com José Idésio, em São Paulo, o estudante, segundo depoimentos de ex-presos políticos de São Paulo, foi assassinado pela polícia. Sua morte foi negada pelas autoridades de segurança, apesar de contar em um relatório do Ministério da Aeronáutica que “faleceu em 17 de maio de 1970, em Taubaté, SP, quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um possível aparelho, que resultou na sua morte”. Apesar de intensa procura de seus familiares, seu corpo não foi resgatado.

A ocultação das mortes e o desaparecimento dos corpos das vítimas constituiu-se em uma das práticas da ditadura militar brasileira. Segundo Padrós:

A prática do desaparecimento alicerçou-se na impunidade que partia de uma ficção idealizada e tornada premissa básica: se não havia corpo, não havia vítima; se não havia vítima, não havia crime. Com esta fórmula, o TDE procurou isentar-se das responsabilidades diante dos familiares e do conjunto da sociedade. [...] Porém, na lógica da imposição da “pedagogia do medo”, era importante que a população soubesse que as pessoas sumiam. Não se sabia, pelo menos durante algum tempo, quem estava realmente desaparecido; a repressão tudo fez para não esclarecer essa situação, não fornecendo nome, sobrenome, data, local de detenção, etc. O que fez foi fomentar e reforçar os sinais que projetavam os desaparecidos como fator fantasmagórico, abstrato. A sociedade podia desconhecer ou ter incertezas sobre quem, concretamente, havia

---

<sup>241</sup> <http://www.dhnet.org.br/>

desaparecido, mas sabia, sim, que pessoas desapareciam e esse era o medo inculcado como ferramenta repressiva.<sup>242</sup>

Os casos de “desaparecimento” geravam incertezas, não se sabia se a pessoa estava viva ou morta, não se sabia se havia sido presa ou estava atuando na clandestinidade. Ocultava-se sua identidade do suposto desaparecido e a identificação do ocorrido, impossibilitando o aparecimento da verdade. E, diante dessa situação, a política repressiva disseminava a “pedagogia do medo”, como diz Padrós, ao mesmo tempo que, isentava o Estado de assumir a responsabilidade pela morte.

Os casos dos dois ex-estudantes do Paraná mortos durante a ditadura militar são citados no livro “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”. Suas fotos, após a violência que resultou em ambas as mortes, aparecem no final do livro, junto com fotos de várias outras pessoas assassinadas pela repressão militar.

No ano de 1995, Beto Richa criou um projeto de lei (nº 369/95), que se transformou na lei 11.255/95, de 21 de dezembro de 1995. A lei previa a indenização de ex-presos políticos que permaneceram sob a custódia do Estado do Paraná em seus prédios públicos. Foi criada uma Comissão Especial de Indenização aos ex-presos políticos. Para receber a indenização, os ex-presos deviam comprovar sua prisão e as respectivas torturas que haviam sofrido, pois os valores da indenização oscilavam entre R\$ 5.000,00 e R\$30.000,00 (cinco mil e trinta mil reais), variando conforme o tempo em que a pessoa permaneceu detida e os tipos de torturas a que foi submetida. Inicialmente, apenas os pedidos protocolados pelos próprios ex-presos tinham direito à indenização, porém devido a quantidade de pedidos protocolados por familiares de pessoas que já haviam falecidos, foi aberta uma exceção na lei.

Foram protocolados 245 (duzentos e quarenta e cinco) pedidos de indenização, destes, 15 (quinze) foram indeferidos por insuficiência de provas. Silvia Calciolari

---

<sup>242</sup> PADRÓS, Enrique S. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. In: Revista *Tempos Históricos*. (EDUNIOESTE), v.10, p. 105-129, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/article/viewArticle/1229>, acesso em 24/01/2011.

analisou 175 (cento e setenta e cinco) desses pedidos de indenização<sup>243</sup> em sua dissertação de mestrado, que deu origem ao livro “Ex-Presos Políticos e a Memória Social da Tortura no Paraná (1964-1978)”. Através da análise dessa documentação, a autora conseguiu identificar algumas das formas de torturas praticadas nas dependências policiais do Estado. Dentre as formas de torturas que os ex-presos foram submetidos estão: pau-de-arara, choques, pontapés, telefone, socos, espancamento, geladeira, surra de pau, afogamento, corredor polonês, surras de borrachas, entre outros. Além das torturas físicas, a autora identificou ainda as torturas psicológicas, dentre elas: ameaça de morte, simulação de fuzilamento (como é o caso em que o Dr. Zequinha afirma ter passado), tortura coletiva, ameaça de seqüestrar a mulher, ameaçar torturar, ameaçar transferir para São Paulo, ver presos voltar com marcas, ouvir gritos de torturados, ameaça de execução pelo esquadrão da morte, interrogatórios diários, perseguição à família, entre outros. Identificou ainda que, um preso político podia passar por várias formas de tortura durante os dias em que permanecia detido.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, “Torturar, não é investigar, mas desumaniza não só a vítima como também o torturador.” A tortura subverte a própria lógica do aparato estatal, que de guardião da lei e assegurador de direitos transforma-se em violador da lei e aniquilador de direitos.”<sup>244</sup>

Para alguns pesquisadores, dentre eles Pinheiro e Calciolari, a tortura deixou de existir contra presos políticos no Brasil pelo fato de estes não existirem mais, no entanto, ambos destacam que isso não significa afirmar que não mais se comete a tortura dentro das dependências policiais. Segundo Pinheiro:

A crença na serventia da tortura é uma doença crônica brasileira que acomete os aparelhos policiais em todo o país. A Constituição de 1988 com sua carta de direitos do artigo 5 e garantias fundamentais condenam de forma enfática e

---

<sup>243</sup> A autora analisou apenas os pedidos protocolados pelos ex-presos, deixando de fora da pesquisa os 15 que foram indeferidos e os demais, que foram protocolados por familiares de ex-presos e que já haviam falecido.

<sup>244</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Tortura, intolerância, Direitos Humanos. In. Terceiro Seminário Internacional- Polícia e Sociedade Democrática: *O Estado Democrático de Direito e as Instituições Policiais*. Governo de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1.2 2002, s/p. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psptortura.htm>, acesso em 23/11/2010.

veemente sua prática. Passados 14 anos da promulgação da Constituição de 1988, e 17 anos do final do regime militar constatamos que a tortura deixou de ser praticada contra os prisioneiros políticos *strito sensu* pelo simples fato de não haver mais esses. Entretanto, hoje, nos manicômios judiciais, penitenciárias, delegacias, instituições para adolescentes em conflito com a lei e demais lugares de encarceramento a tortura e as mais variadas formas de tratamentos desumanos continuam a ser perpetrados contra a população pobre e miserável, as "classes torturáveis" como as chamava o escritor Graham Greene. "O maior conjunto de práticas de tortura se dá quando cidadãos estão sob a custódia do Estado, em delegacias, cadeias e presídios. A tortura é um recurso constantemente usado por policiais para obter informações sobre crimes. Com frequência, pessoas detidas, em flagrante ou não, são torturadas para dar informações sobre como ocorreu ou foi planejado o crime, para apurar esconderijos ou denunciar outras pessoas envolvidas etc. Nessa mesma lógica sem o trabalho policial e pericial adequados, ao torturar um suspeito busca-se logo provocar sua confissão, como prova que dispensa a continuidade da investigação".<sup>245</sup>

No que tange aos dados numéricos sobre a repressão no Paraná, esses ainda são imprecisos. Não nos é possível tomarmos os pedidos de indenização para estipular números, pois, a exemplo do pensamento de Teresa Urban, "não pedi indenização. Não sinto que fui lesada e acho que o povo brasileiro não me deve nada. Estava consciente quando participei, foi uma escolha", não se tem conhecimento de quantos foram aqueles que não pediram indenização.

A discussão em torno do pensamento de entrar com pedido de indenização ou não, não faz parte do foco da pesquisa, no entanto, há aqueles que defendem a indenização como uma forma de reparação simbólica da violência e reconhecimento dos presos políticos e, aqueles que julgam terem feito uma escolha própria e, devido a isso, isenta a responsabilidade do Estado de pagar indenização.

Entre os anos de 196 e 1967, ocorreram, no Paraná, 2726 prisões políticas e 975, no ano de 1975. Trata-se de dados imprecisos, oriundos de um levantamento feito pelo *Comitê Londrinense pela Anistia*, o qual ainda vem constituindo sua luta pelos Direitos Humanos. Há que se lembrar, ainda, que a repressão é muito mais ampla e não

---

<sup>245</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Tortura, Intolerância, Direitos Humanos. Paper, em versão preliminar, apresentado no *Terceiro Seminário Internacional- Polícia e Sociedade Democrática: O Estado Democrático de Direito e as Instituições Policiais*. Governo de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1.2 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/osptortura.htm>, acesso em 12/01/2011.

se restringe à prisão. Nem mesmo o Arquivo Público do Paraná, que tem sob sua guarda os documentos da extinta DOPS tem um levantamento desses dados.

Todavia, os diversos casos de repressão da polícia política, envolvendo estudantes, evidenciou diferentes formas de violência, entre as quais a tortura física e simbólica. Tais práticas deixaram marcas profundas nas vidas de estudantes. Ceifaram vidas, mas não foram suficientes para anular suas lutas, individuais e coletivas, pela liberdade de expressão, contra a ditadura militar e pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passadas mais de quatro décadas do golpe de Estado de 1964, a partir do qual, com a instalação da ditadura militar, que disseminou a repressão e o terror de estado no Brasil, ainda não se tem conhecimento de toda a extensão e das dimensões da violência desencadeada contra a oposição política e presos políticos nas dependências do Estado e mesmo fora delas pelas forças institucionalizadas.

Os arquivos da polícia política nos possibilitam novas investigações para as lacunas desta história, que apesar de muito discutida ainda não possibilitou a identificação de todos que foram perseguidos, como, também, subsistem práticas que colaboram para o ocultamento da identidade de muitos daqueles que praticaram atos brutais contra a população. Arquivos como os do Exército, da Marinha e da Polícia Federal, todos superiores à DOPS, ainda são de acesso restrito.

Os arquivos da DOPS, apesar de sua extensão, compõem apenas uma pequena parcela dos documentos sobre a repressão política e, identificam práticas parciais da violência pois, trata-se de apenas uma das instituições da polícia que praticou o terror de estado. No entanto, a principal dificuldade encontrada no decorrer da pesquisa se transformou no nosso principal desafio: partimos para a pesquisa com um conhecimento prévio muito escasso acerca do assunto, sem ao menos termos conhecimento dos nomes daqueles que foram os líderes do movimento estudantil no Estado, não tínhamos, antes da análise das fontes, sequer uma cronologia de presidentes da UPE ou de suas manifestações políticas, bem como da repressão.

As pesquisas sobre o movimento estudantil no Paraná são escassas e, por esse motivo, praticamente não tivemos acesso a dados sistematizados sobre as práticas dos estudantes e nem da polícia política em relação a eles, fato este notado na redação do segundo e terceiro capítulos, onde fazemos referência à grande quantidade de fontes primárias e a pouquíssimas referências bibliográficas.

A análise e sistematização das fontes nos possibilitou levantar dados sobre algumas das práticas políticas dos estudantes e também do controle e repressão contra a União Paranaense dos Estudantes e demais órgãos estudantis que, até então, permaneciam ocultos e esquecidos nos arquivos da repressão. O fato da escassez de dados sistematizados nos tomou boa parcela do tempo disponível, pois tivemos que fazer um levantamento dos mesmos e, em alguns momentos, nos privou de elaborarmos uma análise mais aprofundada sobre a repressão desencadeada no Paraná.

A pesquisa evidenciou que a repressão realizada “em nome da Segurança Nacional” no Paraná, e que atingiu o movimento estudantil, se desenvolveu, a exemplo do que ocorreu nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mediante práticas autoritárias e repressivas, que objetivaram silenciar ou eliminar toda oposição política. Essa oposição, geralmente denominada “comunista” pelos órgãos de segurança, era alvo de ações que iam desde a identificação de suspeitos, perseguições e prisões, até as práticas violentas de tortura e assassinatos de estudantes que, não raras vezes, atuaram na clandestinidade.

Diante do uso da força, organização e institucionalização da repressão, os movimentos sociais se manifestaram, dentre eles o movimento estudantil no Paraná. Mesmo conscientes de que estavam arriscando suas próprias vidas para defender uma causa que não era apenas sua, qual seja: a restauração da democracia e o fim das arbitrariedades políticas, estudantes articularam o movimento estudantil no Paraná contra a ditadura militar, e, ainda, em alguns momentos, contra as práticas políticas da própria entidade representativa dos estudantes, sobretudo no período em que ela foi presidida por Djalma Sigwalt, gestão de 1965/1966. Djalma não assumiu posição política de defesa das entidades estudantis diante da ação do fechamento das mesmas pela ditadura militar. Num período durante o qual as lideranças do movimento eram identificadas como “comunistas”, o nome do estudante Djalma Sigwalt aparece, nos

relatórios produzidos pelos agentes da DOPS, identificado como “democrata”. Cabe lembrarmos brevemente que, no contexto de ditadura militar, na fala da polícia política, a expressão “democrata”, também assumia outro sentido, ou seja, aquele que não lutava contra a ditadura e que corroborava com as práticas dos militares, se não às defendia, ao menos não às enfrentava.

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que as ações do movimento estudantil em Curitiba se fizeram para além das práticas políticas da União Paranaense dos Estudantes, construindo um movimento heterogêneo e com conflitos internos. A luta desencadeada pela base do movimento estudantil foi mais intensa em oposição aos governos militares do que fica evidente na trajetória da UPE. Em alguns momentos, verificamos que a entidade representativa dos estudantes no Estado não se abalou com a repressão institucionalizada, bem como não teceu enfrentamento direto à ditadura militar, já em outros identificamos facções do movimento sofrendo com a repressão no primeiro ano de ditadura militar, dando início à luta contra a mesma, denunciando o imperialismo, a exploração econômica, a desestruturação da educação, sobretudo a partir dos acordos MEC-USAID e da Lei Suplicy, e, lutando, também, por questões localizadas, as quais faziam parte do cotidiano dos estudantes, a exemplo do corte de verbas para os restaurantes universitários em Curitiba, em fins do ano de 1966 e início de 1967. Concomitante a isso, percebemos, ainda, estudantes deixando o movimento estudantil para atuar na clandestinidade junto com as esquerdas organizadas.

Desde o momento da deflagração do golpe, a base do movimento estudantil esteve na oposição às práticas dos militares, levantaram bandeiras de luta contra o governo e contra as arbitrariedades políticas. Suas práticas, além da luta pela redemocratização, se fez por meio da realização de seminários e congressos, nos quais buscaram alianças com os trabalhadores, denunciaram o imperialismo norte-americano, a exploração do trabalhador e a precariedade de suas condições de vida, denunciaram o acesso restrito às Universidades, lutando pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade e pela liberdade política.

Nos anos seguintes, 1967 à 1969, estudantes com posições frontalmente contrária à ditadura militar foram se aproximando da presidência da UPE, com isso, a entidade foi se envolvendo com a luta dos estudantes contra a ditadura militar.

Oficialmente extinta em 1964, a partir da Lei 4.464/64 criada pelo Ministro da Educação Flávio Suplicy, antes reitor da Universidade do Paraná, hoje UFPR, a entidade continuava exercendo suas funções, vigiada pela polícia, porém sem proibição para realização de reuniões, congressos e eleições para a diretoria da entidade. Identificamos que, a partir de 1967, a repressão contra os estudantes se intensificou, as prisões ocorriam com maior frequência e a luta do movimento estudantil também foi mais intensa.

A intensificação da perseguição aos estudantes culminou com a definitiva extinção da União Paranaense dos Estudantes no início do ano de 1969, quando, através de um processo movido na Justiça, a UPE, além de ser extinta, perdeu seu patrimônio – o casarão e uma chácara, ambos localizados na cidade de Curitiba. Cabe lembrar que, no ano de 1969, Flávio Suplicy de Lacerda se encontrava, novamente, ocupando o cargo de reitor da Universidade do Paraná, em Curitiba e que, o patrimônio da UPE, a partir daquele ano, passou a integrar o patrimônio da referida Universidade. A UPE recuperou o casarão no ano de 1983, em forma de comodato, que perdura até os dias de hoje, a chácara não foi recuperada.

Na medida em que se intensificou a luta dos estudantes, os agentes da DOPS passaram a identificar seus líderes e a vigiá-los, elaborando e arquivando centenas de registros, sabendo os locais que freqüentavam, com quem haviam se encontrado, de quais reuniões haviam participado, local onde moravam, desempenho e notas em seus respectivos cursos universitários, dentre uma série de informações. A partir dos dados coletados, a polícia identificava seus inimigos, classificando-os como perigosos ao desenvolvimento da nação e, na seqüência, empregavam o poder da força, a eles concedido institucionalmente ou mesmo para além deste, para fazer silenciar as vozes da oposição.

Após a promulgação do AI-5, em 1968, com o endurecimento da repressão e com a intensa perseguição no Estado do Paraná, vários estudantes deram continuidade à luta, porém atuando na clandestinidade. A luta na clandestinidade exigia o uso de codinomes para driblar o aparato repressivo, evitando a prisão, ao menos por um curto período de tempo. Trata-se de uma forma, encontrada pelos estudantes, para não abandonar a luta contra a ditadura, no entanto teriam de abandonar familiares, amigos,

estudos, profissão e uma série de outras questões cotidianas. Alguns conseguiram atuar por algum tempo na clandestinidade, enquanto outros foram assassinados pela polícia.

Os estudantes que passaram a atuar na clandestinidade, além de suas privações, estavam ainda mais sujeitos à violência. A título de exemplo, explicitou-se, a partir dos depoimentos de José Ferreira Lopes e Tereza Urban, violências sofridas após a prisão, assim como a dificuldade dos familiares em encontrar o preso político, como no caso do primeiro estudante. O cotidiano era de insegurança, não apenas para os militantes na clandestinidade mas, também, para os amigos e familiares que tinham dificuldade em saber as condições em que o mesmo se encontrava. Após a prisão, não tinham mais notícias, não sabendo se havia sido preso, onde estava, nem mesmo se estava vivo. Os casos dos ex-estudantes José Idésio Brianezi e Antônio dos Três Reis de Oliveira, ambos da cidade de Apucarana – Paraná, são exemplos. Uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos concluiu que o primeiro foi executado com três tiros, enquanto que a versão oficial havia informado que o ex-estudante havia falecido em uma pensão onde morava. Quanto ao segundo, desapareceu durante a luta na clandestinidade, segundo depoimentos de alguns ex-presos políticos, Antônio teria sido assassinado pela polícia, um documento da Aeronáutica afirma que ele foi morto no ano de 1970, quando a polícia averiguava a existência de um aparelho. Apesar desse indício, a morte foi negada pelas autoridades.

No decorrer da pesquisa, com base nos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social, uma instituição à serviço do Estado autoritário, nos deparamos com os discursos produzidos pela polícia sobre os estudantes. Os discursos se encaminhavam, com raras exceções, procurando identificar os estudantes, líderes de passeatas e manifestações como elementos perigosos à segurança nacional, procurando assim, desmoralizar e incriminar os estudantes, rotulando-os com o termo “comunista”. Essa denominação não estava diretamente relacionada com a ideologia política do comunismo mas, em um sentido pejorativo de baderneiro, contra a ordem estabelecida e responsável pelos problemas sociais e econômicos que assolavam o Brasil. Para resolver tais problemas, na visão dos militares, fazia-se necessário silenciar ou eliminar aqueles “inimigos”. Assim sendo, utilizavam-se de argumentos superficiais como este

para justificar a perseguição política, a repressão, a violência, as práticas de torturas e assassinatos, cometidos, dentro ou fora das dependências do Estado.

Cabe registrar que o estudante de Direito da década de 1960, Roberto Requião, que foi um dos perseguidos pela DOPS, e que atuou no cenário político paranaense nas décadas seguintes, durante a sua primeira gestão como governador de Estado (1991-1995), através do Decreto n.º. 577, de 11 de julho de 1991, extinguiu a Delegacia de Ordem Política e Social no estado do Paraná e transferiu todos os seus documentos para o Arquivo Público do Estado, disponibilizando o acervo existente dos registros produzidos e arquivados pelo órgão. Tais arquivos, que correspondem ao período de 1937 à 1989, são fontes importantes para a pesquisa história e para a garantia dos direitos individuais, proporcionando subsídios para a identificação da violência cometida no Paraná. Atualmente, o acesso aos documentos é livre e aberto ao público mediante preenchimento do Termo de Responsabilidade pelo Uso da Informação (Decreto 4.348/2002). Segundo informações da página eletrônica do DEAP, “o Paraná foi o primeiro estado brasileiro a abrir os arquivos da ditadura”.

Enfatizamos, por fim, a importância da continuidade das pesquisas sobre o movimento estudantil, sobre as ações e lutas dos estudantes e sobre a repressão desencadeada pelo Estado durante a ditadura militar. Muito ainda está por ser investigado sobre esse período, de extrema violência contra a população brasileira, pouco ainda se sabe sobre a violência desencadeada no Estado do Paraná e muitos participantes da oposição ainda se encontram “desaparecidos”. Com raras exceções, os desaparecidos não reapareceram com as leis de anistia e nem com o fim da ditadura. Como afirma Padrós, “com o início da redemocratização, rapidamente concluiu-se que desaparecimento era sinônimo de morte violenta (execução) cometida em nome do Estado e da Segurança Nacional.”<sup>246</sup>

---

<sup>246</sup> PADRÓS, Enrique S. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. In: Revista *Tempos Históricos*. (EDUNIOESTE), v.10, p. 105-129, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/article/viewArticle/1229>, acesso em 24/01/2011.

## BIBLIOGRAFIA

- AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra: hoje, monumento histórico. A Revolta dos Possesiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Dissertação de Mestrado (UEM), 2009.
- AQUINO, Maria Aparecida. *No coração das trevas: Deops/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid, Allianza, 1932.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 32ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BARROS, Marco Antonio. *A Lei de Segurança Nacional e a Legislação Penal Militar*. Artigo disponível em <http://www.justitia.com.br/artigos/4714cb.pdf> acessado em 15/01/2010.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. *La incurable desidia y la ciega imprevisión argentinas. Notas sobre el Estado, 1880-1930*. s/n. In: VILAS, Carlos, IAZZETTA, Osvaldo, FORCINITO, Karina y BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Estado y política en la Argentina actual*. Universidad Nacional de General Sarmiento/Prometeo Libros, Buenos Aires, 2005, p. 107-129.
- BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das Araucárias: a operação Marumbi em 1975 no Paraná*. Dissertação de Mestrado, UEM, 2006.
- CALCIOLARI, Silvia. *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Assembléia Legislativa do Paraná, Curitiba, 2006.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Historiadores sob a mira do DEOPS/SP*. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/LUCILEIDE%20COSTA%20CARDOSO.pdf>
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2ª ed. Editorial PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP. São Paulo: Fapesp, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos da História do Brasil Contemporâneo*. PROIN (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005.

Disponível em: [http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policial\\_politica.pdf](http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigo_arquivos_policial_politica.pdf).

CEDOC – Universidade de Brasília – Centro de Documentação. *1964: o sonho interrompido*. Disponível em: [http://vsites.unb.br/cedoc/pq\\_sonho.htm](http://vsites.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm)

CEDOC – Universidade de Brasília – Centro de Documentação. *O mundo em 1968*. Disponível em: [http://vsites.unb.br/cedoc/pq\\_invasao.htm](http://vsites.unb.br/cedoc/pq_invasao.htm)

COSTA, Amilton. *A repressão no estado do Paraná durante o regime militar, o movimento estudantil e a operação Marumbi*. Secretaria Estadual de Educação Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE Núcleo Regional de Educação Maringá, 2008.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da Caserna. In: *Revista de sociologia política*. Curitiba, nº 22, jun. 2004, p. 195-208.

FÁVERO. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre cantos e chibatás: a pobreza em rima rica nas canções de João Bosco e Aldir Blanc*. Campinas, São Paulo: Faculdade de Educação/UNICAMP, [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.

GALASTRI, Juliana. O homem de estilingue, 40 primaveras depois. In: Comunicação online: *Especial – maio de 1968*, maio, 2008. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3713> acessado em 04/10/2009

GUSSON, Claudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IEVE – Instituto de estudos sobre a violência do Estado. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

KARPINSKI, Juliana. Prisões políticas: lembranças de 68 que não podem ser esquecidas. In: Comunicação on-line: *Especial – maio de 1968*, maio, 2008. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node.3795> acessado em 04/10/2009.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso a informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

- LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LONGUI, Carla Reis. (orgs). *O Deops/Sp em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LUCENA, Ariston. *A UNE contra o SNI*. Ed. Alfa-Omega, 1987.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. Vol. 17, n 34. São Paulo, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881997000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881997000200011&script=sci_arttext)
- MARÇAL, Jairo (org). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba, SEED-Pr, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia a obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.
- MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/253.pdf>
- OLIVEIRA, Madson. *Especial UPE 70 anos*. Disponível em: <http://upepr.blogspot.com/2009/09/parabens-setentona-dosestudantes.html>, acessado em 30/06/2010.
- PADRÓS, Enrique S. Ditaduras militares e neoliberalismo: relações explícitas nos descaminhos da América Latina. In: *Ciências e letras*. Porto Alegre, FAPA, nº16, março de 1996, p. 67-92.
- PADRÓS, Enrique S. A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. In: *Revista Tempos Históricos*. (EDUNIOESTE), v.10, p. 105-129, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/article/viewArticle/1229>, acesso em 24/01/2011.
- PASCUAL, Alejandra. *Terrorismo de estado: A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Und, 2004.
- PEREIRA, M. G.; FIGUEIREDO, M. B. C.; REZNIK, L. “A Reconstituição do acervo” In: *ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Tortura, intolerância, Direitos Humanos. In. Terceiro Seminário Internacional- Polícia e Sociedade Democrática: O Estado Democrático de Direito e as Instituições Policiais. Governo de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1.2 2002, s/p. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direito/s/militantes/pspinheiro/psptortura.htm>
- POERNER, Arthur José. *O Poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Estatísticas do DOI-Codi. *Revista Adusp*, maio de 2005. Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a10.pdf>.
- PRIORI, Ângelo. “Dops: repressão, violência e controle social”. In: *Revista da Aduem*. Ano 1. nº 1. Julho/Dezembro, 1998.
- PRIORI, Ângelo. A Doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira. In: *Revista Espaço Acadêmico* – n 35 – Abril/2004. Disponível em: In: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm>
- QUINTANA, Antonio González. *LOS ARCHIVOS DE LA SEGURIDAD DEL ESTADO DE LOS DESAPARECIDOS REGÍMENES REPRESIVOS*. El informe del Grupo de Expertos constituido por acuerdo del Consejo Internacional de Archivos y la UNESCO para el estudio de los *Archivos de la Seguridad del Estado de los Desaparecidos Regímenes Represivos*, fue aprobado en la Tercera Reunión del grupo, celebrada en la Universidad de Salamanca (España), del 11 al 13 de Diciembre de 1995. Disponível em <http://portal.unesco.org>
- RAMOS, Alberto. FERNANDES, Marcos. Memória: *Para não esquecer o terror*. Disponível em: [http://pessoal.educacional.com.br/up/2600001/376873/t1\\_33.asp](http://pessoal.educacional.com.br/up/2600001/376873/t1_33.asp).
- SAIKI, Lyrian. Ex-presença política lembra suplício no período militar. In: *Jornal Paraná Online*, 31/03/2004. Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/78324/?noticia=EX+PRESA+POLITICA+LEMBRA+SUPPLICIO+NO+PERIODO+MILITAR>
- SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política e Sociedade*. n 13, outubro de 2008. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9321/8605>
- SCHAFF, Adam. A concepção marxista do indivíduo. In: DELLA VOLPE, Gabano e Outros. *Moral e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOARES, Thiago Nunes. Escritas da cidade: As pichações no combate a ditadura civil-militar. In: *História e historiografia: XIII encontro estadual de história* – Guarabira, PB, Anais Eletrônicos, Anpuh, 2008. Disponível em: [http://www.anpuhpb.org/naais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2002%20%20Thiago%20Nunes%20Soares%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/naais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20%20Thiago%20Nunes%20Soares%20TC.PDF)
- SOUSA, Jessie Jane Vieira. Das atividades antidemocráticas à luta pela cidadania plena. In: *Revista do Centro Cultural Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/jessie\\_jane\\_do\\_exercicio.pdf](http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/jessie_jane_do_exercicio.pdf)
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZANDONAI, Beta. Reitoria: 40 anos depois. *Jornal Comunicação Online*. Disponível em <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3709>

## SÍTIOS ELETRÔNICOS

ANPUH – Associação Nacional de História – [www.anpuh.org](http://www.anpuh.org)

Arquivo Público do Paraná - [www.pr.gov.br/arquivopublico](http://www.pr.gov.br/arquivopublico)

Casa Civil do Paraná – [www.casacivil.pr.org.gov.br](http://www.casacivil.pr.org.gov.br)

CEDOC – Centro de documentação da Universidade de Brasília - [vsites.unb.br/cedoc](http://vsites.unb.br/cedoc)

Comunicação online – Jornal laboratório UFPR - [www.jornalcomunicacao.ufpr.br](http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br)

DHnet – Direitos Humanos na internet - [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

Dia-a-dia educação - [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)

Domínio Público - [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

Grupo Tortura Nunca Mais - [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br)

Honestino Guimarães – <http://honestinoguimaraes.com.br>

Jornal Gazeta de Itapoá – [www.gazetadeitapoa.com](http://www.gazetadeitapoa.com)

Jornal Inverta – <http://inverta.org>

Jornal Paraná Online – <http://parana-online.com.br>

Periódicos UFSC – [www.periodicos.ufsc.br](http://www.periodicos.ufsc.br)

Projeto Desaparecidos – [www.desaparecidos.org](http://www.desaparecidos.org)

Projeto Memórias Reveladas [www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br](http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br)

PROIN – Publicações e documentos - inventário DEOPS [www.usp.br/proin/index.php](http://www.usp.br/proin/index.php)

Revista eletrônica Justitia - <http://www.justitia.com.br/>

Revista Espaço Acadêmico - [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)

Revista Veja - [veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br)

SCIELO - Scientific Electronic Library Online - [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

UNESCO – [www.unesco.org](http://www.unesco.org)

União Nacional dos Estudantes – [www.une.org.br](http://www.une.org.br)

União Paranaense dos Estudantes - <http://upepr.blogspot.com/>

## **FONTES**

Brasil. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

Brasil. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Brasil. O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Brasil. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.

Brasil. Decreto-lei nº 4.104, de 11 de fevereiro de 1942.

Brasil. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949.

Brasil. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Brasil. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967.

Brasil. Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

Brasil. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Brasil. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995.

DEAP/DOPS, Dossiê: DOPS - Documentos Antigos. Número 780, top. 89. Estado do Paraná, Chefatura de Polícia. Curitiba, 9 de janeiro de 1952. Ten. Cél. Albino Silva.

DEAP/DOPS: Dossiê: DOPS. Relação de Funcionários lotados nesta D.O.P.S. Curitiba, 22/03/1966.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 109. ARCEBISPADO DE SÃO SEBASTIÃO. Ao Diretório Central do Estudantes da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 30/06/1959. 107 e 110. Estado do Paraná. Secção de Ordem Política e Social. Informação. 4 de julho de 1957.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. 107 e 110. Estado do Paraná. Secção de Ordem Política e Social. Informação. 4 de julho de 1957.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 48. Manifesto da União Paranaense dos Estudantes aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários brasileiros. Greve Geral no Paraná. 1962.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Aos Trabalhadores, aos Estudantes e ao Povo. p. 02.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Carta de Princípios da Bancada da UPE: apoio a todas reformas. Obs.: Recorte de

jornal, datado de 20/07/1963, porém não consta o nome do jornal no fragmento arquivado pela DOPS.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Ofício nº 360-62-63. Da União Paranaense dos Estudantes, ao Comando Geral dos trabalhadores do Paraná. Curitiba, 18 de fevereiro de 1963.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Estudantes do CEP Denunciam Congresso: UPE. Diário do Paraná 17/07/1963.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. UPE: Congresso instala-se hoje. Jornal Última Hora, 25/09/1963.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Certa a derrota das esquerdas nas eleições da UPE. Jornal Diário Popular, 25/09/1963.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Universidade do Paraná – Diretório Central dos Estudantes – Silvano Pohl Moreira de Castilho – Presidente do DCE-UP, 28/02/1964.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Setor de Segurança Nacional. Relatório. Congresso extraordinário da UPE. 8 de agosto de 1967.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. União Paranaense dos Estudantes – PROTESTO. 10 de julho de 1964.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 24. União Paranaense dos Estudantes. Ofício s/nº. Curitiba, 16 de setembro de 1965.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 21. Relatório. Curitiba, 10 de novembro de 1965.

DEAP. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 25. Relatório. Curitiba, 17 de novembro de 1965.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 21. Jornal Tribuna do Paraná. 22 de novembro de 1965.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Correio do Paraná. (Recorte de jornal sem data).

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Fl. 26. Presidente da UPE não é contra fechamento de entidades estudantis. Jornal Correio do Paraná 12/12/1965.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Correio do Paraná 19/03/1966.

- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2325, top. 263. Diário do Paraná, 01/04/1966.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Manifesto da UPE, 22 de setembro de 1966.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Relatório. 26 de setembro de 1966.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 14. Relatório. Sessão de Informação do XXII Congresso da UPE. Curitiba, 06 de outubro de 1964. Escrivão José Lourenço Bueno.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 102. Crise alimentar na UPE é iminente, diz setor assistencial. Gazeta, de 3 de agosto de 1967.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 103. Agora pode ser a greve geral. Jornal Estado, de 13 de maio de 1967.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 53/54. Setor de Segurança RVPSC (Rede de Viação Paraná Santa Catarina). Informação nº 31/67. Atividade da “UPE” – União Paranaense dos Estudantes – Congresso Extraordinário. Curitiba, 8 de agosto de 1967.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 41. Setor de Informação SETS/RVPSC. Setor de Segurança Nacional. Rede Ferroviária Federal. Informação nº 44/67. XXIII Congresso Ordinário da União Paranaense dos Estudantes. Curitiba, 01 de outubro de 1967.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 104. Piloto diz que só um estudante foi detido. Jornal Tribuna do Paraná, de 28/08/68.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 109. Agitação provoca cadeia para dez universitários. Jornal Estado do Paraná, de 1º de setembro de 1968.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 110. DOPS não deixa que saia Congresso da ex-UNE e prende 33. Diário do Paraná, 03/09/68.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 111. Estudante do Paraná continua preso no Rio Grande do Sul. Diário do Paraná, 06/09/68.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 02. Comitê divulgação e propaganda da UPE-DCE. Aos Estudantes do Paraná.
- DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 119. UPE está sendo dissolvida pela reitoria da Universidade. Diário Popular, Curitiba, 09 e 10/07/68.

DEAP/DOPS. Dossiê: União Paranaense dos Estudantes UPE. Número 2327, top. 264. Fl. 40. Suplicy contra a extinção da UPE. Diário do Paraná, 14/05/67.

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: Abis Evaristo Doce

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: João Batista Tezza Filho

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: José Ferreira Lopes

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: Nilso Sguarezi

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: Palmira Amâncio da Silva

DEAP/DOPS. Dossiê Individual: Roberto Requião de Mello e Silva

DEAP/DOPS. Dossiê Individual. Stênio Sales Jacob

Folha de São Paulo. Domingo, 13 de outubro de 1968. *Congresso da UNE: todos presos*. Banco de dados Folha, acervo online. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil13out1968.htm>, acesso em 29/08/2009.

ESCOSTEGERY, Jorge. As tropas voltam à universidade. Revista *Veja*, agosto de 1977.

SFAIR, Mauro. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. *Gazeta de Itapoá*. 31 de março de 2009. Disponível em <http://www.gazetadeitapoa.com/?p=2997>, acesso em 15/12/11, às 23:50 horas.